

***Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA
Secretaria Executiva - SE
Superintendência Federal de Agricultura no PARÁ – SFA/PA***

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS
ANUAL**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Unidade Descentralizada de BELÉM-PA

MARÇO/2012

***Superintendência Federal de Agricultura no Pará – SFA/PA
Avenida Almirante Barroso, 5384 – Castanheira – CEP- 66645-250
Fone: (91) 3214-8620; FAX (91) 3231-5878
E-mail: gab-pa@agricultura.gov.br***

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA
Secretaria Executiva - SE
Superintendência Federal de Agricultura no PARÁ – SFA/PA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS
ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anula a que esta Unidade está obrigada nos termos do artigo 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63 de 1º de setembro de 2010, da DN TCU nº 108 de 24 de novembro de 2010 e Portaria CGU nº 2.546, de 27/12/2010.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CGPLAN – Coordenação Geral de Planejamento e Modernização da Gestão
CGU – Controladoria Geral da União
CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNPq – Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento
DFIA – Departamento de Fiscalização e Insumos Agropecuários
DIPOV – Departamento de Inspeção de Produtos Vegetais
DN – Decisão Normativa
DNC – Doença de Newcastle
DOU – Diário Oficial da União
FO – Formulário
IA – Influenza Aviária
IN – Instrução Normativa
LOA – Lei Orçamentária Anual
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
NBR – Norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas
OIE – Organização Mundial da Saúde Animal
PI – Programa intra-setorial do MAPA
PLOA – Proposta de Lei Orçamentária Anual
PNCRC – Programa Nacional de Controle de Resíduos Contaminantes
PPA – Plano Plurianual do Governo
PRP – Programa de Redução de Patógenos em aves
DAD – Divisão de Apoio Administrativo
SDA – Secretaria de Defesa Agropecuária
SEFAG – Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários
SFA – Superintendência Federal de Agricultura
SGQ – Sistema de Gestão da Qualidade
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIF – Serviço de Inspeção Federal
SIFISA – Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal do MAPA
SIFISV – Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal do MAPA
SIFISV – Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal do MAPA
SIPLAN – Sistema de Planejamento e Execução Orçamentária
SISA – Serviço de Inspeção e Saúde Animal
SISV – Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal do MAPA
SPEO – Serviço de Programação Produção e Execução Orçamentária e Financeira
UTRA – Unidade Técnica Regional
UVAGRO – Unidade de Vigilância Agropecuária
SAG – seção de Atividades Gerais
SEMAP – Setor de Manutenção Predial
SCC – Setor de Compras e Contratos
SMP – Setor de Material e Patrimônio
SPR – Setor de Protocolo
STR – Setor de Transporte

LISTA DE QUADRO ANEXOS E FIGURAS

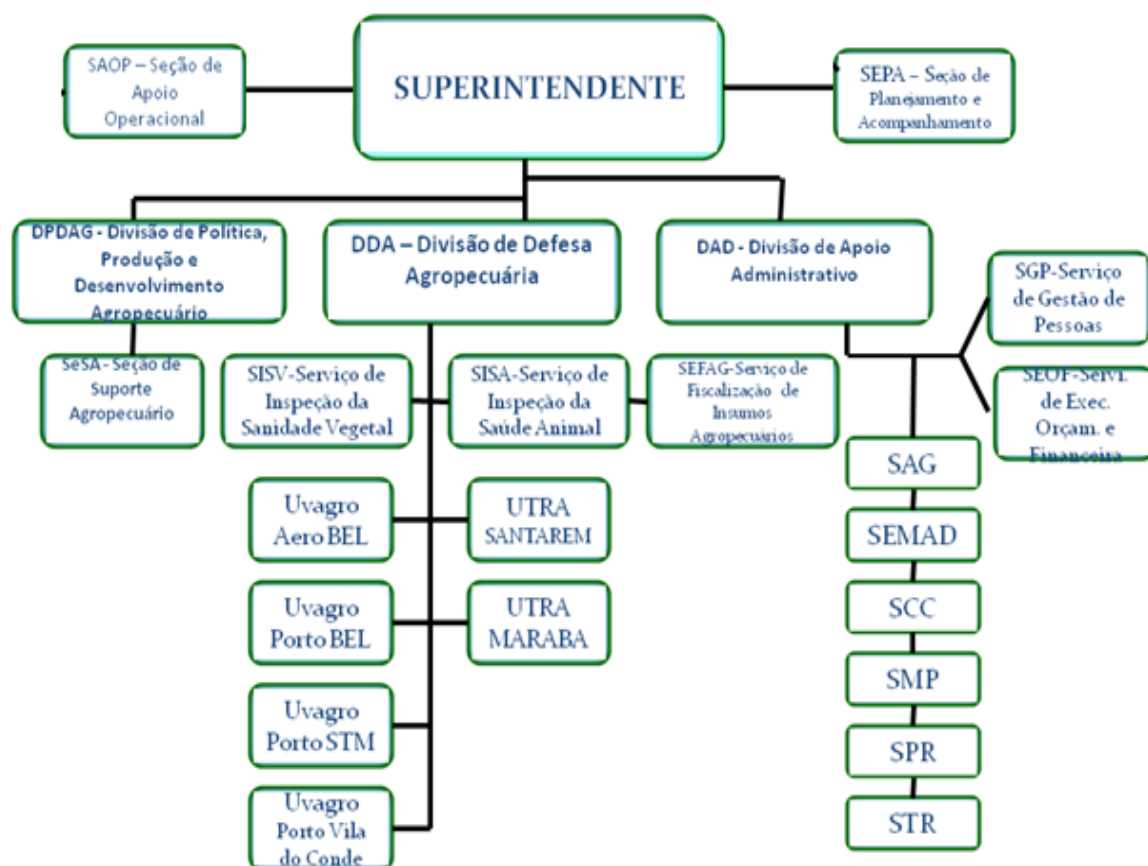
	Pag.
Quadro A.1.1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual -	10
Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ	21 a 26
Quadro A.2.7 – Movimentação Orçamentária	68
Quadro A.2.11 – Despesa/Modalidade de contratação dos créditos recebidos/movimentação....	68
Quadro A.2.12 – Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação.	69
Quadro A.2.13 – Despesa de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação	70
Quadro A.4.1 – Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	87
Quadro A.5.1 – Força de trabalho da UJ – situação apurada em 31/12.....	87
Quadro A.5.2 – Situações que reduzam a força de trabalho	88
Quadro A.5.3 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas – situação apurada em 31/12	88
Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – sit. apurada em 31/12 ...	89
Quadro A.5.5 – Quantidade do quadro de recursos humanos por nível de escolaridade	89
Quadro A.5.6 – Composição do quadro de servidores inativos - sit.apurada em 31/12	90
Quadro A.5.7 – Composição do quadro de Instituidores de Pensão – sit. apurada 31/12	90
Quadro A.5.8 – Composição do quadro de estagiários.....	90
Quadro A.5.9 – Quadro de custo de pessoal no exercício de referencia e nos dois anos Anteriores	91
Quadro A.5.12 – Contrato de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva	91/92
Quadro A.5.13 – Contrato de prestação de serviços com locação de mão de obra	93
Quadro A.6.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referencia	95
Quadro A.6.2 - Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios .. .	96
Quadro A.6.3 –Resumo dos Instrumentos de Transferência que vigerão em 2011 e exercícios.	96
Quadro A.6.4 –Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação técnica e de contrato de repasse	96
Quadro A.6.5 – Visão geral da análise das prestações de contas de Conv. e C.de Repasse..	97
Quadro A.7.1 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SCONV...	106/107
Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entrega do RBD.....	98
Quadro A.9.1 – Estrutura de Controles Internos da UJ	99
Quadro A.10.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	101
Quadro A.11.1 – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso espacial de propr.da União..	102
Quadro A.11.3 – Descrição dos bens imóveis de propriedade da União sob respon da UJ...	103
Quadro A.13.1 – Despesa com cartão corporativo por UJ e por portador.....	103/104
Quadro A.13.2 –Despesa com cartão de crédito corporativo – série histórica.	104

SUMÁRIO

	Pág.
1- <u>Identificação</u>	10
2- <u>Planejamento e gestão orçamentária e financeira da unidade, compreendendo:</u>	
a) <u>Responsabilidades Institucionais da Unidade</u>	11
I – <u>Competência Institucional</u>	
II – <u>Objetivos Estratégicos</u>	
b) <u>Estratégia de Atuação frente às responsabilidades Institucionais</u>	15/19
I – <u>Plano Estratégico da Unidade</u>	
II – <u>Plano de Ação da Unidade referente ao exercício.</u>	
c) <u>Programas de Governo sob responsabilidade da Unidade</u>	20/68
I- <u>Execução dos Programas de Governo sob responsabilidade da UJ</u>	
II- <u>Execução física das ações realizadas pela UJ</u>	
d) <u>Desempenho Orçamentário e Financeiro</u>	69/87
I- <u>Programação Orçamentária das Despesas</u>	
II- <u>Execução Orçamentária das Despesas</u>	
III- <u>Indicadores Institucionais</u>	
3- <u>Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores (Quadro A.4.1)</u>	88
4- <u>Informações sobre Recursos Humanos da unidade, compreendendo:</u>	88/94
4.1- <u>Composição do quadro de recursos humanos</u>	
- Força de Trabalho (Quadro A.5.1)	
- Situação que reduzam a força de trabalho (Quadro A.5.2)	
- Detalhamento Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas (Quadro A.5.3)	
- Quantidade de servidores da UJ por faixa etária (Quadro A.5.4)	
- Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade (Quadro A.5.5)	
4.2 – <u>Composição do quadro de servidores Inativos e Pensionistas</u>	
- Composição do quadro de servidores Inativos (Quadro A.5.6)	
- Composição do quadro de Instituidores de Pensão (Quadro A.5.7)	
4.3 - <u>Composição do quadro de Estagiários (Quadro A.5.8)</u>	
4.4- <u>Demonstração do Custo de Pessoal da UJ (Quadro A.5.9)</u>	
4.5 – <u>Terceirização de mão de obra empregada pela UJ</u>	
- Contrato de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva (Quadro A.5.12)	
- Contrato de Prestação de Serviços com Locação de mão de obra (Quadro A.5.13)	
4.6 – <u>Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos</u>	
5- <u>Informações sobre as transferências mediante convênio e contrato de repasse. ...</u>	95/98
5.1 – <u>Transferências vigentes no exercício de referencia (Quadro A.6.1)</u>	
5.2 – <u>Instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios (Quadro A.6.2)</u>	
5.3 – <u>Instrumentos de Transferência que vigerão em 2011 e exercícios (Quadro A.6.3)</u>	
5.4 – <u>Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências concedidas pela UJ na modalidade de convenio, termo de cooperação técnica e de contrato de repasse (Quadro A.6.4)</u>	
5.5 – <u>Visão geral da análise de prestações de contas dos Convênios e Contrato de Repasse (Quadro A.6.5)</u>	
6- <u>Declaração atualizada do SIASG e SICONV</u>	99

7- <u>Declaração de Bens e Rendas</u>	99
8- <u>Estrutura de Controle Interno</u>	100/101
9- <u>Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis (Quadro A.10.1)</u>	102/103
10- <u>Gestão de Patrimônio Imobiliário</u>	103/104
10.1- <i>Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União</i> (Quadro A.11.1)	
10.2 – <i>Discriminação dos bens imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da UJ</i> (Quadro A.11.3)	
11- <u>Informações sobre cartões de pagamento do Governo Federal</u>	104/105
12- <u>Considerações Finais</u>	105
10 – <u>Anexos</u>	106

ORGANOGRAMA FUNCIONAL



INTRODUÇÃO

Registra-se no presente Relatório de Gestão, elaborado pela Seção de Planejamento e Acompanhamento – SEPA com apoio da Divisão de Defesa agropecuária, de maneira sucinta e objetiva as atividades executadas pela Superintendência Federal de Agricultura no estado do Pará – SFA/PA no decorrer do exercício de 2011 em conformidade com a DN TCU nº 108/2010 ; 117/2011; Portaria nº 123/2011 e Portaria CGU nº 2.546/2010.

As ações da Superintendência foram realizadas com base no planejamento estabelecido para o exercício 2011, consubstanciados nos Programas constantes do Plano Plurianual do Governo Federal – PPA para o quadriênio 2008-2011 e nas diretrizes emanadas pelo órgão central. Abaixo o demonstrativo do Relatório, qual seja:

Ítem 1 – Identificação da UJ – Quadro A.1.1 (Anexo II da DN 108/2010) – Relatório Individual

Ítem 2 - Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira da Unidade: Compreende:

a) Responsabilidades Institucionais da Unidade:

I – Competência Institucional – está definido na portaria nº 428 de 14 de junho de 2010.

II – Objetivos Estratégicos – estão alinhados ao texto do Plano Plurianual 2008/2011.

b) Estratégia de Atuação frente às responsabilidades Institucionais

I – Plano Estratégico da Unidade – são definidas em consonância com as coordenações (órgão central) , via Plano Operativo.

II – Plano de Ação da Unidade referente ao exercício – os serviços executa suas ações com base no estabelecido no PO e em conformidade com as respectivas coordenações.

c) Programas de Governo sob responsabilidade da Unidade.

I – Execução dos Programas de Governo sob responsabilidade da Unidade – a Unidade não gerencia Programa, operacionaliza as ações pertencentes aos mesmos.

II – Execução física das ações realizadas pela UJ – serão apresentadas de acordo com o Quadro A.2.2 do anexo II da DN 108/2010 com demonstração de resultados obtidos no exercício.

d) Desempenho Orçamentário e Financeiro

I – Programação Orçamentária de Despesa

Neste item, apenas o quadro A.2.7 é aplicável na UJ. Os demais como os quadros A.2.3; A.2.4; A.2.5 e A.2.6 não se aplicam a UJ por não tratar-se de Unidade Orçamentária.

II – Execução Orçamentária das Despesas - será demonstrado por meio dos quadros A.2.11; A.2.12 e A.2.13 no qual constará os valores com a respectiva análise crítica. Os quadros A.2.8; A.2.9 e A.2.10 não se aplicam a UJ por não ser Unidade Orçamentária.

III – Indicadores Institucionais – serão os indicadores provenientes da execução física das ações.

Ítem 3 – Reconhecimento de Passivo – não se aplica a UJ

Ítem 4 – Saldo de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores – será demonstrado no quadro A.4.1 do anexo II da DN TCU 108/2010 com a respectiva análise crítica.

Ítem 5 – Recursos Humanos da Unidade – serão apresentados por meio dos quadros com as respectivas análises críticas, de acordo com o anexo II da DN TCU 108/2010 conforme abaixo:

A.5.1 – refere-se a composição dos Recursos Humanos até dezembro/2011;

A.5.2 – refere-se a situação que reduza a força de trabalho;

- A.5.3 – cargos em comissão e função gratificada.
- A.5.4 – composição dos Recursos Humanos por faixa etária
- A.5.5 – composição dos Recursos Humanos por nível de escolaridade;
- A.5.6 – refere-se a servidores inativos;
- A.5.7 – trata-se de dados de pensionistas;
- A.5.8 – trata-se de dados sobre estagiários;
- A.5.9 – refere-se ao custo de pessoal da UJ e cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargo da UJ
- A.5.10 – refere-se a distribuição do pessoal contratado, entretanto não se aplica neste exercício, haja vista não ter havido contratação de servidores provenientes de concurso.
- A.5.11 – não se aplica a esta UJ, pois é aplicável apenas para a Secretaria de Gestão do MPOG
- A.5.12 – refere-se a contrato de limpeza e higiene e Vigilância Ostensiva.
- A.5.13 – refere-se ao contrato de locação de mão de obra.

Ítem 6 – Convênios e Contrato de Repasse – serão demonstrados por meio dos quadros com as respectivas análises críticas em conformidade com o anexo II da DN TCU 108/2010. São eles:

- A.6.1 – trata-se das transferências vigentes no exercício de referencia.
- A.6.2 – resumo dos Instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios.
- A.6.3 – resumo dos Instrumentos de transferências que vigerão nos exercícios seguintes.
- A.6.4 – resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade “Convênio” e “Contrato de Repasse”.
- A.6.5 – visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contrato de repasse.

Ítem 7- Trata-se da Declaração atualizada do SIASG e SICONV – serão feitas de acordo com o modelo apresentado no anexo II da IN TCU 108/2010 e fará parte do anexo.

Ítem 8 – Declaração de Bens e Renda – demonstrativo do cumprimento por parte das autoridades e servidores da UJ relativo a entrega da DBR que será feita por meio do quadro A.8.1 do anexo II da DN TCU 108/2010. Fará parte do anexo.

Ítem 9 – Controle Interno – não se aplica a esta UJ em razão de não haver mecanismo de controle interno. As demandas são provenientes do órgão central que as efetua no caso de necessidade. No exercício em questão, não houve demanda.

Ítem 10 – Gestão Ambiental – será demonstrado por meio do quadro A.10.1 do anexo II da DN TCU 108/2010. Entretanto, vale salientar que a UJ quando dos processos licitatórios não prioriza a questão ambiental. O foco deu-se apenas no papel reciclado.

Ítem 11 – Gestão de Patrimônio Imobiliário – será demonstrado por meio dos quadros A.11.1 (anexo II da DN TCU 108/2010) que trata da distribuição espacial de uso especial de propriedade da União; A.11.3 (anexo II da DN TCU 108/2010) que trata da discriminação dos bens. O quadro A.11.2 (anexo II da DN TCU 108/2010) não se aplica a esta UJ, haja vista não haver imóveis locados a terceiros.

Ítem 12 – Tecnologia da Informação – não se aplica a esta UJ em razão da centralização de todas as decisões, inclusive relativo a aquisição de equipamento de informática.

Ítem 13 – Informações sobre Cartão de Pagamento do Governo Federal – a demonstração será feita por meio dos quadros A.13.1 (anexo II da DN TCU 108/2010) que trata do cartão de crédito por portador e A.13.2 (anexo II da DN TCU 108/2010) que trata de despesas de anos anteriores.

Ítem 14 – Renúncia Tributária. - não se aplica a esta UJ

Ítem 15 – Determinações e Recomendações do TCU – não houve ocorrência no período.

Ítem 16 – Recomendações realizadas pela Unidade de Controle Interno – não houve ocorrência no período.

Ítem 17 – Considerações Finais – será feita uma avaliação do exercício sob exame e a perspectiva para o exercício de 2012.

Ítem 18 – Anexos – farão parte deste item a Declaração de inserção e atualização dos dados no SIASG e SCONV (Quadro A.7.1 do anexo II da IN TCU 108/2010): Declaração do Contador do órgão Central e Declaração de Bens e Renda proveniente da Coordenação Geral de Recursos Humanos (órgão Central).

1- IDENTIFICAÇÃO DA UJ – Relatório de Gestão Individual

Objetivos:

A Superintendência Federal de Agricultura no Pará – SFA/PA é uma unidade descentralizada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.

Foi criada pela Lei Delegada nº 09 de 11/10/1962, tendo suas atuais atribuições definidas pela Portaria Ministerial nº 428, de 14/06/2010.

Quadro A.1.1 (anexo II da DN TCU nº 108/2010)

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			Código SIORG: 14
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Federal de Agricultura na Pará			
Denominação abreviada: SFA/PA			
Código SIORG: 002795	Código LOA: não se aplica	Código SIAFI: 130094	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão da Administração Direta do poder Executivo – UD			
Principal Atividade: Fiscalização		Código CNAE: 8413-2/00	
Telefones/Fax de contato:	(091) 3214.8620	(091) 3214.8630	(091) 3231.5878
E-mail: gab-pa@agricultura.gov.br			
Página na Internet: http://www.agricultura.gov.br			
Endereço Postal: Av. Almirante Barroso, 5384 – Castanheira – Belém/PA - CEP: 66610-000			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Criada pela Lei Delegada nº 09 de 11/10/1962, tendo suas atuais atribuições definidas em Portaria nº 428 de 14 de junho de 2010, as SFAs, unidades descentralizadas diretamente subordinadas ao Ministro de Estado consoante orientações técnicas dos órgãos específicos singulares e das Subsecretarias de Assuntos Administrativos e do Planejamento e Orçamento da Secretaria Executiva.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Portarias, Instruções Normativas, Decretos etc.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Instruções de Serviços, Ofícios Circulares e Manuais diversos			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
130094	Superintendência Federal de Agricultura no Pará – SFA/PA		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
-			
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
-		-	

2 – PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE

a) – Responsabilidades Institucionais da Unidade

I- Competência Institucional

As Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, unidades descentralizadas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, diretamente subordinadas ao Titular da Pasta, consoante orientações técnicas dos órgãos específicos singulares e setoriais do Ministério, compete executar atividades e ações de :

I – Defesa Sanitária, Inspeção, Classificação e Fiscalização Agropecuárias;

II – Fomento e Desenvolvimento Agropecuários e da Heveicultura;

III – Assistência Técnica e Extensão Rural;

IV – Infra-estrutura Rural, Cooperativismo e Associativismo Rural;

V – Produção e Comercialização de Produtos Agropecuários, inclusive do café, cana-de-açúcar, açúcar e álcool.

VI – Administração de Recursos Humanos e de Serviços Gerais;

VII – Programação, Acompanhamento e Execução Orçamentária e Financeira dos Recursos alocados;

VIII – Qualidade e Produtividade dos Serviços prestados aos seus usuários; e

IX – Aperfeiçoamento da Gestão da Superintendência.

O universo de atuação (jurisdição) da Superintendência Federal de Agricultura no Pará corresponde à totalidade do território da unidade da Federação, podendo haver alteração desse limite mediante ato do Ministro de Estado.

II- Objetivos Estratégicos

Os objetivos e metas estabelecidos para o exercício estão alinhados ao Plano Plurianual 2008/2011. Esta SFA executa, no âmbito do estado do Pará e dentro de sua competência regimental, as ações do PPA, via gerenciamento dos Planos Internos (PIs). Esta UJ não gerencia programas. Executa as ações finalísticas vinculadas aos programas da Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA/MAPA e Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC, ambas localizadas na sede do MAPA em Brasília. Cabe, respectivamente à Divisão de Defesa Agropecuária – DDA e à Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário - DIPDAG, a coordenação, acompanhamento, orientação e avaliação da execução das atividades da área técnica.

Área de Defesa Agropecuária

Sob a responsabilidade da DDA/SFA-PA, compreende um conjunto de procedimentos de fiscalização, inspeção, educação e certificação sanitária, cujos objetivos incluem evitar perdas na produção e produtividade agropecuária por meio da garantia a qualidade dos insumos e serviços agropecuários, da mitigação do risco de *introdução*, estabelecimento e disseminação de pragas dos vegetais. agentes etiológicos de doenças dos animais, das ações de *controle/erradicação* de pragas dos vegetais e doenças dos animais, com destaques para o Programa de Erradicação da Febre Aftosa- PNEFA e o Programa de Erradicação e Controle da Mosca da Carambola, com a perspectiva de ampliação e manutenção de áreas livres, da garantia da qualidade higiênico-sanitária dos alimentos produzidos no Brasil, consumidos localmente ou no exterior e da educação sanitária para produtores e consumidores.

As normas para a realização deste trabalho são emanadas por organismos internacionais dos quais o Brasil é membro. Em especial se originam de duas fontes principais: A Organização Mundial de Saúde Animal – OIE e a Convenção Internacional de Proteção de Plantas – CIPV. Além disso, o Brasil participa de diversos acordos bilaterais e multilaterais. Estas ações visam o

atendimento destes acordos, cujo descumprimento poderia resultar na interposição de barreiras sanitárias aos produtos brasileiros com impactos negativos nas exportações e na balança comercial, gerando desemprego, redução da renda no campo, e o consequente êxodo rural.

VIGIAGRO – VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA:

Unidades que atuam especificamente na vigilância do trânsito internacional, as Unidades de Vigilância Agropecuária - UVAGRO, atuam como um dos principais braços operacionais dos Serviços Técnicos da SFA (SISA, SISV e SEFAG), realizando atividades regidas por normas técnicas emanadas dos Órgãos Específicos Singulares do MAPA e afetas especificamente às atividades daqueles Serviços, atuando no momento da chegada e saída de produtos e insumos agropecuários.

SEFAG – SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS:

O trabalho é distribuído em 8 Planos Internos (PI), cujos objetivos e atividades são apresentados a seguir:

Fiscalização de Material Genético Animal – FISCGENE

Salvaguardar a produção e a produtividade na área animal pela garantia da qualidade e a conformidade dos materiais destinados à multiplicação por meio de:

- inspeção e fiscalização da produção e comercialização de material genético;
- registro de estabelecimentos industriais, importadores e comerciais de sêmen e embriões;
- registro de estabelecimentos prestadores de serviços na área de reprodução;
- promoção de auditorias técnico-fiscais e operacionais das atividades e projetos pertinentes à área em questão.

Fiscalização de Insumos destinados à Alimentação Animal – FISCINAN

Assegurar a qualidade e a conformidade dos insumos destinados à alimentação animal por meio de ações direcionadas para:

- o registro e a fiscalização dos estabelecimentos fabricantes, importadores, re-misturadores, fracionadores e comerciantes de ingredientes, rações, concentrados, suplementos e aditivos;
- o registro dos produtos;
- a fiscalização de conformidade de produto, mediante realização de análises fiscais;
- a implementação das Boas Práticas de Fabricação - BPF nos estabelecimentos e;
- a participação em reuniões voltadas para a área de nutrição animal.

Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário – FISPROVET 1

Garantir a oferta de produtos de uso veterinário em conformidade com as normas de sanidade. Conferindo aos criadores em geral, níveis de segurança e qualidade compatíveis com as necessidades dos programas de sanidade animal e com os padrões e exigências internacionais por meio de registro, fiscalização e inspeção de empresas industriais e comerciais e, - controle da importação de produtos.

Fiscalização de Sementes e Mudanças – FISCALSEM

Proporcionar a oferta de materiais de propagação vegetal de qualidade e certificar a produção de sementes e mudas, buscando garantir conformidade com os padrões de qualidade fisiológica, fitossanitária e identidade genética por meio de:

- da produção e da comercialização de sementes e mudas;
- análise laboratorial de amostras coletadas para a verificação dos padrões estabelecidos;
- certificação da produção de sementes e mudas.

Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes – FISFECOI

Melhorar os níveis de conformidade e qualidade dos fertilizantes, corretivos e inoculantes colocados à disposição dos produtores rurais por meio de:

- registro e certificação de estabelecimentos produtores e comerciais;
- inspeção e fiscalização sobre a produção e a comercialização dos insumos básicos;
- elaboração e revisão de normas relativas à padronização.

Fiscalização de Agrotóxicos e Afins – FISAGROTOX

Não há registro de estabelecimento produtor em nosso estado.

Fiscalização de Serviços Agrícolas – FISAGRIC 1

Assegurar a adequada qualidade de máquinas, implementos, insumos e serviços de aviação agrícola. Busca-se compatibilizar o avanço tecnológico com a segurança humana e com a sustentabilidade ambiental por meio de:

- fiscalização das empresas prestadoras de serviços agrícolas e de produção e comercialização de máquinas e implementos, além dos proprietários de aviões agrícolas;
- registro e manutenção de cadastro das empresas prestadoras de serviços agrícolas e de produção e comercialização de máquinas e implementos;
- homologação e publicação da relação de produtos químicos em condições de serem aplicados pela Aviação Agrícola.

Fiscalização de atividades com Organismos Geneticamente Modificados FISCORGEN

Acompanhamento e fiscalização de plantios comerciais de milho e soja, que envolvam organismos geneticamente modificados para garantir o cumprimento das determinações da CTNBio e demais legislações referentes a OGM.

SISA – SERVIÇO DE INSPEÇÃO E SAÚDE ANIMAL

O Serviço possui duas subáreas principais:

Saúde Animal

O principal objetivo desta subárea é garantir a sanidade dos rebanhos. Diversas doenças dos animais tem sido objeto de ações de controle/erradicação, destacando-se o Programa de Erradicação da Febre Aftosa, considerado atualmente o principal programa do MAPA na área de saúde animal. O estado do Pará apresenta duas situações sanitárias para esta doença. O centro sul do estado e nordeste que ocupa 70% é considerado *área livre com vacinação com reconhecimento internacional*. O nordeste do estado, o arquipélago do Marajó e a calha do Rio Amazonas, 30% do estado são áreas de *médio risco*. Outras atividades importantes são a prevenção da Influenza Aviária, doença letal para aves e mamíferos, inclusive o homem, prevenção da Encefalopatia Espongiforme Bovina (mal da vaca louca), também letal para mamíferos, entre outras.

Inspeção Animal:

Internamente esta subárea tem três atividades específicas que possuem normas e planejamento próprio: **Inspeção de pescado e derivados, Setor de Carnes e derivados, Área de leite e derivados.**

Tem por objetivo a verificação de conformidade do beneficiamento de produtos nas indústrias sob o Serviço de Inspeção Federal – SIF de acordo com as normas vigentes de modo a garantir a inocuidade dos produtos elaborados, como também, o atendimento às exigências internacionais pelos estabelecimentos habilitados à exportação.

SISV - SERVIÇO DE INSPEÇÃO E SANIDADE VEGETAL

Este Serviço também possui internamente três subáreas:

Sanidade Vegetal

Esta subárea tem a missão de promover a defesa sanitária vegetal no estado do Pará através da coordenação e integração dos trabalhos de diferentes instituições governamentais. Trabalha com o objetivo de impedir a introdução e estabelecimento de pragas exóticas, da ampliação e manutenção de áreas livres de pragas e/ou sistemas de mitigação de risco de pragas, caracterização, estabelecimento, ampliação e manutenção de áreas livres, fortalecer o Serviço Oficial de Sanidade Vegetal, definir rotas de risco de disseminação de pragas dos vegetais e doenças dos animais, melhorar o sistema de quarentena animal, certificação de propriedades agrícolas. Na área vegetal, o principal programa tem sido a manutenção da área de dispersão da praga quarentenária mosca da carambola (*bactrocera carambolae*) nos limites do Estado do Amapá, sem o que, todo o mercado internacional de frutos brasileiros *in natura* poderia se tornar alvo de restrições. Outras pragas tem sido trabalhadas, como a prevenção da introdução da Monilíase do Cacaueiro, praga bem mais agressiva do que a conhecida *Vassoura de bruxa*, e atualmente ocorrendo nos países vizinhos do Brasil. O monitoramento da Ferrugem asiática tem mantido a estratégia de *vazio sanitário*, metodologia que visa diminuir a quantidade de *inoculo* (fonte de contaminação do fungo causador da doença) no campo. A proteção das áreas de produção de citros no Estado do Pará, também tem sido uma preocupação constantes, em função da possibilidade de introdução de diversas pragas de alto impacto econômico como greening, cancro cítrico, pinta-preta, entre outros. Adicionalmente iniciaram-se os trabalhos para conter a dispersão da praga “broca do cupuaçu e do cacau” (*Conotrachaelus humeropictus*) com ocorrência confirmada no oeste do Pará, em direção às principais áreas produtoras de cacau na região da Transamazônica.

Com o aumento da atividade agrosilvipastoril em vastas regiões do sul e sudeste do Pará, dedicou-se atenção às pragas de essências florestais com presença em outras unidades da federação e ausentes no Estado do Pará.

Inspeção de Bebidas - IPVEGETAL

Visa garantir, mediante fiscalização e inspeção intensiva, a comercialização tanto no mercado nacional como de exportação, de bebidas em geral alcoólicas e não alcoólicas, inclusive vinhos e derivados da uva e do vinho, bem como polpas de frutas, em conformidade com os Padrões de Identidade e Qualidade - PIQ, oficiais, estabelecidos nas normas federais para cada produto padronizado, e das formulações registradas de produtos não padronizados.

Classificação vegetal - PADCLASSIF

Visa garantir, mediante fiscalização e atividades delegadas de classificação, a comercialização tanto no mercado nacional como de exportação, de produtos de origem vegetal, exceto bebidas, em conformidade com Padrões de Identidade e Qualidade - PIQ, oficiais, estabelecidos nas normas federais para cada produto padronizado.

ÁREA DE POLÍTICA E DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO

Sob a responsabilidade da DIPDAG/SFA-PA, estas ações visam identificar demandas do setor produtivo, que possam ser atendidas por meio dos programas do Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento. Incluem ações de fomento ao desenvolvimento agropecuário *sustentável*, com foco no respeito às normas e princípios da agroecologia e da preservação ambiental, promover o fortalecimento da infraestrutura rural e o incentivo ao cooperativismo e associativismo rural.

b) **Estratégia de Atuação frente às responsabilidades Institucionais**

I – Plano Estratégico da Unidade

Ações do Programa: “Segurança da Sanidade Agropecuária”

Área de Defesa Agropecuária.

As ações de defesa agropecuária de competência do Governo Federal no âmbito da SFA são executadas de forma direta por Fiscais Federais Agropecuários – FFA. Porém, a fim de se obter a abrangência e capilaridade necessária à dimensão geográfica do Estado do Pará (1,2 milhões de Km²), tornou-se necessário a adoção das estratégias previstas no Decreto 5741/2006 (SUASA). Assim, diversas atividades são realizadas por meio de delegação de competência ao Governo do Estado do Pará, que os realiza por meio da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará – ADEPARÁ. O MAPA viabiliza recursos de convênio para estas atividades. Os FFAs da SFA-PA realizam supervisões e auditorias nas unidades da ADEPARÁ, em consonância com as normas do MAPA e dos órgãos de controle.

Vigilância Agropecuária: Apesar da extinção do Serviço de Gestão do Vigiagro em junho de 2010, as unidades continuaram executando suas atividades normalmente.

Existem na SFA-PA, 04 (quatro) UVAGROs, a saber:

1. Unidade de Vigilância Agropecuária do Porto de Belém;
2. Unidade de Vigilância Agropecuária do Aeroporto Internacional de Val-de-Cans;
3. Unidade de Vigilância Agropecuária do Porto de Santarém;
4. Unidade de Vigilância Agropecuária do Porto de Vila do Conde.

Além do atendimento local, os técnicos do VIGIAGRO atuam nos seguintes recintos alfandegados:

1. Porto Seco METROBEL Belém Porto de Belém
2. Instalação Portuária Fluvial - Munguba (*) Monte Dourado Porto de Belém
3. Terminal Graneleiro - Cargil Santarém Porto de Santarém
4. Porto Seco Center Cargo Juruti Porto de Santarém.

Cada uma possui chefia e quadro de pessoal distinto e estabelecem uma dinâmica própria de acordo com as peculiaridades de cada recinto. As atividades consistem na prática na fiscalização de mercadorias, bagagem e encomendas de produtos e insumos agropecuários e embalagens e suportes de madeira que acondicionam quaisquer classes de mercadorias que entram ou saiam do país. As mercadorias são classificadas por categorias de risco fito ou zoonos e que possuem procedimentos específicos conforme categoria e classe. As embalagens e suportes de madeira obedecem a normas internacionais contidas na NIMF 15 (Norma Internacional de Fitossanidade) da FAO.

A certificação das mercadorias de origem animal e vegetal destinados ao mercado internacional cumpre exigências normativas específicas, emanadas por fóruns internacionais, dos quais o Brasil é signatário, como OMC, IPPC, OIE e Codex-Alimentarius.

As fiscalizações realizadas pelos Fiscais Federais Agropecuários, tanto na exportação, visando a certificação de produtos agropecuários, como na importação para produtos que requeiram anuência (conforme IN 40/2008) são correlacionadas e subsidiadas por sistema de outros órgãos como o SISCOMEX, no qual o MAPA é anuente na importação de alguns produtos, além de documentos emitidos por outros órgãos como Receita Federal, Receita Estadual, IBAMA, ANVISA, além de companhias de navegação (BL) e companhias aéreas (AWB).

Inspeção da Saúde Animal e Inspeção da Sanidade Vegetal

A execução propriamente dita das atividades dá-se principalmente por meio de delegação de competências, nos termos do Decreto Nº 5.741, de 30 de março de 2006, que definiu o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA.

O SISA, de forma direta realiza o controle dessas atividades principalmente por meio de auditorias e supervisões nas unidades de execução do Órgão Estadual de Defesa Agropecuária (ADEPARÁ), com ênfase ao controle do trânsito interestadual e à vigilância sobre as pragas e doenças de importância econômica e de interesse nacional. Havendo dificuldade operacional, ocorrência de focos de pragas quarentenárias ou doenças de controle e notificação obrigatória, nos termos da Convenção internacional de Proteção dos Vegetais, da Organização Mundial de Saúde Animal ou acordos bilaterais e multilaterais dos quais o Brasil é signatário, realiza-se um Plano de Contingência e ações emergenciais conjuntamente com a ADEPARÁ, sob assessoramento do Departamento de Sanidade Vegetal – DSV/SDA ou do Departamento de Saúde Animal – DSV/SDA conforme o caso.

O controle do trânsito interestadual executado pelo órgão estadual, abrange quase na sua totalidade os 143 municípios paraenses através das unidades locais, unidades de coordenação regional, unidade central de coordenação, porto de Belém, postos fixos e equipes volantes de fiscalização, contudo as principais barreiras se localizam nas divisas com os Estados do Maranhão, Tocantins e Mato Grosso.

O principal desafio encontrado ao longo de 2010 diz respeito às dificuldades do órgão estadual de Defesa Agropecuária (ADEPARÁ) em atender os requisitos estabelecidos nas normas internacionais, mesmo assim o Estado do Pará avançar no reconhecimento novas áreas livres de febre aftosa. Isto levou a SFA/PA a criar um Grupo de Trabalho Técnico especificamente para buscar junto ao Governo do Estado sanear as inconformidades encontradas nos procedimentos operacionais, trabalho este ainda em andamento.

O SISA supervisiona e audita os postos fixos, que tem atendimento 24 horas – diários durante o ano todo. Contatou-se que algumas barreiras fitossanitárias ainda necessitam de melhora na sua infra-estrutura e logística, considerando que em alguns lugares ainda faltam Engenheiros Agrônomos, veículos e apoio policial. É necessário que o Estado melhore a estrutura da fiscalização, com aquisição de equipamentos e materiais, contratação de pessoal e criação de Sistemas de Informação.

Ações do Programa: “Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas”

Inspeção de Produto de Origem Animal

Inspeção de pescado e derivados: Visa a verificação de conformidade do beneficiamento de produtos nas indústrias sob o Serviço de Inspeção Federal – SIF de acordo com as normas vigentes de modo a garantir a inocuidade dos produtos elaborados, como também, o atendimento às exigências internacionais pelos estabelecimentos habilitados à exportação.

Setor de Carnes e derivados: Fiscaliza os estabelecimentos com registro no SIF – Serviço de Inspeção Federal visando garantir o cumprimento das normas sanitárias, para segurança do consumidor e cumprimento de acordos internacionais por estabelecimentos habilitados à exportação

Área de leite e derivados: Executa a Inspeção Permanente e Periódica, fiscalização em estabelecimento produtor, coleta de amostras para a análise laboratorial, Supervisões Técnicas, Auditorias, Visitas Técnicas, acompanhamento de missões internacionais, atividades de apoio, ações interinstitucionais, apoio técnico, reuniões técnicas, capacitação, entre outros elementos de não menores valores para o alcance dos resultados favoráveis à excelência da qualidade do serviço.

Inspeção de Produtos de origem Vegetal:

Área de Bebidas

A execução do Plano Operativo Anual se dividiu em duas vertentes, a saber: A primeira se refere às metas físicas onde se atingiu 106,15% do programado. A segunda se refere à execução orçamentária e financeira onde se atingiu 98,70% da dotação orçamentária descentralizada em favor das atividades na circunscrição da SFA/MAPA-PA. Entretanto, cabe aqui registrar, que a dotação orçamentária descentralizada correspondeu apenas a 27,01% da prevista no Plano Operativo Anual acima citado, apesar de ter sido elaborado com total observância as diretrizes oficiais estabelecidas e repassadas pela CGVB/DIPOV/SDA/MAPA, como a diante se demonstrará. A programação e execução das metas físicas e financeiras foram lançadas mês a mês no SIPLAN.

Para cumprimento das metas físicas procurou-se otimizar a utilização dos recursos humanos, materiais, orçamentários e financeiros disponibilizados ao SISV/DDA-PA à execução das atividades concernentes ao programa - Segurança e Qualidade de Bebidas, em 2011, ou seja, à execução tomou-se por base os dados registrados nos anos anteriores em termos de demandas internas e externas acerca das atividades, na capacidade operacional atual do serviço, e no apoio logístico dispensado pela direção da SFA/MAPA-PA, o que viabilizou a inspeção e fiscalização de razoável quantidade de estabelecimentos sem a necessidade de concessão de diárias e suprimento de fundos de viagem a serviço.

Assim, centrou-se o foco na execução das atividades de inspeção e fiscalização **”In Loco”** de estabelecimentos industriais registrados no SIPE do MAPA, como produtores, envasilhadores e exportadores de bebidas alcoólicas e não alcoólicas, localizados na Região Metropolitana de Belém, capital do Estado do Pará, porque além de concentrar o maior número de estabelecimentos, também é a Região responsável pela quase totalidade da produção de bebidas do Estado, inclusive quanto a produção e envasilhamento de cervejas, bebidas alcoólicas por mistura, de refrigerantes e de polpa de frutas, com destaque para o açaí produzido e comercializado no mercado local, nacional e de exportação.

Registre-se, que o SISV/DDA-PA esteve presente em várias reuniões convocadas pelo Ministério Público Estadual e pelo Sr. Governador do Estado, juntamente com outros órgãos para discussão e estabelecimento de diretrizes e metas de melhorias na sanidade e na qualidade do açaí produzido no Estado. Realizou-se fiscalização no comércio varejista de bebidas, coleta de amostras fiscais e análises laboratorial de xaropes, sucos, refrescos, refrigerantes e polpa de frutas, para verificação do Padrão de Identidade e Qualidade-PIQ, oficial, de produtos disponibilizados no comércio, com fins de preservar a segurança alimentar do consumidor final. Os resultados tiveram os desdobramentos legais previstos na legislação federal reguladora da atividade.

Ações do Programa: “Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários”

Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários:

O setor primário paraense, tanto a agricultura como a pecuária, tem experimentado nas últimas décadas um crescimento significativo. Atualmente, reconhece-se o Estado do Pará como o principal produtor de dendê, abacaxi, mandioca, pimenta-do-reino e açaí do país, além de, o 2º na produção de coco, 4º na de banana, 5º na de citros, 6º na de arroz, 10º na de milho e o 14º na de soja. Nosso rebanho bovino é o 5º e temos o principal contingente de bubalinos do país, conferindo ao estado, posição de destaque no cenário nacional.

Porém, nosso maior desafio recai na questão da qualidade face à triste imagem do Pará, tanto no âmbito interno como no internacional, consolidada pelos inúmeros fatos negativos freqüentemente veiculados pela mídia.

Sabe-se que uma semente de boa qualidade é um dos pré-requisitos fundamentais para o sucesso do estabelecimento de uma lavoura e garantia de ótimas safras e que a expressão máxima da produtividade de um rebanho é conferida pela qualidade genética de seus indivíduos.

Assim sendo, a busca do “padrão de excelência” dos produtos disponibilizados ao produtor, deverá ser uma constante em nossas ações fiscais.

Pelo exposto acima, é inquestionável a importância do setor para a economia do estado e fica evidente a necessidade de se reverter com urgência essa imagem extremamente negativa, de nosso estado.

Assim, reflexões sobre o planejamento estratégico das ações de fiscalização tornam-se necessárias, valorizando-se a capacidade operacional e os recursos disponíveis em função do universo a ser fiscalizado, priorizando as principais regiões agrícolas do estado.

Ações dos Programas:

“Conservação, Manejo e uso Sustentável da Agrobiodiversidade”;

“Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio” e

“Apoio ao desenvolvimento do Setor Agropecuário”

Dentre as diversas atividades do serviço, foram apoiados os programas coordenados pela Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo através da execução de ações voltadas para (1) agregação de valor aos produtos paraenses através da Identificação Geográfica de produtos agropecuários, com destaque para o açaí de Igarapé-Miri, as amêndoas de cacau nos municípios da região da Transamazônica e Castanha do Pará em Oriximiná; da Produção Integrada de produtos agropecuários, neste caso o abacaxi em Floresta do Araguaia e Salvaterra, as flores tropicais em Belém e municípios adjacentes, e a banana em Santo Antônio de Tauá e Santa Isabel; através da Produção Orgânica com a promoção de feiras, cursos, palestras, seminários e oficinas; (2) voltadas para a fiscalização de convênios de custeio para recuperação de vicinais, de capacitação e de eventos como o Frutal da Amazônia e AmazonPec; e (3) para análise e fiscalização de emendas parlamentares de investimento, principalmente para a aquisição de patrulhas mecanizadas e obras de infra-estrutura para o desenvolvimento rural de diversos municípios do Estado do Pará.

Apoiamos ainda ações da Secretaria de Relações Internacionais como o Agroex Santarém e ações da Secretaria de Política Agrícola na elaboração do Plano Agrícola e Pecuário 2010-2011.

II – Plano de Ação da Unidade referente ao exercício

Vigilância Agropecuária:

A dinâmica das exportações e importações sofreu algumas alterações em função da política ambientalista, que restringiu a extração de madeira de áreas não manejadas e também em decorrência da alteração da rota de navios pertencentes a algumas companhias de navegação, que direcionam seus navios para o Porto de Vila do Conde em detrimento ao Porto de Belém, por este não possuir as instalações requeridas, principalmente as voltadas para as exportações de produtos de origem animal, conforme preconiza a IN 34/2010, que prevê a existência de câmara frigorífica para a inspeção de produtos de origem animal frigorificados, principalmente com destino à Rússia. Para melhor atendimento a essa demanda, o Porto de Vila do Conde recebeu o reforço de Fiscais Federais Agropecuários da área vegetal (engenheiros agrônomos), vindos do Porto de Belém e do estado do Amapá, além de ter lotados permanentemente dos Fiscais Federais Agropecuários – Médicos Veterinários. Ainda assim, há a necessidade com urgência de reforço para atender a crescente exportação de bovinos vivos.

Inspeção da Saúde Animal e Inspeção da Sanidade Vegetal:

As ações são executadas por meio de sensibilização da cadeia produtiva, levantamento fitossanitário, auditorias, implantação de medidas preventivas e de controle, capacitação, manutenção de banco de dados, elaboração de relatórios, supervisão de área delimitada, etc.

A dimensão geográfica do Estado do Pará exige estratégias apropriadas e uma infraestrutura que permita uma adequada capacidade e eficácia no sistema de vigilância. Assim, os postos do Órgão Estadual de Defesa Agropecuária estão instalados em locais que possibilitam a adequada fiscalização do trânsito que ocorre entre determinadas regiões e nas fronteiras com outros estados.

Na área vegetal, o principal programa tem sido a manutenção da área de dispersão da praga quarentenária mosca da carambola (*bactrocera carambolae*) nos limites do Estado do Amapá, sem o que, todo o mercado internacional de frutos brasileiros *in natura* poderia se tornar alvo de restrições.

Inspeção de Produtos de Origem animal:

As ações foram executadas de acordo com o planejamento elaborado no final do exercício anterior, estabelecendo-se prioridades em função de demandas e determinações da Direção, Coordenações e Divisões do DIPOA/MAPA. Adite-se que a operacionalização dar-se-á por área como foi demonstrado no item anterior.

Inspeção de Produtos de Origem Vegetal:

A execução do Plano Operativo Anual se dividiu em duas vertentes, a saber: A primeira se refere às metas físicas onde se atingiu 106,15% do programado. A segunda se refere à execução orçamentária e financeira onde se atingiu 98,70% da dotação orçamentária descentralizada em favor das atividades na circunscrição da SFA/MAPA-PA. Entretanto, cabe aqui registrar, que a dotação orçamentária descentralizada correspondeu apenas a 27,01% da prevista no Plano Operativo Anual acima citado, apesar de ter sido elaborado com total observância as diretrizes oficiais estabelecidas e repassadas pela CGVB/DIPOV/SDA/MAPA, como a diante se demonstrará. A programação e execução das metas físicas e financeiras foram lançadas mês a mês no SIPLAN.

Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários:

Em 2011 o SEFAG contou com uma força de trabalho composta por 11 Fiscais Federais Agropecuários – FFA. Sendo 09 Engenheiros Agrônomos e 02 Médicos Veterinários, apoiados por 03 auxiliares, sendo 01 na área técnica e 02 na administrativa.

Entretanto, para que o Plano de Ação alcance o status de excelência proposto, há a necessidade de um incremento de pessoal de, pelo menos, 01 médico veterinário e 01 zootecnista, além de 01 agente agropecuário e, a implantação de medidas e procedimentos que venham fazer frente à crescente demanda de fiscalização, tais como:

- Disponibilizar recursos orçamentários e financeiros para a execução em tempo hábil à fiscalização agropecuária. Bem como efetuar pagamentos de despesas de deslocamento dos servidores (diárias) e suprimentos de fundos, nos prazos pré-definidos;
- Necessidade de treinamentos dos FFA em Auditoria Técnico-Fiscal-Operacional e Legislação Federal Agropecuária, considerando os PI's do Serviço de Fiscalização;
- Ampliação da infra-estrutura física do prédio onde funciona o Serviço de Fiscalização Agropecuária/SFA/PA;
- Contratação de motoristas oficiais para conduzirem os FFA nas atividades de campo, considerando a extensa dimensão territorial do estado;

- Estabelecer um calendário, com efetivo cumprimento, de reuniões entre os setores técnico-administrativos, laboratórios, entre outros, visando uma maior integração e buscando minimizar problemas na unidade gestora;
- Realização de seminários internos objetivando integração e divulgação das ações;
- Elaboração do planejamento anual das atividades dos programas;
- Programar e elaborar com antecedência as ordens de serviço e suprimento de fundos;
- Implantação de UTRA's e contratação de pessoal para estas unidades.
- Agilidade na tramitação dos procedimentos administrativos.
- Problemas relacionados ao recolhimento das GRU'S.
- Suprir a carência de equipamentos de informática e material de expediente.

Por outro lado, os procedimentos a serem adotados segundo o Plano de Ação já deveriam estar compatibilizados com o modelo de Gestão Estratégica com base nos Resultados Estratégicos e seus Indicadores de Desempenho.

Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário: em todos os segmentos, a estratégia do DPDAG consistiu na busca de demandas do setor rural por meio de reuniões, seminários, oficinas e câmaras setoriais com parcerias institucionais das diversas esferas do governo, iniciativa privada e representações dos produtores rurais, objetivando ajustá-los aos programas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

c) Programas de Governo sob responsabilidade da Unidade

I - Execução dos Programas de Governo sob responsabilidade da UJ

Por ser Unidade descentralizada, as UJs não gerenciam “Programas”, operacionalizam as ações decorrente dos mesmos com subordinação técnica aos seus respectivos coordenadores da Unidade Central.

A UJ executa as ações provenientes dos programas mediante metas estabelecidas nos Planos Operativos definidas para o exercício.

DIPDAG – Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário.

Objetiva buscar demandas do setor rural através da participação em reuniões, oficinas, seminários, câmaras setoriais, e demais fóruns inerentes direta ou indiretamente as atividades agropecuárias do Estado. Eventos estes promovidos pelo próprio Ministério ou por parceiros institucionais das diversas esferas de governo, da iniciativa privada e das representações de produtores rurais, objetivando ajustá-las aos programas do Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento.

Dentre as diversas atividades do serviço, foram apoiados os programas coordenados pela Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo através da execução de ações voltadas para (1) agregação de valor aos produtos paraenses através da Identificação Geográfica de produtos agropecuários, com destaque para as amêndoas de cacau nos municípios da região da Transamazônica; da Produção Integrada de produtos agropecuários, neste caso o abacaxi em Floresta do Araguaia e Salvaterra; através da Produção Orgânica com a promoção de feiras, cursos, palestras, seminários e oficinas; (2) voltadas para a fiscalização de convênios de custeio para recuperação de vicinais, de capacitação e de eventos como Apoio a realização da 15ª exposição agropecuária de Conceição do Araguaia – PA; e (3) para análise e fiscalização de emendas

parlamentares de investimento, principalmente para a aquisição de patrulhas mecanizadas e obras de infra-estrutura para o desenvolvimento rural de diversos municípios do Estado do Pará.

Participação efetiva na Operação Cidadania Xingu, cujo objetivo foi de garantir a presença efetiva do poder público nos territórios impactados pela UHE Belo Monte com políticas e ações que promovam o desenvolvimento sustentável da região com foco na melhoria da qualidade de vida dos diversos segmentos sociais (população rural, população urbana), com integração entre os entes federados. Foram realizadas exposições e palestras sobre os temas Associativismo, Cooperativismo e Produção Integrada de Sistemas Agropecuários, nos Municípios de Altamira, Brasil Novo, Medicilândia, Uruará, Placas, Vitoria do Xingú, Anapú, Pacajá, Senador José Porfírio, Porto de Móz e Gurupá, todos no Estado do Pará.

Em 2011 coube ao DPDAG-PA efetivar as atividades do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no que concerne a Operação Arco Verde no Estado do Pará, voltadas para ações iniciadas em 2010 e no Fortalecimento das Cadeias Produtivas visando a dinamização econômica dos municípios de Marabá, Brasil Novo, São Félix do Xingu e Rondon do Pará.

O DPDAG-PA integrou o grupo de apresentação, discussão e encaminhamentos para implantação do projeto de Transferência e Difusão de Tecnologias em Produção Integrada e Sistemas Agropecuários de Produção Sustentáveis e Conservacionistas em Microbacias Hidrográficas em Rondon do Pará – PA (Produção Integrada em Sistemas Agropecuários – PISA II).

II – Execução física das Ações realizadas pela UJ

Ações do Programa “SEGURANÇA DA SANIDADE AGROPECUÁRIA”

2134: Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais e seus produtos – VIGIFITO

Quadro A.2.2 (anexo II da DN TCU nº 108/2010)

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade Medida	Execução Física		Execução Financeira	
							MFP	MFR	MFP	MFR
1	Defesa Sanitária Vegetal	0357	2134	Atividade	3	Fiscalização Realizada	40000	33572	37.276,00	33.382,26

Para aferição do desempenho operacional da ação VIGIFITO calculou-se os indicadores de eficácia sobre o desempenho das auditorias no controle do trânsito realizado pelo SISV e sobre o trabalho da vigilância e controle do trânsito que é realizado nas ULSAs e nos postos de Fiscalização pela ADEPARÁ.

Justifica-se o índice de eficácia no cumprimento de meta física programada em 2011 de 64,5% em virtude:

- Foram programadas 65 supervisões em Barreiras fitossanitárias para serem realizadas durante ao ano de 2011.
- Essa atividade é coordenada por um único FFA que conta com o apoio de outro FFA para realização da atividade.
- Em 2011 houve contingenciamento de recursos e limitação de gastos com diárias sendo que os recursos foram descentralizados somente a partir do mês de 2011, ou seja, as supervisões começaram a ser executadas a partir daquele mês dificultando o cumprimento da meta estabelecida por cada Fiscal Federal envolvido em operacionalizar os planos sob sua responsabilidade e de outras demandas do SISV.

Esta ação compreende as atividades de vigilância e controle do trânsito interestadual de vegetais. O VIGIFITO Atua de forma complementar aos diversos programas sanitários em atividade no MAPA, sendo que as ações se dão de forma mais intensa nas rotas de circulação de insumos e da produção agrícola vegetal, das espécies consideradas vetores de pragas regulamentadas.

Os principais produtos vegetais sujeitos à fiscalização do trânsito são os hospedeiros da Sigatoka Negra (*Mycosphaerella fijiensis*), Mosca da Carambola (*Bactrocera carambolae*), Pinta Preta dos Citros (*Guignardia citricarpa*), Cancro Cítrico (*Xanthomonas axonopodis*), a Mosca Negra dos Citros (*Aleurocanthus woglumi*), Morte súbita e o Greening (*Candidatus Liberibacter*).

Pode-se resumir a ação do VIGIFITO em **três** atividades básicas: Controle do Trânsito Interestadual de Vegetais, Análise de Processos de Importação de Vegetais e Fiscalização das Empresas prestadoras de Serviços Fitossanitários.

1.1 CONTROLE DO TRÂNSITO INTERESTADUAL DE VEGETAIS.

A ação se realiza em dois níveis: o primeiro ocorre no nível da instancia intermediária do SUASA (Decreto 5741/2006), que no estado do Pará é a Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará – ADEPARA e a segunda de nível federal se materializa nas ações de controle e acompanhamento realizados pelos SISV/SFA-PA.

1.1.1 Atuação da ADEPARÁ

Esta instituição executa nas Unidades Locais de Sanidade Agropecuária- ULSA, nos Postos fixos e móveis de fiscalização e nos Escritórios de Atendimento Comunitário as ações diretas de controle de trânsito de vegetais e suas partes possíveis vetores de pragas agrícolas e abrange quase a totalidade dos 143 municípios paraenses, contudo as principais barreiras se localizam nas divisas com os Estados do Maranhão, Tocantins e Mato Grosso. Os postos fixos têm atendimento 24 horas – diários durante o ano todo. Também, estão em fase de implantação as ações de fiscalização do trânsito aeroviário doméstico no aeroporto de Belém, dada a existência da Mosca da Carambola no Amapá e a identificação de possível trânsito de material hospedeiro da praga em bagagem de passageiros oriundos daquele estado.

1.1.2 Atuação do SISV

O SISV, de forma direta, realiza o controle e acompanhamento das atividades por meio de reuniões e supervisões técnicas, instrutoria em treinamentos e fornecimento permanente de orientações por meio documental, telefônico e e-mail. Estas atividades têm como objetivo principal garantir o perfeito entendimento por parte das equipes técnicas da ADEPARÁ e instituições parceiras, dos procedimentos e obrigações previstos na legislação fitossanitária, e as razões técnico científicas que as embasaram.

Adicionalmente, o SISV realiza auditorias que visam avaliar a qualidade dos serviços nas diversas rotas de risco, visando subsidiar a classificação de risco fitossanitário do estado do Pará, por parte do Departamento de Sanidade Vegetal - DSV/SDA e seus conseqüentes benefícios ou restrições. Todas as atividades são realizadas nas unidades central e do interior.

1.2 ANÁLISE DE PROCESSOS DE IMPORTAÇÃO DE VEGETAIS

O SISV-PA desenvolve também importante papel na fiscalização do trânsito internacional de vegetais, suas partes e subprodutos, considerando a instrução processual e emissão de pareceres técnicos para importação e exportação. Dentre esses processos a demanda é maior para a importação de material de propagação vegetal, com conseqüente análise de laudos laboratoriais e emissão de termos de liberação das partidas importadas.

Não obstante todas as estratégias de controle nas importações de produtos vegetais empreendidas pelo MAPA que vão desde as Análises de Risco de Pragas até os procedimentos técnico-administrativos alistados acima, o SISV realiza de forma complementar inspeções de

campo, visando aferir a sanidade do material importado, já implantado em território brasileiro, e impedir a eventual expansão de uma praga introduzida acidentalmente.

1.3 FISCALIZAÇÃO DE PRESTADORAS DE SERVIÇO FITOSSANITÁRIO NO TRÂNSITO INTERNACIONAL

A fim de atender a legislação fitossanitária, que não permite a introdução de insetos vivos em partidas de produtos vegetais importados, mesmo quando não constam de lista de pragas regulamentadas, e à NINF de nº 15 que visa impedir a disseminação em âmbito internacional da praga florestal besouro asiático (*Anoplophora glabripennis*) o MAPA passou a credenciar empresas que realizam ações de expurgo de cargas e o tratamento térmico em embalagens de madeira destinadas ao trânsito internacional.

Realizada com base na Instrução Normativa nº 66 /2006, esta atividade era antes vinculada ao PI FISAGROTOX. Por definição da Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA/MAPA, esta atividade passou a estar sob a responsabilidade do SISV por meio da ação VIGIFITO. Em consequência o SISV passou a fiscalizar as empresas que solicitam vistorias para novos credenciamentos e renovações de credenciamentos, fazendo desde a análise documental até a fiscalização da *in loco* estrutura física e operacional das empresas.

1.4 METAS FINANCEIRAS - LOA

Mês	LOA	Empenhado	Realizado	Valor Pago	% Acum.
Janeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fevereiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Março	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abril	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Maio	312.345,00*	0,00	0,00	0,00	0,00
Junho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Julho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agosto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Setembro	11.500,00	314.377,50	314.377,50	2.032,50	100,00
Outubro	20.254,00	6501,75	6501,75	317.391,85	100,00
Novembro	5.522,00	24.848,01	20.600,53	19.387,33	98,77
Dezembro	0,00	0,00	4.247,48	6.915,58	100

* Recursos de convênio

Execução Orçamentária

O quadro abaixo mostra o gasto com a execução da ação nas principais atividades de vigilância e controle do trânsito de vegetais e produtos de origem vegetal realizados pelo SISV e ADEPARA.

PI	Elemento de despesa	Dotação	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	% Execução
VIGIFITO	3390.14 (Diárias)	17.384,40	14.538,66	14.538,66	83,63
	3390.30 (Consumo)	1.490,00	1.242,00	1.242,00	83,35
	3390.33 (Passagens)	15.500,00	15.500,00	15.500,00	100
	3390.36 (P.Física)	2.101,60	2.101,60	2.101,60	100
	3390.39 (P. Jurídica)	800,00	-	-	-
TOTAL		37.276,00	33.382,26	33.382,26	89,55

2.2 METAS FÍSICAS

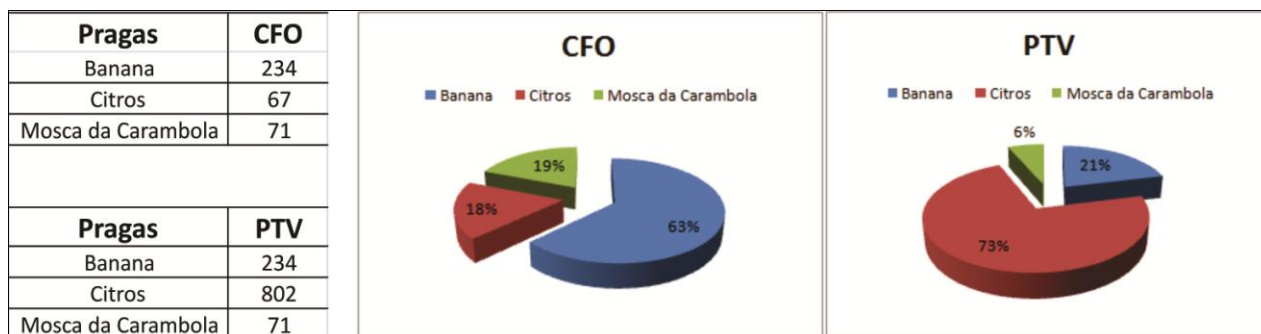
2.2.1 CONTROLE DIRETO DO TRÂNSITO VEGETAL

2.2.1.1 - ATIVIDADE DA ADEPARÁ

O quadro abaixo, apresenta o desempenho da atividade de fiscalização das partidas de produtos vegetais suas partes e seus subprodutos nas barreiras da ADEPARÁ,

Mês	Previsto inicial	Previsto corrigido	Realizado	% acumulado
Janeiro	3000	3000	2991	99,70
Fevereiro	3500	3500	3025	92,55
Março	3200	3200	2935	92,28
Abril	3500	3500	2947	90,14
Maiο	3300	3300	2920	89,91
Junho	3500	3500	2760	87,89
Julho	3200	3200	2700	87,41
Agosto	3600	3600	2605	85,38
Setembro	3500	3500	2789	84,73
Outubro	3500	3500	2757	84,11
Novembro	3300	3300	2706	83,92
Dezembro	2900	2900	2437	83,93
Total	40000	40000	33572	% sobre 2010(-29%)

Em 2011, foram emitidas as quantidades de CFO e PTV conforme descrição abaixo:



A entidade estadual de defesa fitossanitária, a ADEPARA emitiu em 2011 um total de 1107 PTV's – Permissões de Transito de Vegetal, sendo que 802 PTV's oriundas da cultura dos citros e 234 PTV's da banana. E 71 PTV's do programa da mosca da carambola. Isto representa um aumento de 12,38% em relação a 2010.

2.2.1.2 - ATIVIDADE DO SISV

A tabela abaixo descreve as atividades realizadas especificamente quanto ao controle das atividades de controle de transito vegetal.

Atividades de Supervisão, Auditoria e Controle

Metas	Unidade	Previsto 2011	Previsto Corrigido 2011	Realizado 2011	Desemp. %	Previsto 2012	% s/ 2010
Supervisão em barreiras fitossanitárias	Sup.	21	10	7	70	23	350
Fiscalização em propriedades com emissão de CFO	Fiscalizações	38	30	16	53,3	30	-11
Fiscalização em unidades de consolidação com emissão de CFO	Fiscalização	28	22	10	45,4	22	-23
Instrutoria em curso de CFO	Curso	2	2	2	100	2	*
Supervisão de curso de CFO	Curso	2	2	2	100	2	*
Reuniões Internas	Reunião	5	5	5			

* Não foi realizada esta atividade em 2010.

2.2.2 – ANÁLISE EM PROCESSOS DE IMPORTAÇÃO DE VEGETAIS

O quadro abaixo resume a atividade do SISV neste quesito.

Metas	Unid.	Previsto 2011	Realizado 2011	Desemp. %	Previsto 2012	% s/ 2010
Parecer Técnico	Emissão	30	24	80	25	-11
Laudos fitossanitários	Análise	90	184	204	90	266
Termo liberação da partida	Emissão	70	96	137	70	139
Inspeção Fitossanitária em material importado	Inspeção	8	8	100	12	-11
Realização de ARP (Análise de Risco de Pragas)	Análise	-	3	*	*	*

* Atividade realizada exclusivamente por demanda do DSV

Os procedimentos da tabela acima se referem aos processos de importação de sementes de palma de óleo (*Elaeis sp.*). Esta cultura é prioritária para as ações governamentais de incentivo à produção de biocombustíveis. As importações se referem às sementes pré-germinadas de palma de óleo (dendê) oriundas de países autorizados pelo MAPA a exportar para o Brasil. Cabe, em cada caso ao SISV verificar se os requisitos estabelecidos nas ARPs (análises de riscos de pragas) realizadas estão sendo atendidos.

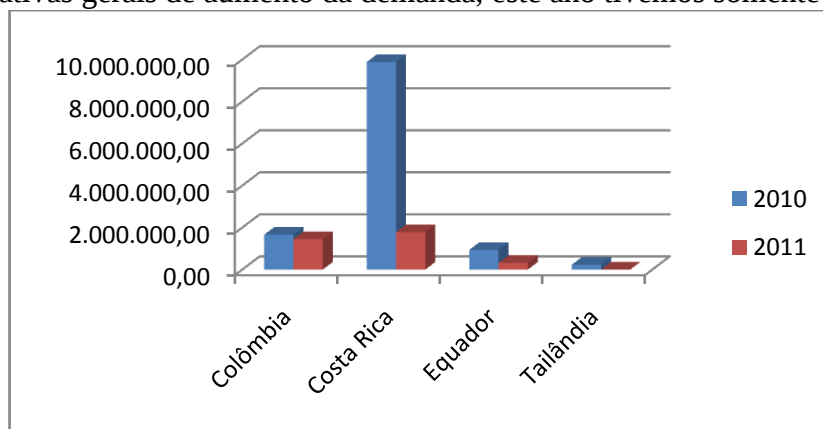
Como demonstrado nos gráficos e tabelas, no exercício de 2011 foi autorizada pelo SISV a importação de 3.552.445 sementes pré-germinadas de *Elaeis. sp.* A fim de verificar a sanidade em nível de campo o SISV empreendeu inspeções de campo em cada um dos campos de produção de

destino das mudas das empresas citadas nas tabelas, e até o presente momento não foram observadas anormalidades que pudessem por em risco o programa federal.

As grandes diferenças observadas em relação ao planejamento/execução se devem ao fato que à época da elaboração do plano operativo, não tínhamos informações suficientes sobre as tendências de crescimento da cadeia produtiva do dendê, conforme expressa pela quantidade de sementes importadas, uma vez que os laudos são emitidos por critérios de representatividade estatística, ou seja, quanto maior a quantidade importada, maior o número de amostras, independentemente do número de processos de importação envolvidos.

Á época da elaboração do plano operativo de 2010 havia apenas 35.000 ha de palma de óleo plantadas no estado do Pará. Em 2011 a área plantada aumentou para 135.000. Em função das novas informações obtidas, estamos com a expectativa de que se alcance a área plantada de 235.000 ha em 2012 e até 2016, cerca de 1 milhão de ha.

Ainda assim, é realmente difícil prever a demanda de trabalho, uma vez que isso depende da complexa dinâmica político-econômica que rege a cadeia produtiva do dendê. No ano exercício de 2010 tivemos um volume de sementes importando da ordem de 12.712.620,00, e apesar das expectativas gerais de aumento da demanda, este ano tivemos somente 3.552.445.



Comparativo de importação de sementes (2010/2011)

Por outro lado, o desempenho negativo no item “parecer técnico” se deve ao fato de que o número de pareceres é definido pelo número de processos autuados e não pela quantidade de sementes importadas. Apesar do ajuste em relação aos valores do ano de 2010, ainda se obteve um resultado negativo. Assim, esta meta foi redefinida para um valor ainda menor no exercício de 2012.

2.2.3 – Fiscalização de Empresas prestadoras de Serviços Fitossanitários.

Atividade	Previsto	Realizado	Previsão para 2012
Credenciamentos	*	1	
Atualização de Cadastro	*	8	
Fiscalização <i>in loco</i>	*	1	
Capacitação de FFA	*	1	

* atividade em fase de implantação no SISV

8572: Prevenção, Controle e Erradicação de Praga de Vegetais - PCEVEGETAL

Quadro A.2.2 (anexo II da DN TCU nº 108/2010)

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida (unidade)	Execução Física		Execução Financeira	
							MFP	MFR	MFP	MFR
Agricultura	Defesa Sanitária Vegetal	0357	8572	Atividade	3	Supervisão Realizada	164	168	85.157,01	76.331,47

As atividades de fiscalização da área animal representaram em 2011, 72,07% do Total Previsto Corrigido e apenas 54,78% do Total Previsto Inicial. Esperava-se que em 2011 se repetisse o mesmo desempenho de 2010, quando a exportação de produtos de origem animal e em especial de bovinos vivos foi superior a 600 mil cabeças. Entretanto, fatores como a crise econômica mundial, o câmbio desfavorável e restrições sanitárias, ocasionaram uma desaceleração no setor.

Vale ressaltar que também é exportado pescado fresco e congelado e seus subprodutos, peixes ornamentais, couro, carne congelada e miúdos bovinos.

Dentre as atividades prioritárias inerentes a esta ação no Estado do Pará estão o controle do Moko e da Sigatoka Negra na cultura da banana e helicônias, o controle da Ferrugem Asiática da soja e da Mosca Negra dos Citros, a prevenção da Monilíase do cacauzeiro, do Ácaro Vermelho das palmeiras, da Broca da teca e a prevenção de pragas quarentenárias da cultura dos citros como a Pinta Preta, o Cancro Cítrico e o Greening. Essas atividades de prevenção e controle são de execução direta da Agência Defesa Agropecuária do Pará - ADEPARÁ, para as quais o MAPA repassa recursos financeiros por meio de convênio. Estas atividades são supervisionadas e auditadas pelo Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal - SISV/DDA/SFA-PA.

A Análise da Ação 8572 - Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais - PCEVEGETAL foi realizada no detalhamento das subações que estão relacionadas no desempenho operacional abaixo.

Metas Físicas Programadas e Executadas

Ação	Unidade (há)	Programado 2011	Executado 2011	Executado/Programado	Programado 2012
Prevenção e controle de pragas dos vegetais	Área controlada	56.000	87.393	156%	87.900
Sub-ação	Un. (há)	Programado 2011	Executado 2011	Executado/Programado	Programado 2012
1-Prevenção e controle de pragas da banana	Área controlada	1.400	1.557,05	111,2%	1.400
1.1. Supervisão em Unidades Produtivas cadastradas no SMR para as pragas Sigatoka Negra e Moko da bananeira.	UP	38	16	42%	30
1.2. Supervisão em Unidades de Consolidação cadastradas no SMR para as pragas Sigatoka Negra e Moko da bananeira em cultivos de banana.	UC	28	10	35%	22
1.3. Reunião com produtores	unid	2	1	50%	-
1.4. Reunião entre MAPA e ADEPARA para elaboração			1		

de normativa estadual complementar às Instruções Normativas nº 17 de 2005 e 2009 com a finalidade de padronização dos procedimentos adotados no Sistema de Mitigação de Risco.					
Atividades Descentralizadas realizadas pela ADEPARA				Executado	Unidade
1.4. Cadastramento e recadastramento de Propriedades				19	Unid.
1.5. Área Total Monitorada				422	Há
1.6. Termo de Notificação Emitido				0	Unid.
1.7. Palestra Técnica				1	Unid.
1.8. Municípios Fiscalizados				10	Unid.
1.9. Unidades Produtivas Fiscalizadas				38	Unid.
1.10. Unidades de Consolidação Fiscalizadas				14	Unid.
Sub-ação	Unidade N°	Programado 2011	Executado 2011	Executado/Programado	Programado 2012
2-Prevenção e controle de pragas dos citros	Área prevenida (ha)	3.000	2.504,35	83,4%	3000
Atividades Descentralizadas realizadas pela ADEPARA				Executado	Unidade
2.1 Número de municípios monitorados				23	Unid.
2.2. Número de plantas inspecionadas				18.702	Unid.
Sub-ação	Unidade(há)	Programado 2011	Executado 2011	Executado/Programado	Programado 2012
3-Prevenção e controle de pragas da soja.	Área controlada	54.000	75.756,11	140,29%	75.000
3.1-Supervisão do vazio sanitário da soja.	Unid.	35	12	34,28%	35
3.2-Reunião do Comitê Estadual de Controle da Ferrugem Asiática da Soja	Reunião	1	3	300%	1
Atividades Descentralizadas realizadas pela ADEPARA				Executado	Unidade
3.3. Área total cadastrada				65.957,47	Há
3.4. Área total Inspecionada				75.756,11	Há
3.5. Área total fiscalizada nos períodos de vazio sanitário da soja				7.674,01	Há
3.6. Área total supervisionada				43.040,62	Há
3.7. Número de municípios monitorados				20	Unid.
3.8. Número de inspeções em unidades produtivas realizadas				578	Unid.
3.9. Número de unidades produtivas fiscalizadas				12	Unid.
3.10. Número de unidades produtivas supervisionadas				93	Unid.
3.11. Número de unidades produtivas notificadas/advertidas				0	Unid.
3.12. Número de propriedades multadas				0	Unid.
Sub-ação	Unidade (há)	Programado 2011	Executado 2011	Executado/Programado	Programado 2012
4-Prevenção e controle da broca da teca (<i>Sinoxylon conigerum</i>).	Área prevenida	1.500	1.779	118,6%	1500

4.1 Supervisão das propriedades monitoradas.	unid	33	35	106%	35
Atividades Descentralizadas realizadas pela ADEPARA				Executado	Unidade
4.2. Área monitorada				1.779	Há
4.3. Numero de armadilhas instaladas				35	Unid.
4.4. Número de municípios monitorados				11	Unid.
4.5. Número de coletas realizadas sem detecção da praga <i>Sinoxylon conigerum</i> .				660	Unid.
Sub-ação	Unidade (há)	Programado 2011	Executado 2011	Executado/Programado	Programado 2012
5-Prevenção e controle de pragas do cacau.	Área prevenida	2.000	4.018	201%	4.000
5.1-Prospectação da Monilíase do cacau na Região Norte.	Unid.	1	1	100%	1
Atividades Descentralizadas realizadas pela ADEPARA				Executado	Unidade
5.2. Treinamento sobre Monilíase do Cacaueiro				1	Unid.
5.3. Número de municípios atendidos				14	Unid.
5.4. Número de plantas inspecionadas				50.226	Unid.
5.5. Número de propriedades com Monilíase				0	Unid.
Sub-ação	Unidade (há)	Programado 2011	Executado 2011	Executado/Programado	Programado 2012
1-Prevenção e controle do ácaro vermelho das palmeiras (<i>Raoiella indica</i>).	Área prevenida	3.000	1.779	59,3%	3.000
1.1- Supervisão dos levantamentos de detecção.	Prop.	30	35	116%	
Atividades Descentralizadas realizadas pela ADEPARA				Executado	Unidade
6.2. Treinamento para reconhecimento do ácaro vermelho.				1	Unid.

Execução Orçamentária

O quadro abaixo demonstra o gasto com a execução da ação nas principais atividades de vigilância e controle do trânsito de vegetais e produtos de origem vegetal realizados pelo SISV e ADEPARA.

PI	Elemento de Despesa	Dotação	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Execução/Dotação(%)
PCEVEGETAL	3390.14(Diárias)	47.460,00	46.285,57	46.285,57	97,52
	3390.30 (Consumo)	5.238,01	4.849,40	4.849,40	92,58
	3390.33(Passagens)	20.300,00	20.300,00	20.300,00	100
	3390.36 (P.Física)	10.309,00	3.546,50	3.546,50	34,40
	3390.39 (P.Jurídica)	1.850,00	1.350,00	1.350,00	72,97
TOTAL		85.157,01	76.331,47	76.331,47	89,63

Fonte: SIAFI Gerencial

Dos recursos financeiros foram utilizados 88,32% do total solicitado, sendo que o elemento de despesa 339036 (colaborador eventual) foi o responsável pela queda na taxa de utilização total dos recursos. Isto porque os recursos que estavam disponíveis nessa rubrica não poderão ser utilizados pelos técnicos da ADEPARA em virtude da celebração de convênio dessa instituição com MAPA.

4738: Erradicação da Mosca da Carambola – ERRADMOSCA

Quadro A.2.2 (anexo II da DN TCU nº 108/2010)

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade Medida	Execução Física		Execução Financeira	
							MFP	MFR	MFP	MFR
Agricultura	Defesa Sanitária Vegetal	0357	4738	Atividade	3	Supervisão Realizada (Unidade)	1690	746	64.300,00	62.833,94

A atividade de supervisão do monitoramento é realizada diretamente pelo SISV e tem o objetivo de verificar o controle de qualidade do monitoramento da mosca da carambola executado pela ADEPARA.

O quantitativo de supervisões de 1690 foi programado para ser executado a partir de fevereiro de 2011. Contudo, essas atividades começaram a partir de julho/11 quando os recursos orçamentários e financeiros começaram a ser disponibilizados, sendo ainda que a maior parte foi executada para acompanhamento das ações de controle do foco da praga que ocorreu em Almeirim no mês de junho e das ações de educação sanitária.

O índice de desempenho físico foi de 44,14% em 2011, porém, o desempenho financeiro foi de 97,7%. Adite-se que ocorreu reprogramação do orçamento tendo em vista os cortes efetuados, por parte do órgão central, referente a emissão de diárias e passagens, reduzindo a realização de atividade no campo.

Sugere-se para 2012 é que se faça ajuste na programação de meta física nos planos operativos para evitar grandes diferenças entre o previsto e o realizado.

A mosca da carambola é uma das espécies de moscas-das-frutas de importância econômica prejudicial à fruticultura mundial. Ataca várias espécies frutíferas tais como: carambola, manga, caju, laranja, acerola, tangerina, jambo vermelho, etc. É originária do sul da Ásia e foi introduzida no continente americano através do Suriname em meados de 1975. No ano de 1989 foi detectada na Guiana Francesa de onde se dispersou para o município de Oiapoque no Estado do Amapá (Brasil) em 1996. Por meio do decreto nº 2.226, de 19 de maio de 1997, a região compreendida pelo Município do Oiapoque e circunvizinhanças no Estado do Amapá foram consideradas pelo Ministério da Agricultura como áreas de emergência fitossanitária, onde ao longo dos últimos treze anos vêm sendo executadas medidas de controle e erradicação de focos dessa praga a fim de impedir sua dispersão para outros locais dentro e fora do Estado.

O monitoramento da mosca da carambola no estado do Pará iniciou em 1996 pela Superintendência Federal de Agricultura- SFA/PA com 181 armadilhas instaladas nos principais pontos de entrada nas rotas de risco no Estado. Em fevereiro de 2007 ocorreu um foco da *Bactrocera carambolae* no Distrito de Monte Dourado-Almeirim e após intensivas ações de combate a praga foi erradicada em março de 2008. No dia quatro de junho de 2011 novamente detectou-se um foco dessa praga na sede do município de Almeirim. Foram capturados 28 exemplares sendo a última captura ocorrida em 17/06/2011. As ações de combate continuam sendo realizadas e neste mês de fevereiro de 2012 faz oito meses sem ocorrência da mosca da carambola naquela região e no estado do Pará. Com as ocorrências desses focos expandiu-se as áreas trabalhadas tanto em Monte Dourado, Almeirim como em outros municípios do Pará, de forma a intensificar a vigilância nas principais rotas de risco. Após o foco de Almeirim determinada restrição no trânsito de frutos hospedeiros da mosca da carambola produzidos nos municípios de Almeirim-PA, Porto de Moz, Prainha, Santarém, Monte Alegre, Alenquer, Oriximiná, Óbidos, Juruti, Terra Santa, Faro, Chaves, Afuá, Breves, Gurupá e Belém para quaisquer outros municípios do Estado do Pará e para quaisquer unidades federativas consideradas como ausente da praga.

Os Frutos produzidos na área tampão poderão transitar dentro do Estado ou para outra unidade da federação desde que acompanhados de uma permissão de Trânsito Vegetal emitida pela ADEPARA. Compreendem a área tampão os municípios de Ananindeua, Bujaru, Barcarena,

Castanhal, Santa Izabel do Pará, Inhangapi, Santo Antonio do Tauá, Benevides, Marituba, Augusto Correa, Bonito, Bragança, Capanema, Abaetetuba, Baião, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Aurora do Pará, Cachoeira do Piriá, Capitão Poço, Garrafão do Norte, Ipixuna do Pará, Irituia, Mãe do Rio, Nova Esperança do Piriá, Ourém, Santa Luzia do Pará, São Domingos do Capim, São Miguel do Guamá, Viseu, Vigia, Acará, Concórdia do Pará, Moju, Tomé-Açu, Paragominas, Ulianópolis, Dom Eliseu, Placas, Rurópolis, Belterra, Aveiro, Uruará, Medicilândia, Vitória do Xingu, Altamira, Senador José Porfírio, Melgaço, Curralinho, São Sebastião da Boa Vista Soure e Salvaterra

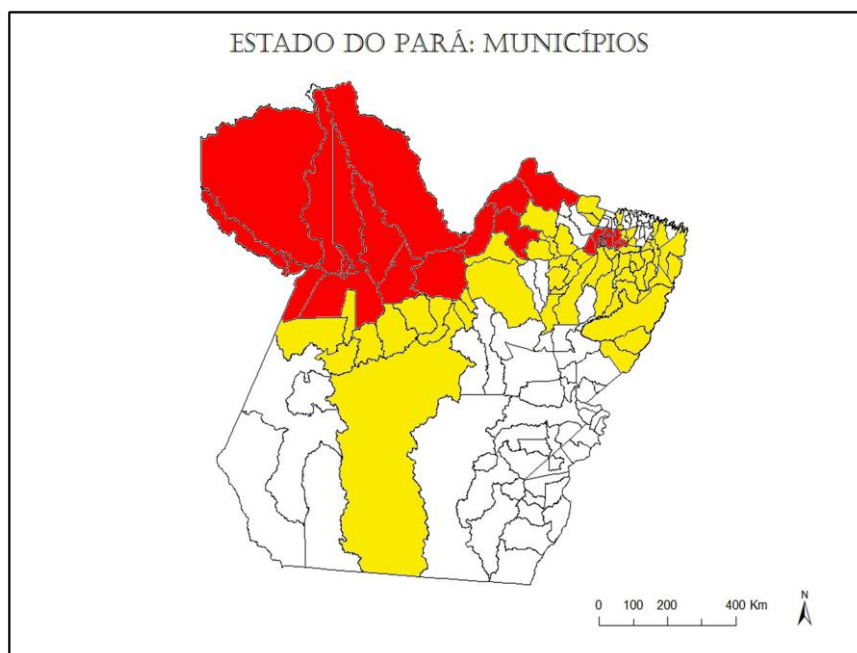


Figura 1. Área prospectada para *B. carambolae* no estado do Pará em 2011.

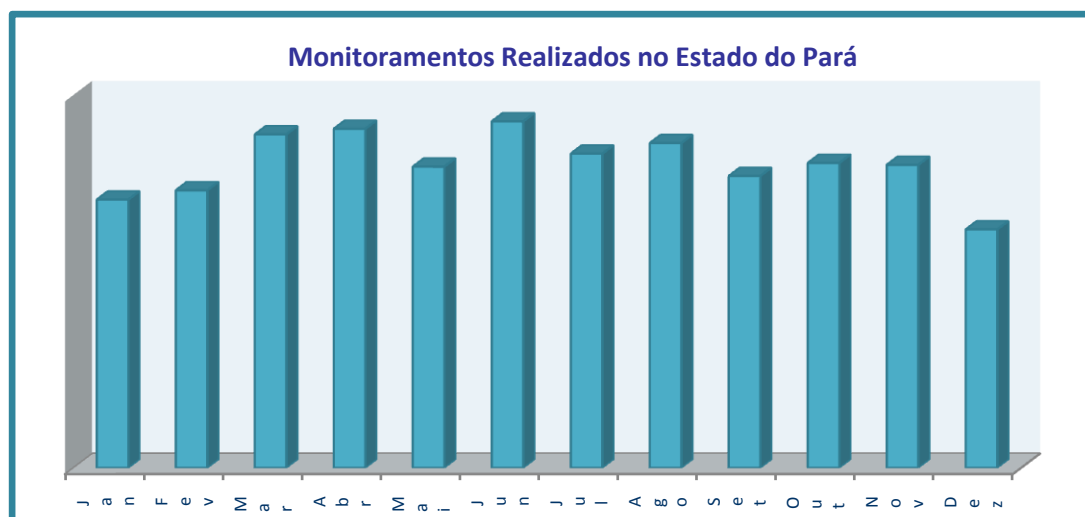
Os levantamentos de prospecção e monitoramentos são realizados pela Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Estado do Pará-ADEPARA, sob controle e supervisão da Superintendência Federal de Agricultura no Pará-SFA-PA. Atualmente são monitorados 51 municípios considerados áreas de alto risco de introdução e dispersão da praga no Estado, onde encontram-se instaladas 1062 armadilhas, sendo 808 do tipo Jackson e 254 do tipo McPhail. Somente no Distrito de Monte Dourado-Almeirim encontram 232 Jackson e 100 McPhail. O quadro 1 mostra a distribuição de armadilhas nas áreas monitoradas no Estado.

Quadro 1 – Locais de Monitoramento da mosca da carambola no estado do Pará, em 2011

Gerencias Regionais	Municípios	Números Armadilhas		Supervisor
		Jackson	Mcphail	
Soure	Belém	15	02	Jorge Goes
	Icoaraci	08	02	
	Mosqueiro	08	02	
	Soure	08	02	
	Salvaterra	08	02	
	Chaves	15	05	Adalberto G. Tavares
	Afuá	15	05	
Breves	Breves	08	02	Adalberto G. Tavares
	Curralinho	08	02	
	Portel	08	02	

Castanhal	Sto. Antonio Tauá	08	02	Helson Nascimento
	Benevides	08	02	
	Colares	08	02	
	Vigia	08	02	
	São Caetano de Odivelas	08	02	
	Curuçá	08	02	
	Marapanim	08	02	
	Santa Izabel	08	02	
Capanema	Capanema	08	02	Ana Thais
	Bragança	08	02	
Abaetetuba	Barcarena	08	02	José Eduardo
	Abaetetuba	08	02	
	Cametá	08	02	
	Igarapé-Miri	08	02	
	Tomé-Açu	16	02	
Santarém	Santarém	15	05	Raimundo Matos
	Monte Alegre	05	05	
	Alenquer	15	05	
Oriximiná	Oriximiná	15	05	Paulo Ricardo
	Óbidos	15	05	
	Juruti	15	05	
Almeirim	Prainha	15	05	Everaldo Chaves
	Monte Dourado	232	100	
	Almeirim	60	20	
	Porto de Moz	15	05	
	Gurupá	15	05	
Altamira	Altamira	08	02	Pedro Araujo
	Placas	08	02	
	Uruará	08	02	
	Medicilândia	08	02	
	Vitória do Xingu	08	02	
	Senador José Porfírio	08	02	
Capitão Poço	Capitão Poço	16	02	Ana Thais
	Ourém	16	02	
	Irituia	16	02	
	Garrafão do Norte	16	02	
	Nova Esperança do Piriá	08	02	
	Santa Ma. do Pará	08	02	
	São Miguel do Guamá	08	02	
Rondon do Pará	Rondon do Pará	08	02	Jorge Goes
Itaituba	Rurópolis	08	02	Pedro Araujo
Total:	Pontos de Instalação: 51	808	254	

FIGURA 2. Resultados dos monitoramentos realizado em 2011.



Quadro 2 – Desempenho dos Monitoramento da mosca da carambola realizado no estado do Pará, em 2011

LOCAL	MONITORAMENTO		DESEMPENHO (%)
	Planejado	Executado	
Altamira	240	220	91,67
Medicilândia	240	10	4,17
Placas	240	10	4,17
Uruará	240	30	12,50
Vitória do Xingu	240	220	91,67
Senador José Porfírio	240	240	100
Barcarena	240	210	87,50
Abaetetuba	240	240	100
Cametá	240	230	95,83
Igarapé-Miri	240	220	91,67
Capanema	240	180	75
Bragança	240	200	83,33
Chaves	480	420	87,50
Afuá	480	400	83,33
Breves	240	240	100
Curralinho	240	220	91,67
Portel	240	210	87,50
Capitão Poço	432	270	62,50
Ourém	432	126	29,17
Irituia	432	252	58,33
Garrafão do Norte	432	396	91,67
Nova Esperança do Piriá	240	120	50
Santa Maria do Pará	240	200	83,33
São Miguel do Guamá	240	190	79,17
Benevides	240	230	95,83
Santo Antonio do Tauá	240	230	95,83
Colares	240	220	91,67
Vigia	240	240	100
São Caetano de Odivelas	240	240	100
Curuçá	240	200	83,33
Marapanim	240	200	83,33
Santa Izabel	240	230	95,83
Belém	480	420	87,50

Icoaraci	240	210	87,50
Mosqueiro	240	210	87,50
Soure	240	200	83,33
Salvaterra	240	220	91,67
Santarém	480	460	95,83
Monte Alegre	480	480	100
Alenquer	480	400	83,33
Oriximiná	480	340	70,83
Óbidos	480	240	50
Juruti	480	360	75
Prainha	480	400	83,33
Porto de Moz	480	260	54,17
Gurupá	480	320	66,67

Em 2011 foram incrementadas as ações de educação sanitária na principal rota de risco do baixo Amazonas tendo em vista o foco ocorrido em Almeirim em junho/2011. Os quadros abaixo mostram os eventos realizados pela ADEPARA em parceria com a SFA-PA.

PERÍODO	EVENTO	LOCAL	ALUNOS CAPACITADOS
21 e 22/06/2011	XV Curso de Educação Sanitária Para Formação de Multiplicadores	Almeirim	20
9 e 10/11/2011	XVI Curso de Educação Sanitária Para Formação de Multiplicadores	Monte Alegre	47
06 e 07/12/2011	XVII Curso de Educação Sanitária Para Formação de Multiplicadores	Almeirim	28
06 e 07/12/2011	XVIII Curso de Educação Sanitária Para Formação de Multiplicadores	Alenquer	47
Total			142

PERÍODO	EVENTO	LOCAL
01 a 15/08/2011	Projeto de Prevenção e Controle da Mosca da Carambola no estado do Pará. ETAPA 1: Rota 1 com o apoio da embarcação Murupita	Santarém, Monte Alegre, Prainha, Almeirim, Monte Dourado, Gurupá e Porto de Moz
21/09 a 06/10/2011	Projeto de Prevenção e Controle da Mosca da Carambola no estado do Pará. ETAPA 1: Rota 2 com o apoio da embarcação Murupita	Alenquer, Óbidos, Oriximiná, Terra Santa, Faro e Juruti.
15 a 19/09/2011	Projeto de Prevenção e Controle da Mosca da Carambola no estado do Pará. ETAPA 2: Realização de atividades educativas no Festival do Sairé, na localidade de Alter-do-Chão, Santarém-PA	Santarém-PA
08 a 14/12/2011	Monitoramento dos Multiplicadores de Monte Dourado	Comunidade do Planlto, Braço, Bandeira, Vila Nova, Repartimento, Vilados Gatos, São Miguel, Pedral e Nova Vida.

O SISV realizou supervisões nas atividades de monitoramento e nos planos de erradicação e pós- erradicação em Almeirim e Monte Dourado respectivamente, com os objetivos de verificar o controle de qualidade dos trabalhos que vêm sendo realizados pelas equipes executoras da ADEPARA buscando orientar os sobre os ajustes necessários quanto ao monitoramento e ações de controle. Nas supervisões também são detectados os entraves relacionados à condução dos

trabalhos e apresentados aos gestores técnicos-administrativos dos órgãos responsáveis pela execução para solução dos mesmos.

Em 2011 as programações de supervisões ficaram prejudicadas na sua execução considerando principalmente as restrições para emissão de diárias e passagens aéreas sendo ainda que os recursos financeiros somente foram liberados a partir do mês de junho/2011.

Em 2011 foram realizadas as seguintes atividades de auditorias e supervisões.

Descrição da Meta	Programado	Realizado	% Realizado
Supervisão e fiscalização do monitoramento da MC no Pará.	1690	578	34,20
Supervisão do monitoramento e das ações de combate da praga no Vale do Jari (MD)	1668	332	19,90
Supervisionar ações de Educação Sanitária	06	11	183,33
Supervisão do monitoramento e das ações de combate da praga em Almeirim	0	2	-

A ADEPARA realiza supervisões internas no monitoramento pelo grupo composto por Engenheiros Agrônomos capacitados pelo MAPA e experientes no monitoramento da Mosca da carambola. Este grupo realiza quatro supervisões internas anuais em todas as rotas do Estado seguindo metodologia e “check list” descritos no “Plano de Supervisão Interna do monitoramento da Mosca da Carambola no Estado do Pará”, elaborado pelo SEDESA/PA em conjunto com os técnicos designados pela ADEPARA para esse trabalho. Em 2011 foram capacitados e habilitados mais seis Engenheiros Agrônomos para realizarem esse trabalho com o objetivo de possibilitar maior acompanhamento da área monitorada e substituir dois Engenheiros Agrônomos que não estão podendo realizar as supervisões.

Quadro 3- Técnicos que realizam Supervisão Interna do monitoramento da Mosca da Carambola no Estado do Pará na ADEPARA

Técnico em Defesa e Inspeção Agropecuária	Área a Supervisionar
Everaldo Luis Martins Chaves	Gerência de Almeirim
Adalberto Gomes Tavares	Gerência de Breves
Clovis Antonio Villacorta Vasconcelos	Gerência de Santarém
Jorge Eduardo Mendonça Goes	Gerência de Soure
Leonardo Magno Marques de Moraes	GEDV/ADEPARA
Helson Nascimento	Gerência de Castanhal
Ana Thais	Gerência de Capanema/Capitão Poço
José Eduardo	Gerência de Abaetetuba
Raimundo Matos	Gerência de Santarém/Almeirim
Paulo Ricardo	Gerência de Oriximiná
Pedro Araujo	Gerência de Altamira/Itaituba

O controle de qualidade pela SFA/PA é realizado duas vezes ao ano.

O estado do Pará atualmente é livre da mosca da carambola. A última captura de adulto em armadilhas foi em 17 de junho de 2011. Contudo para oficializar esse status é necessário que o Departamento de Sanidade Vegetal declare e publique a erradicação do foco assim como declarou o foco de Monte Dourado e Laranjal do Jari erradicado em 29/02/08 junto ao Comitê de Sanidade Vegetal do Cone Sul.

Embora a mosca da carambola tenha sido erradicada no Vale do Jari ainda são realizadas ações de pós-erradicação em Monte Dourado-PA e Laranjal do Jari-AP. Desta forma, em 2011 em Monte Dourado e Laranjal do Jari continuaram a aplicação de procedimentos sistematizados de pulverizações de iscas tóxicas e coleta de frutos hospedeiros e ações de educação sanitária.

Novamente em 2011 ocorreram descontinuidade nas atividades de pós-erradicação no Vale do Jari, em determinados períodos, tendo em vista problemas administrativos da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará, como vencimento do contrato de trabalho temporário com os técnicos que executam as ações de campo, problemas mecânicos nos veículos, entre outros. O Quadro 4 mostra os tratamentos realizados em Monte Dourado desde a aplicação do plano de erradicação da mosca da carambola no Vale do Jari. E o quadro 5 apresenta as ações de controle realizadas no controle da mosca da carambola na sede e zona rural do município de Almeirim.

Em 2011 foi dada continuidade à Cooperação Técnica entre o MAPA – SFA/PA e SFA/AP, ADEPARA - Agência de Defesa Agropecuária do Pará e DIAGRO- Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária do Amapá com o objetivo de compartilhar ações nos estados do Pará e Amapá visando o combate e conter o avanço da praga no Estado do Amapá e para os demais estados da Federação. Assim, as equipes da ADEPARA realizaram as ações de monitoramento e as medidas de pós-erradicação em Laranjal do Jari.

Alguns problemas de ordem técnica-administrativa e operacional foram encontrados em 2011, o que veio afetar o desempenho desta ação, como:

- Indisponibilidade de veículos (carros ou moto) em alguns escritórios da ADEPARA; ou quando existentes com problemas de manutenção.
- Indisponibilidade de recursos financeiros nos escritórios da ADEPARA para aquisição de combustível, material de expediente e conservação dos imóveis.
- Falta de melhores condições de trabalho para os técnicos lotados nas ULSAV's e Postos de fiscalização.
- O trânsito de produtos vegetais do Estado do Amapá para o Pará continua sem controle.
- A ADEPARA realizou as ações em 2011 com recursos próprios.

Execução Orçamentária

O quadro abaixo apresenta as informações orçamentárias do programa nas principais atividades de erradicação da mosca da carambola realizadas pelo SISV e ADEPARA.

PI	Elemento de despesa	Dotação	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Execução/Dotação(%)
ERRADMOSCA	3390.14 (Diárias)	38.626,00	38.286,30	38.286,30	99,12
	3390.30 (Consumo)	13.816,70	13.592,19	13.592,19	98,37
	3390.33 (Passagens)	8.900,00	8.831,45	8.831,45	99,22
	3390.36 (P.Física)	3.761,25	2.124,00	2.124,00	56,47
	3390.39(P.Jurídica)	3.302,58	3.302,58	3.302,58	100
	TOTAL	68.406,53	66.136,52	66.136,52	96,68

Fonte: SIAFI Gerencial

8658: Prevenção, controle e erradicação das doenças dos animais - PCEANIMAL

Quadro A.2.2 (anexo II da DN TCU nº 108/2010)

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida (há)	Execução Física		Execução Financeira	
							MFP	MFR	MFP	MFR
Agricultura	Defesa Sanitária Animal	0357	8658	Atividade	3	Propriedade Prevenida			89.936,59	85.562,96

Fonte: SIGPLAN

MFP – Meta Física Programada
MFR – Meta Física Realizada

MFP – Meta Financeira Prevista
MFR – Meta Financeira Realizada

A ação acima é desenvolvida por meio dos programas de controle e erradicação de das doenças dos animais, quais sejam:

Programa Nacional de Sanidade Avícola – PNSA

Coordenado pela Fiscal Federal Agropecuário Adriana Célia da Silva Castelo Branco, responsável pelo Programa junto ao MAPA, em parceria com a Fiscal Estadual Agropecuário Flavia da Cunha Rodrigues, responsável pelo Programa Estadual de Sanidade Avícola na ADEPARA:

- 1- **Capacitação e Habilitação de Médicos Veterinários para emissão de GTA para aves:** Apenas um (01) médico veterinário da empresa AVISPARÁ proveniente do município de Santarém foi treinado para emitir GTA para aves. O maior entrave foi o tempo de espera de publicação da portaria que foi demasiadamente longo, pois o treinamento ocorreu em março e a publicação da portaria foi em maio. Somente após a publicação a portaria, que são encaminhadas duas vias da mesma ao órgão a ADEPARA, sendo uma para tomar ciência e arquivo e outra para entregar ao novo habilitado.
- 2- **Estimulo a vigilância epidemiológica ativa e passiva pelos veterinários locais:** Um dos objetivos principais do PNSA é promover o incentivo a vigilância passiva e ativa no intuito de aumentar as notificações de ocorrência de doenças em aves. Desde 2005 até 2010 o índice de notificações foi baixo, variando de 2 a 5 casos por ano comunicados na ADEPARA. Observamos que os proprietários tem ainda receio em comunicar a ADEPARA quando suas aves estão morrendo, por que associam isso à interdição e sacrifício de aves. Quando o ideal seria todos estarem atentos, caso surjam episódios de mortalidade ou debilidade de aves nos plantéis avícolas do estado. É de suma importância que o veterinário conheça sua região e faça visitas técnicas frequentes nas granjas sobre sua responsabilidade. A ADEPARA e o MAPA promoveram um curso em novembro e outro em dezembro de 2011 aos veterinários da ADEPARA que exercem suas atividades profissionais, próximo aos locais onde existem granjas, Matrizeiro, incubatórios, sítios de aves migratórias, criação de patos. Estes veterinários receberam orientações sobre como abordar o avicultor, como investigar a ocorrência de doenças, como necropsias e encaminhar material para laboratório de aves com suspeita de doenças, como usar os equipamentos de proteção individual (EPI), como utilizar o GPS, como atuar em situação de foco de influenza aviária e doença de Newcastle. Foram também disponibilizadas vagas a Médicos Veterinários da iniciativa privada.
- 3- **Fiscalizações com vistas à Certificação de granjas:** recebemos duas uma solicitação de vistoria técnica: uma foi oriunda da Empresa Tapajós Alimentos, e em 28/02/2011 nos deslocamos para Santarém, mais precisamente para Mojui dos Campos, para fiscalizar o Matrizeiro de recria e o incubatório da referida empresa. A outra solicitante foi a empresa AVÍCOLA S. G., localizada no município de Santa Isabel – PA que possui um incubatório procedemos a vistoria em 07 de abril de 2011. O objetivo do SISA é atender a Instrução Normativa nº 56 de 04/12/2007 a qual prevê o registro de todos os estabelecimentos avícolas de reprodução, até 04 de dezembro de 2012, sendo essa adesão voluntária por parte das empresas. Após esta data, as empresas não registradas sofreram restrições de trânsito por parte do MAPA.
- 4- **Reunião com a cadeia produtiva:** O SISA, juntamente com representantes da ADEPARA, foi convidado a participar de reunião na FAEPA com a cadeia produtiva onde a finalidade era explicar a importância para o Estado do Pará da aplicação da Portaria ADEPARA Nº

2538 de 18/07/2011, que padroniza os procedimentos de trânsito para aves vivas procedentes de outros estados e que tem finalidade de abastecer as feiras livres e não para engorda, como é especificada nas documentações entregues à ADEPARA. Também recebeu convite para participar em 19/11/2011 do II AVEFEST, para ministrar palestra aos avicultores do município de Santa Isabel sobre “A importância do registro de granjas no Serviço Veterinário Oficial”, conforme prevê a Instrução Normativa nº 56 de 04/12/2007 a qual estabelece os procedimentos para registro, fiscalização e controle de estabelecimentos avícolas de reprodução e comerciais. Na oportunidade abordamos também sobre a importância em intensificar a comunicação de ocorrência de mortalidade de aves, esses comunicados devem ser oriundos tanto do avicultor quanto dos médicos veterinários habilitados pelo MAPA os quais também são responsáveis em notificar o serviço oficial em caso de mortalidade de aves com sintomas sugestivos de doenças de notificação obrigatória.

- 5- **Reunião com o Órgão Estadual**- foram 09 reuniões com a gerência de Sanidade Avícola da ADEPARA, para traçar as estratégias de ação: as pautas destas reuniões relacionavam-se ao acompanhamento dos veterinários habilitados, a elaboração de documentos visando medidas de prevenção que evitem a entrada de doenças de Notificação Obrigatória nos plantéis aviários o Estado do Pará e a adoção de procedimentos visando a padronização do trânsito de aves vivas intra-estadual e interestadual. Em dezembro ocorreu a reunião com a Grupo de Emergência de Aves para Suspeita de Enfermidades Exóticas – GEASE. Este grupo é formado por veterinários da ADEPARA e do SISA.

- 6- **Reunião com o Comitê Estadual de Sanidade Avícola - COESA:** O Comitê de Sanidade de Sanidade Avícola - COESA/PA foi instituído através do Decreto nº 2.625, de 06/12/2006, com o objetivo de propor a criação ou alteração, à coordenação oficial, das ações técnicas e administrativas a ser tomadas em decorrência das ações específicas de defesa sanitária animal, voltadas ao Programa de Sanidade Avícola no estado. Objetivando uma melhor operacionalização e execução dos trabalhos de cadastramento e fiscalização, o COESA/PA se reuniu para procurar solucionar os eventuais problemas onde o assunto mais importante abordado foi como a Defesa Sanitária Animal do Estado do Pará poderia padronizar os procedimentos para um efetivo controle de trânsito de aves vivas provenientes de outros Estados, pois muitas aves adultas entravam no Pará com a finalidade de engorda, porém tinham destino certo para as feiras livres paraenses principalmente nos municípios de Marabá e Tucuruí. Ao todo foram realizadas 04 reuniões, Estas reuniões contam com o apoio e a participação de representantes de instituições que já fazem parte da equipe que compõe o COESA, como: EMBRAPA, SINDICARNE, SAGRI, APAV, EMATER, ADEPARA, UFPA e UFRA, porém para verificarmos a viabilidade e aprimorarmos a idéia de organizar e adequar o trânsito de aves vivas no estado, realizamos reuniões entre membros do COESA e representantes da prefeitura de Belém, a Secretaria Estadual de Saúde Pública do Pará, representantes do Serviço de Inspeção Estadual da ADEPARA e do Serviço de Inspeção Federal do MAPA, para verificar se a implantação da portaria iria de encontro as normatizações existentes nestes órgãos. Outra reunião realizada foi com os representantes dos distribuidores de aves vivas nas feiras livres e por fim reunimos com os veterinários habilitados a emitir GTA para aves. Novamente os membros do COESA se reuniram e após muitas discussões e análises sobre este assunto, finalmente foi elaborada e posteriormente publicada pela ADEPARA a PORTARIA Nº 2538 em 18/07/2011. Vale-se ressaltar que tal idéia nasceu a partir do momento em que os responsáveis pela manutenção da sanidade avícola no Estado sentiram a necessidade de efetuar um controle mais eficiente do trânsito destas aves que se destinava ao comércio de aves vivas nas feiras livres e que envolvem condições precárias de higiene, transporte inadequado

e maus tratos as aves. Além disso, expõem o consumidor a adquirir uma série de doenças. Outro fato importante é que o desenvolvimento da produção avícola do Estado se encontrava ameaçado justamente pela ausência de um controle mais eficaz em torno deste tipo de comércio, que comercializa aves de descarte ou de refugo.

- 7- **Expedições em sítios de aves migratórias:** foram duas expedições: em Salinópolis, no mês de outubro, onde realizamos coleta de sangue, suabes de conteúdo traqueal e da cloaca para encaminhar ao LANAGRO/Campinas com o intuito de investigar a existência do vírus das doenças de Newcastle e Influenza Aviária em patos domésticos e galinhas de subsistência, também conhecidas como “aves de fundo de quintal”, em propriedades domésticas que se encontram situadas dentro de um raio de 10 km do sítio de invernada de aves migratórias. Visitamos também duas escolas públicas no intuito divulgar a atividade e falar sobre a importância da população do município não se alimentar, manusear e nem tentar domesticar aves migratórias as quais podem carrear o vírus da Influenza aviária.

Em Vigia: Deslocamo-nos em 13 de novembro de 2011, para realizarmos a primeira Expedição de coleta de amostras em patos domésticos e galinhas de subsistência neste município. Os trabalhos se estenderam até o dia 16/11/2011, com visitas as comunidades Quilombolas, e comunidades próximas ao rio principal da cidade. Realizamos também visitas em escolas municipais com o objetivo de divulgar o trabalho e principalmente para alertar as crianças e jovens sobre a existência de um sítio de invernada em Vigia, o qual recebe uma grande quantidade de aves migratórias de outros países entre os meses de setembro a maio, e que por esse motivo eles não deveriam se alimentar, manusear e nem tentar domesticar esse tipo de aves.

- 8- **Enviar relatórios ao Departamento de Saúde Animal - D.S.A.** – o relatório anual e o planejamento 2012 estão em fase de conclusão, para encaminhamento ao D.S.A.

ATIVIDADES QUE NECESSITAM SER IMPLANTADAS EM 2012:

- Aprimorar e intensificar as fiscalizações com vistas à atuação dos Médicos Veterinários habilitados, Responsáveis Técnicos por granjas avícolas.
- Informatização e implantação do banco de dados epidemiológicos sobre ocorrência de doenças e mortalidade de aves e disponibilizar os dados para a coordenação central, Unidade Veterinárias Locais e postos fixos de fiscalização da ADEPARA.
- Implantar banco de assinaturas para os Méd. Vet. Habilitados e funcionários da ADEPARA autorizados a emitirem GTA.
- Realizar auditorias orientativas e corretivas aos médicos veterinários treinados pelo PNSA.
- Incentivar o aumento das notificações de ocorrências de doenças por parte dos avicultores através de palestras, distribuição de cartilhas orientativas.
- Acompanhar e adotar medidas corretivas de controle do trânsito em estabelecimentos avícolas que não atenderem às normas de registro, biossegurança, certificação, monitoramento sanitário, aplicação de medidas higiênico-sanitárias e omissão de informações previstas na legislação do PNSA.
- Realizar o Monitoramento sanitário nos plantéis de reprodução para certificação dos núcleos e granjas avícolas como livres de salmonelas (*S. Gallinarum*, *S. Pullorum*, *S. Enteritidis* e *S. Typhimurium*) e micoplasmas (*M. gallisepticum*, *M. synoviae* e *M. melleagridis*).

Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos, Caprinos e Ovinos - PNSE:

Tem por principal finalidade supervisionar as ações de fiscalização executadas pela ADEPARA.

Ocorrem duas reuniões da **Comissão Estadual de Controle da Anemia infecciosa – CECAIE -PA** onde os principais assuntos discutidos foram:

- ✓ Marcação e sacrifício de equídeos positivos para Anemia Infecciosa Equina - AIE;
 - ✓ Treinamento para médicos veterinários sobre preenchimento de resenhas de equídeos.
- Ocorreram duas denúncias o que geram supervisões em dois laboratórios de Médicos Veterinários credenciados junto a SFA para realizar diagnóstico de AIE, nestas supervisões o objetivo é de orientar e acompanhar o correto atendimento as normas de trânsito interestadual de animais durante a realização de exposições, feiras, leilões, e outras aglomerações de animais.
 - Ocorreram três acompanhamentos, em duas propriedades com suspeita de Mormo no município de Curionópolis.
 - Ocorreram duas reuniões técnicas com médicos veterinários da ADEPARA.

Programa Nacional de Erradicação e Controle da Brucelose e Tuberculose Animal – PNCEBT

Nas Supervisões Técnicas foram avaliadas as atividades referentes à execução do Programa Nacional de Erradicação e Controle da Brucelose e Tuberculose Animal PNCEBT, por parte das Unidades Locais de Sanidade Agropecuária – ULSAs, da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará, onde verificamos:

- Recursos físicos, materiais e financeiros das Unidades supervisionadas;
- Rebanho de fêmeas bovídeas/bubalinas cadastradas na Unidade Local;
- Nº de fêmeas para vacinar na Unidade Local;
- Nº de propriedades com fêmeas para vacinar;
- Nº de propriedades fiscalizadas no ano;
- Percentual de fêmeas vacinadas no último ano;
- Percentual de vacinação em propriedades no último ano;
- Quantidade de palestras/reuniões/treinamentos no último ano;
- Nº de notificações de focos de brucelose e tuberculose no último ano;
- Animais sacrificados/destruídos no último ano;
- Disponibilidade, organização, adequação e conhecimento da legislação;
- Disponibilidade dos formulários;
- Preparo dos funcionários/auxiliares para trabalhar no PNCEBT;
- Médicos Veterinários cadastrados para vacinação contra brucelose;
- Matadouros com inspeção para sacrifícios de animais reagentes;
- Estabelecimentos que comercializam vacinas contra brucelose;
- Procedimento de comunicação da vacinação;
- Vacinação realizada;
- Controle de vacinas nos estabelecimentos comerciais;
- Providências com inadimplentes;
- Fiscalização de vacinações;
- Controle de eventos;
- Controle de trânsito;
- Atendimento da área de abrangência da Unidade Local;
- Procedimentos quanto aos resultados dos testes de diagnóstico informados;
- Procedimentos para eliminação dos animais;
- Procedimentos quanto a informação sobre achados de matadouros;
- Recebimento e registro de notificações;
- Registros dos atendimentos;
- Materiais e equipamentos disponíveis para atendimento;
- Atividades desenvolvidas em educação sanitária;
- Material educativo utilizado;
- Funcionamento de Comitê/Conselho de Saúde Animal;

- Pontos positivos e pontos negativos.

Outras atividades de grande importância do programa como:

- Fiscalização de Médicos Veterinários habilitados no PNCEBT – IN Nº 30 de 07/06/2006;
- Supervisão técnica de realização do curso inerente ao PNCEBT;
- Vistoria em Instituições de ensino e pesquisa para realização do curso de brucelose e tuberculose e encefalopatias espongiformes transmissíveis;
- Vistoria em instalações e equipamentos de propriedades rurais para execução de aulas práticas de diagnóstico de tuberculose com testes tuberculínicos;
- Palestras referente as normas e procedimentos do PNCEBT.
- Avaliação dos cursos realizados pelas Instituições de ensino e pesquisa em medicina veterinária referente ao PNCEBT;
- Reuniões técnicas com a Agência de Defesa do Estado do Pará, Veterinários habilitados e pecuaristas sobre o PNCEBT.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatamos que às Unidades Locais de Sanidade Agropecuária da Agência de Defesa do Estado do Pará – ADEPARÁ tem realizado as atividades do PNCEBT de forma que não contempla todas as medidas sanitárias, principalmente com referência a vigilância epidemiológica, atenção veterinária, vacinação e educação sanitária.

Verificamos que todas as Unidades Locais possuem um bom cadastro, controle do trânsito e eventos, e seus técnicos conhecem a legislação do programa, sendo que maioria já participou de treinamento no PNCEBT.

Observamos porém que algumas ULSAs, são mais estruturadas que outra, e seus técnicos mais preparados. Havendo necessidade de um nivelamento.

Ao final de cada supervisão, convocamos os responsáveis pelo PNCEBT da Agência do Estado, para reuniões em que solicitamos a viabilização de possíveis soluções, visando a regularidade da aplicação das medidas de defesa sanitária animal, necessárias à correção das não conformidades encontradas.

Quanto aos Médicos Veterinários habilitados, constatamos inconformidades com relação ao cumprimento IN SDA Nº 30, de 07 de junho de 2006. Nesse caso aplica-se as sanções previstas em legislações de acordo com a irregularidades cometidas.

Um dos maiores entraves do programa é a marcação, destruição e sacrifício dos animais reagentes positivos para brucelose e tuberculose, devido a maioria dos produtores rurais paraenses serem resistentes a essa determinação.

Na avaliação do Curso de Treinamento em Métodos de Diagnóstico e Controle de Brucelose e Tuberculose Animal, são inseridos os seguintes tópicos aos alunos:

- Se os objetivos do curso foram alcançados;
- Duração do curso;
- Aspectos didáticos e pedagógicos;
- Qualificação dos Instrutores;
- Se o curso prepara o aluno para ser um multiplicador;
- Qualidade dos materiais didáticos e de apoio utilizados durante o curso;
- Instalações onde o curso aconteceu (aulas práticas e teóricas de brucelose e tuberculose);
- Sugestões para ajudar a melhorar a organização e desenvolvimento dos próximos cursos.

É feita uma análise do curso pelo **SISA/DDA/SFA/PA**, considerando-se o que realmente procede, para sabermos se o curso cumpriu com a finalidade para o qual foi planejado, no que emitimos parecer técnico indicando sugestões, e encaminhamos aos Instrutores e palestrantes para aplicação de incrementações que nos ajudarão na realização dos próximos cursos.

Sabe-se que é de essencial importância ter um Serviço Oficial de Defesa Sanitária Animal bem estruturado que seja capaz de atuar com eficiência no controle e na erradicação dessas enfermidades, que atualmente são usadas como barreiras sanitárias por outros países. Pois sendo o Brasil detentor do maior rebanho comercial de bovinos do mundo, precisa colocar no mercado produtos de origem animal de qualidade e com baixo risco sanitário para os consumidores internos e externos cada vez mais exigentes.

Finalizando ressaltamos que é por demais importante o controle da brucelose e tuberculose animal, com o objetivo de diminuir o impacto negativo dessas zoonoses na saúde humana e animal. Reforçando-se que as estratégias e normas seguidas pelo PNCEBT são adequadas e podem transformar o combate à brucelose e à tuberculose em um esforço organizado, com participação de todos os veterinários, Pecuaristas e da Agroindústria, beneficiários primeiros da maior eficiência produtiva dos rebanhos e da certificação de propriedades livres e monitoradas para brucelose e tuberculose, pois terão possibilidade de ofertar produtos com diferencial de qualidade e maior valor agregado, gerando a promoção da saúde pública.

Execução Orçamentária

O quadro abaixo apresenta as informações orçamentárias do desenvolvimento da ação nas principais atividades de Prevenção, controle e erradicação das doenças dos animais.

PI	Elemento de despesa	Dotação	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Execução/Dotação (%)
PCEANIMAL	3390.14 (Diárias)	30.713,24	30.312,31	30.312,31	98,69
	3390.30 (Consumo)	5.975,06	4.383,26	4.383,26	73,35
	3390.33 (Passagens)	38.950,00	38.950,00	38.950,00	100
	3390.36 (P.Física)	10.340,40	9.059,50	9.059,50	87,61
	3390.39(P. Jurídica)	2.944,89	1.844,89	1.844,89	62,64
	3390.93(Idenizações)	1.013,00	1.013,00	1.013,00	100
TOTAL		89.936,59	85.562,96	85.562,96	95,13

Fonte: SIAFI Gerencial

2139- Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de animais, seus produtos VIGIZOO

Quadro A.2.2 (anexo II da DN TCU nº 108/2010)

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida (há)	Execução Física		Execução Financeira	
							MFP	MFR	MFP	MFR
Agricultura	Defesa Sanitária Animal	0357	2139	Atividade	3	Propriedade Prevenida	1311	1811	3.186,00	3.186,00

Fonte: SIGPLAN

MFP – Meta Física Programada

MFP – Meta Financeira Prevista

MFR – Meta Física Realizada

MFR – Meta Financeira Realizada

Fiscalização do Trânsito Nacional

Itens	Metas de execução direta	Unidade de Medida	Previsto	Realizado	TOTAL
1	Analisar, emitir pareceres e concluir os processos de habilitação de Médicos Veterinários para emissão de GTA	Processo analisado	0	1	1
2	Analisar, emitir pareceres e concluir os	Processo	80	*	*

	processos para emissão de GTAs e certificados sanitários – Vide quadro 01	analisado			
3	Analisar, emitir pareceres e concluir os processos de credenciamento de Médicos Veterinários para emissão de CIS-E	Processo analisado	8	0	0
4	Supervisionar Médicos Veterinários Habilitados e credenciados junto a SFA	Supervisão realizada	4	0	0
1.5	Enviar o cadastro atualizado de médicos veterinários habilitados e credenciados para a CTQA - IN 13.	Cadastro enviado	4	20	20
1.6	Realizar treinamentos para médicos veterinários habilitados e credenciados	Treinamento realizado	1	1	1

Quadro 01 – Quantitativo de emissão de GTA pela ADEPARA - 2011

MÊS	TRANSITO		SUBTOTAL
	INTRAESTATUAL	INTERESTADUAL	
JAN	27.772	2.261	30.033
FEV	29.778	2.116	31.894
MAR	30.931	1.950	32.881

Fonte: ADEPARA

Fiscalização do Trânsito Internacional

	Metas de execução direta	Unidade de Medida	Previsto	Realizado	TOTAL
2.1	Analisar, emitir pareceres e concluir os processos de anuência de importação de produtos de origem animal, material biológico ou patológico de interesse veterinário.	Processo analisado	2	2	2
2.2	Analisar, emitir pareceres e concluir os processos de autorização para emissão de CZI	Processo analisado	120	1.253	1.253
2.3	Supervisionar quarentenas para importação e exportação de interesse da saúde animal	Quarentena supervisionada	6	11	11
2.4	Analisar, emitir pareceres e concluir processos de cadastro de quarentenários	Processo analisado	6	10	10
2.5	Análise processual e aprovação de EPE	Aprovação realizada	0	5	5
2.6	Fiscalização de EPE	Fiscalização realizada	0	18	18
2.7	Pedido de embarque para exportação	Pedido recebido/ encaminhado	0	165	165
2.8	Abertura de confinamento para exportação	Fiscalização realizada	0	165	165
2.9	Encerramento de confinamento para exportação	Fiscalização realizada	0	165	165
2.10	Vistoria de propriedade para aprovação de quarentenário para exportação	Vistoria realizada	0	10	10
2.11	Abertura de quarentena para exportação	Fiscalização realizada	0	6	6
2.12	Encerramento de quarentena para exportação	Fiscalização realizada	0	1	1

Quadro 02 - Exportação de peixes ornamentais

	1º Trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	Total
Quant.	172.063	213.540	292.627	242.864	921.094
Valor (R\$)	820.170,24	681.835,70	2.120.858,10	1.735.836,30	5.358.700,34

Destinos: Reino Unido, Canadá, Hong Kong, Japão, Alemanha, Taiwan, U.S.A., Noruega, China, R. Tcheca, Coreia do Sul, Tailândia, Israel, Áustria, Holanda, Cingapura, Filipinas, Espanha, Suíça, Dinamarca, França, Shanghai, Suécia, Bélgica, Inglaterra, África do Sul, Canadá, Indonésia, Rússia, Polônia.

Quadro 03 – Exportação de Bovídeos

País Importador	Nº de Bovídeos Exportados	Nº de Autorizações Emitidas	Valor em dólar (\$)	Valor em REAL (R\$)
LÍBANO	67622	30	89.022.100,00	142.435.360,00
VENEZUELA	375842	356	8.128.698.850,00	1.019.173.501,60
TOTAL	443464	386	8.217.720.950,00	1.161.608.861,60

Fiscalização do Trânsito Zona Livre de Febre Aftosa

Ítem	Metas de execução direta	Unidade de Medida	Previsto	Realizado	TOTAL
1	Autorização de quarentena para trânsito destinado à Zona Livre de Febre Aftosa	Autorização emitida	0	14	14
2	Vistoria de propriedade para trânsito destinado à Zona Livre de Febre Aftosa	Vistoria realizada	0	16	16
3	Autorização para Ingresso de Animais destinados à Zona Livre de Febre Aftosa	Autorização emitida	0	13	13

Fiscalização relacionada ao Órgão executor estadual de defesa agropecuária – ADEPARA

Ítem	Metas de execução direta	Unidade de Medida	Previsto	Realizado	TOTAL
1	Supervisionar as ações da fiscalização do trânsito executadas pela Unidade Central do órgão executor	Supervisão realizada	4	2	2
2	Supervisionar as ações da fiscalização do trânsito executadas pelas Unidades Regionais do órgão executor	Supervisão realizada	2	0	0
3	Supervisionar as ações da fiscalização do trânsito executadas pelas UVL's do órgão executor	Supervisão realizada	4	4	4
4	Supervisionar as ações da fiscalização do trânsito executadas pelos postos fixos de vigilância agropecuária e unidades volantes do órgão executor	Unidade supervisionada	2	7	7
5	Supervisionar as ações da fiscalização do trânsito executadas pela EAC's do órgão executor	Unidade supervisionada	0	0	0
6	Fiscalizar a execução de convênios	Fiscalização realizada	10	3	3

Reuniões

Ítem	Metas de execução direta	Unidade de Medida	Previsto	Realizado	TOTAL
1	Participar ou realizar reuniões técnicas com médicos veterinários da iniciativa privada e outras instituições	Reunião realizada	4	11	11
2	Realizar reuniões técnicas com o executor estadual	Reunião realizada	4	8	8

4842 : Erradicação da Febre Aftosa - FEBREAFTOS

Quadro A.2.2 (anexo II da DN TCU nº 108/2010)

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física		Execução Financeira	
							MFP	MFR	MFP	MFR
Agricultura	Defesa Sanitária Animal	0357	4842	Atividade	3	Área Livre (km²)	340	317	217.840,68	176.969,50

Fonte: SIGPLAN

MFR – Meta Física Realizada MFR – Meta Financeira Realizada
MFP – Meta Física Programada MFP – Meta Financeira Prevista

MFP – 340, refere-se a Supervisões das ações de vigilância, Fiscalização de Convênios, etc.

O Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa (PNEFA) – PI FEBREAFTOS, tem como produto “Área declarada livre de febre aftosa com vacinação (Km²).”, cujo público alvo são os produtores, consumidores, exportadores, importadores, transportadores inclusive passageiros, armazenadores e demais integrantes da cadeia produtiva agropecuária.

Ainda, o PNEFA (Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa) tem como objetivo técnico, a ampliação da Área Livre de Febre Aftosa com Vacinação, considerando os contextos Nacionais e do Estado do Pará. O Estado do Pará já possui parte de seu território (58, %) considerado como Zona Livre de Febre Aftosa com Vacinação (ZLFACV), homologado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE). Assim, diante desse contexto, concomitantemente, também se executa atividades para a manutenção dessas áreas, obedecendo a requisitos e condições de natureza técnica, sob a supervisão da Superintendência Federal de Agricultura no Pará (SFA/PA) através do Setor de Saúde Animal (SSA) mediante ações do responsável técnico pelo PNEFA (RT PNEFA), cujos custos financeiros para sua realização, estão também inseridos no valor global previsto no Plano Operativo 2001.

Para a realização das metas de execução diretas previstas e das atividades a elas vinculadas, são utilizados procedimentos técnicos padronizados estabelecidos para essa política pública, que tem por finalidade verificar, monitorar e controlar a eficácia do Órgão Executor Estadual (OEE) representado pela Agência de Defesa Agropecuária do Pará (ADEPARÁ) na qualidade de Serviço Veterinário Oficial do Estado do Pará (SVO/PA), para o qual são delegadas essas atribuições pelo MAPA, ou seja, para executar atividades técnicas de campo para a manutenção da ALFACV, bem como, sobre aquelas atividades que têm por finalidade ampliar a ZLFACV para todo o território do Estado do Pará.

Relatório de Acompanhamento das ações de Saúde Animal programadas para 2011 ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA

Quadro I

Ítem	Metas de execução direta	Unidade Medida	Anual	
			Programado	Realizado
01	Supervisionar as ações de vigilância e erradicação da febre aftosa pela Unidade Central do órgão executor	Supervisão Realizada	12	11
02	Supervisionar as ações de vigilância e erradicação da febre aftosa executadas pela Unidades Regionais do órgão executor	Unidade regional supervisionada	12	10
03	Supervisionar as ações de vigilância e erradicação da febre aftosa executada pelas UVL'S	Unidade local supervisionada	34	39
04	Supervisionar as ações de vigilância e erradicação da febre aftosa executadas pelas EAC's órgão executor	Unidade atendimento a comunidade supervisionada	63	10
05	Supervisionar as ações do órgão executor as	Revenda supervisionada	32	08

	revendas de vacina contra febre aftosa			
06	Supervisionar as ações do órgão executor nas propriedades rurais	Propriedade supervisionada	12	05
07	Atender as convocações do DAS	Reunião realizada	31	10
08	Realizar reuniões técnicas com o executor estadual	Reunião realizada	0	18
09	Supervisionar realização de estudos soroepidemiológicos para febre aftosa	Supervisão realizada	10	0
10	Fiscalizar a execução de convênios	Fiscalização realizada	0	12
11	Atualizar informações do SIPLAN	Atualização realizada	12	0
12	Supervisionar ações nas zonas de alta vigilância	Supervisão realizada	12	0
13	Atender as demandas da Ouvidoria/MAPA e outras denúncias relacionadas a doenças de animais	Demanda atendida	0	0
14	Verificar semanalmente a atualização do informes semanais – SIVCONT	Verificação atualizada	0	12
15	Analisar e enviar informes semestrais	Informe enviado	12	08
Totais			230	145

Execução Orçamentária

PI	Elemento de despesa	Dotação	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Execução/ Dotação (%)
FEBREAFTOS	3390.14 (Diárias)	58.838,30	41.948,37	41.948,37	71,29
	3390.30 (Consumo)	39.954,26	33.906,21	33.906,21	84,86
	3390.33 (Passagens)	64.950,00	64.950,00	64.950,00	100
	3390.36 (P.Física)	20.000,00	16.496,80	16.496,80	82,48
	3390.39(P. Jurídica)	38.098,12	19.668,12	19.668,12	51,62
TOTAL		221.840,68	176.969,50	176.969,50	79,77

Fonte: Plano Operativo 2011 / SIAFI Gerencial

Contingenciamento no Exercício:

Em face da limitação, pelo Governo Federal, de concessão de diárias entende-se que foi fator significativo que resultou em não alcance das metas técnicas programadas, em nível de campo

No decorrer do período do ano de 2011, motivado pela constatação de inadequações e não conformidades que resultam na condução do PNEFA, fora da normalidade esperada, fazem-se as seguintes críticas:

- Deficiência no apoio logístico, pela SFA/PA;
- Alto grau de ingerência política na gestão técnica do PNEFA, no SVO/PA;
- Interlocução institucional deficiente entre a SFA/PA e o SVO/PA;
- Modelo de gestão adotado pelo SVO/PA frente às suas atribuições como executora do PNEFA, delegada que é pelo MAPA;
- Deficiência da infraestrutura administrativa, técnica e operacional do SVO/PA;
- Capacitação deficiente do RH (técnico e administrativo) do SVO/PA;

Pontos negativos e positivos que prejudicaram ou facilitaram a execução dos Programas de Governo:

Um dos pontos negativos é sem sombra de dúvida o modelo de gestão adotado pelo corpo diretor do SVO/PA, que se verifica ser inadequado às características e finalidades do órgão, especialmente, em se tratando da governança, do planejamento estratégico, programação de ações e medidas para coibir inadequações e não conformidades por parte daqueles que detêm a atribuição de fazer atendendo às diretrizes e procedimentos, especialmente técnicos, nas unidades

descentralizadas daquele órgão (GR's, UVL's, EAC's e PFA's), quanto por parte do SISA/Saúde Animal no intuito de orientar, cobrar e avaliar as ações.

O não atendimento, pelo SVO/PA, a prazos para o envio de relatórios com informações exigidas para cumprimento de requisição de organismos nacionais, do próprio MAPA, e de organismos internacionais, entre esses, da OIE e o deficiente capacitação do corpo técnico, especificamente de campo, se traduzem em pontos negativos significativos para o andamento regular do PNEFA no Estado do Pará.

Como ponto positivo, citamos a assinatura do Convênio 755860/2011 que permitirá ao SVO/PA se aparelhar melhor no que diz respeito à sua infraestrutura, logística, informação, comunicação, capacitação e treinamento de RH.

2181: Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus produtos FISCANIMAL

Quadro A.2.2 (anexo da DN TCU nº108/2010)

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física		Execução Financeira	
							Meta Física Prevista	Meta Física Realizada	Meta Financeira Prevista	Meta Financeira Realizada
Agricultura	Defesa Sanitária Animal	0357	2181	Atividade	3	Fiscalização Realizada (Unidade)	3800	2.739	20.484,23	20.082,29

As atividades de fiscalização da área animal representaram em 2011, 72,07% do Total Previsto Corrigido e apenas 54,78% do Total Previsto Inicial. Esperava-se que em 2011 se repetisse o mesmo desempenho de 2010, quando a exportação de produtos de origem animal e em especial de bovinos vivos foi superior a 600 mil cabeças. Entretanto, fatores como a crise econômica mundial, o câmbio desfavorável e restrições sanitárias, ocasionaram uma desaceleração no setor.

Vale ressaltar que também é exportado pescado fresco e congelado e seus subprodutos, peixes ornamentais, couro, carne congelada e miúdos bovinos.

EXPORTAÇÃO PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL (exceto animais vivos) – UVAGRO/Porto Vila do Conde

PRODUTO	PESO (t)	VALOR EM US\$
Carne congelada	11.273.770	87.770.151,00
Miúdos	4.276.837	12.526.128,00
Couro + raspas e aparas	5.495.982	17.184.478,00
Peixe Congelado	688,50	7.800.590,00
TOTAL	21.047.278	125.281.347,00

EXPORTAÇÃO PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL E ANIMAIS VIVOS – UVAGRO/Aeroporto Internacional de Belém

PRODUTO	QTD	UNID	VALOR EM US\$
Peixes Ornamentais	873.137	U	5.376.857,00
Bexiga natatória seca	220.215	Kg	10.305.366,00
Pescado Fresco	138.946	Kg	104.797,00
TOTAL			15.787.020,00

EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL - ANIMAIS VIVOS/UVAGRO-Porto de Vila do Conde

Mês	Bovinos e Bubalinos			Bovinos e Bubalinos		
	Abate			Reprodução		
	Qtd (cab)	Peso (t)	Valor US\$ 1,00	Qtd (cab)	Peso (t)	Valor US\$(1,00)
Janeiro	1.500	784	1.552.941			
Fevereiro	41.929	19.086	41.126.534			

Março	38.250	18.275	34.619.920			
Abril	18.461	8.551	18.633.059	100	38,50	320.000
Maio	19.363	9.472	21.546.059			
Junho	30.250	15.132	32.981.882			
Julho	24.657	12.152	29.805.294	100	39,5	370.000
Agosto	35.444	17.921	34.063.000	209	70,60	425.000
Setembro	36.700	14.956	35.294.118			
Outubro	39.600	19.334	39.777.647			
Novembro	29.650	14.336	30.979.706			
Dezembro	18.750	9.184	18.904.412			
TOTAL	334.554	159.183	339.284.572			

Execução Orçamentária

O quadro abaixo apresenta as informações orçamentárias do programa nas principais atividades de vigilância e fiscalização do trânsito internacional de animais e seus produtos.

PI	Elemento de despesa	Dotação	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Execução/Dotação
FISCANIMAL	3390.14 (diárias)	12.000,00	11.598,06	11.598,06	96,65%
	3390.30 (Consumo)	6.854,23	6.854,23	6.854,23	100 %
	3390.39(P.Jurídica)	1.630,00	1.630,00	1.630,00	100%
TOTAL		20.484,23	20.082,29	20.082,29	98,03%

Fonte: SIAFI Gerencial

Consideramos com base no planejamento para 2011, que os recursos financeiros disponibilizados no transcorrer do exercício foram insuficientes ao custeio e manutenção das Unidades. Da mesma forma, não foram atendidas as demandas de aquisição de equipamentos e material permanente, insumos essenciais para o trabalho da fiscalização nas referidas Unidades.

2180: Vigilância e Fiscalização do Trânsito Intern. de Vegetais, seus produtos – FISCPLANTA (Anexo II da DN TCU Nº 108/2010)

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física		Execução Financeira	
							Meta Física Prevista	Meta Física Realizada	Meta Financeira Prevista	Meta Financeira Realizada
Agricultura	Defesa Sanitária Vegetal	0357	2180	Atividade	3	Fiscalização Realizada (Um)	4.559	4.211	69.727,35	64.796,17

Em 2011 foram realizadas 4.211 fiscalizações na área vegetal, representado 92,36% do Total Previsto Inicial de 4.559 e 105,27% do Total Previsto Corrigido de 4.000 fiscalizações. Atualmente o VIGIAGRO (Vigilância Agropecuária Internacional) dispõe de quatro unidades instaladas: Porto de Belém, Porto de Santarém, Porto de Vila do Conde, localizado no município de Barcarena e Aeroporto Internacional de Belém e se encontra, conforme o Regimento Interno do MAPA (Portaria 428/2010) subordinado hierarquicamente à Divisão de Defesa Agropecuária-DDA, que é responsável pelos PI'S FISCPLANTA e FISCANIMAL. Os Portos de Belém e Vila do Conde fiscalizam e certificam principalmente produtos como madeira, pimenta-do-reino, castanha-do-pará e amêndoas de cumaru. Também são realizadas importações de trigo e juta por esses portos. A fiscalização de embalagens e suportes de madeira também é realizada, observando normas internacionais como a NIMF 15. O Porto de Santarém fiscaliza e inspeciona principalmente milho e soja a granel, comercializados pela multinacional Cargil, que dispõe de infra-estrutura própria no Porto de Santarém. O Aeroporto Internacional de Belém tem como principal atividade a fiscalização de bagagens, encomendas de produtos e insumos agropecuários, acompanhados ou não, que entram ou saem do país, verificando o cumprimento de exigências, conforme normas

específicas, como a IN 36/2006 – Manual do Vigiagro e suas atualizações, minimizando o risco de introdução de pragas e doenças pela entrada de produtos de origem animal e vegetal sem autorização do MAPA ou que tenham trânsito restrito.

Em 2011, em face às restrições orçamentárias impostas pela administração federal, algumas dificuldades foram enfrentadas, principalmente em relação à transportes, infra-estrutura física e informática, com destaque à falta de internet confiável no Porto de Vila do Conde.

O quadro abaixo demonstra as metas alcançadas e dados detalhados por ação, referente à certificação na exportação e anuência na importação de vegetais e seus produtos, bem como insumos agrícolas e dados de apreensões de produtos na importação proibida ou restrita, detectados por scanner em bagagem de passageiros oriundos de vôos internacionais.

IMPORTAÇÃO – ÁREA VEGETAL

Produtos com Despacho autorizado

PRODUTO	PONTO DE INGRESSO	QUANTIDADE	UNIDADE
Fertilizante químico	Porto de Vila do Conde	55.821,00	Tonelada
Trigo em Grão	Porto de Belém	164.274,00	Tonelada
Dendê-semente pré germinada	Aeroporto de Belém	949.745,00	Unid
Embalagem de madeira	Aeroporto de Belem	9.426,00	Kg
	Porto de Belém	573.383,00	Ton
	Porto de Vila do Conde	7.175.387,80	Ton
Total			

EXPORTAÇÃO – ÁREA VEGETAL

Principais produtos certificados

PRODUTO	PONTO DE EGRESSO	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR US\$
Pimenta do reino em grão	Porto de Vila do Conde	13.569,00	Tonelada	93.119.607,71
	Porto de Belém	8.915,00	Tonelada	55.185.146,87
Milho – grão	Porto de Santarém	147.228.430	Tonelada	39.357.619,32
Soja – grão	Porto de Santarém	818.733.705	Tonelada	388.163.022,45
Cumarú – amêndoas	Porto de Santarém	2.500,00	Kg	37.925,00
	Porto de Belém	53.360,00	Kg	856.134,00
Madeira	Porto de Belém	9.731,00	M3	15.694.876,00
	Porto Vila do Conde	5.714,00	M3	8.330.843,59
	Porto de Santarém	4.935,00	M3	5.183.619,98
Total				605.928.794,92

QUADRO RESUMO DAS METAS ALCANÇADAS – UNIDADES VIGIAGRO – 2011

Nome do Programa	Segurança e Sanidade Agropecuária					
Ações	<i>Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus produtos e Insumos agrícolas</i> <i>Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus produtos e Insumos agropecuários</i>					
Processos/Atividades	Previsto	Previsto Corrigido	Realizado	%	PI	SIPLAN
Fiscalização realizada(*)	4.559	4.000	4.211	92,57	FISPLANTA	SIM
Fiscalização realizada(*)	5.000	3.800	2.759	54,78	FISCANIMAL	SIM
Planos Internos	Previsto Inicial	Após atualizações		Realizado		%
FISCPLANTA	4.559	4.000		4.211		92,57
FISCANIMAL	5.000	3.800		2.739		54,78
Total	9.559	7.800		6.950		
METAS SIPLAN						

Planos Internos	Previsto	Previsto Corrigido	Realizado	%
FISCPLANTA	4.559	4.000	4.211	92,57
FISCANIMAL	5.000	3.800	2.739	54,78
Total	9.559	7.800	6.950	

MOVIMENTO MENSAL DE FISCALIZAÇÕES REALIZADAS POR UVAGRO PELA ÁREA ANIMAL-PI FISCANIMAL E PELA ÁREA VEGETAL-FISCPLANTA

DDA/UVAGROS/PA - SIPLAN - 2011 - No. de Fiscalizações Realizadas - ÁREAS VEGETAL E ANIMAL																
	MESES		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL	
Porto de Belém	ÁREA ANIMAL	EXPORTAÇÃO	0	1	3	2	0	1	0	0	0	6	19	29	61	
		IMPORTAÇÃO	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
		TOTAL ANIMAL	0	1	3	2	0	1	0	1	0	1	0	6	19	29
	ÁREA VEGETAL	EXPORTAÇÃO	69	93	55	75	44	53	35	53	73	105	87	91	833	
		IMPORTAÇÃO	54	49	49	47	68	57	55	76	60	46	80	71	712	
		TOTAL VEGETAL	123	142	104	122	112	110	90	129	133	151	167	162	1545	
	Porto – BEL	TOTAL	123	143	107	124	112	111	90	130	133	157	186	191	1.607	
	Aeroporto de Belém	ÁREA ANIMAL	EXPORTAÇÃO	74	84	79	66	70	87	113	94	90	111	88	78	1034
			IMPORTAÇÃO	34	37	38	31	36	28	36	34	35	45	40	39	433
			TOTAL ANIMAL	108	121	117	97	106	115	149	128	125	156	128	117	1467
ÁREA VEGETAL		EXPORTAÇÃO	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	78	1	82	
		IMPORTAÇÃO	49	54	62	59	55	69	64	70	60	69	0	56	667	
		TOTAL VEGETAL	49	54	63	59	56	69	64	70	60	70	78	57	749	
Aeroport o – BEL	TOTAL	157	175	180	156	162	184	213	198	185	226	206	174	2.216		
Porto de Vila do Conde	ÁREA ANIMAL	EXPORTAÇÃO	113	109	102	60	81	114	71	95	105	106	75	99	1.130	
		IMPORTAÇÃO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		TOTAL ANIMAL	113	109	102	60	81	114	71	95	105	106	75	99	1130	
	ÁREA VEGETAL	EXPORTAÇÃO	33	38	64	62	58	56	31	54	122	100	77	77	772	
		IMPORTAÇÃO	72	72	73	62	105	53	54	77	64	83	113	95	923	
		TOTAL VEGETAL	105	110	137	124	163	109	85	131	186	183	190	172	1695	
	Porto – VDC	TOTAL	218	219	239	184	244	223	156	226	291	289	265	271	2.825	
Porto de Santarém	ÁREA ANIMAL	EXPORTAÇÃO	0	6	7	4	4	5	4	0	0	0	5	6	41	
		IMPORTAÇÃO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		TOTAL ANIMAL	0	6	7	4	4	5	4	0	0	0	5	6	41	
	ÁREA VEGETAL	EXPORTAÇÃO	23	21	29	17	38	16	16	15	13	14	8	9	219	
		IMPORTAÇÃO	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	1	0	3	
		TOTAL VEGETAL	23	21	30	17	39	16	16	15	13	14	9	9	222	
	Porto – STM	TOTAL	23	27	37	21	43	21	20	15	13	14	14	15	263	
SUBTOTAL ANIMAL			221	237	229	163	191	235	224	224	230	268	227	251	2700	
SUBTOTAL VEGETAL			300	327	334	322	370	304	255	345	392	418	444	400	4211	
TOTAL GERAL			521	564	563	485	561	539	479	569	622	686	671	651	6911	

Execução Orçamentária

O quadro abaixo demonstra o gasto com a execução da Ação de Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus produtos.

PI	Elemento de despesa	Dotação	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Execução/Dotação
FISCPLANTA	3390.14(Diárias)	28.730,00	23.819,85	23.819,85	82,90%
	3390.30 (Consumo)	7.343,52	7.322,49	7.322,49	99,71%
	3390.33 (Passagens)	27.770,00	27.770,00	27.770,00	100%
	3390.39 (P.Jurídica)	5.083,83	5.083,83	5.083,83	100%
	3390.33(Indenizações)	800,00	800,00	800,00	100%
TOTAL		69.727,35	64.796,17	64.796,17	92,92%

Fonte: SIAFI Gerencial

QUADRO RESUMO DAS METAS ALCANÇADAS – UNIDADES VIGIAGRO – 2011

Nome do Programa	Segurança e Sanidade Agropecuária					
Ações	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus produtos e Insumos agrícolas e Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus produtos e Insumos agropecuários					
Processos/Atividades	Previsto	Previsto Corrigido	Realizado	%	PI	SIPLAN
Fiscalização realizada(*)	4.559	4.000	4.211	92,57	FISCPLANTA	SIM
Fiscalização realizada(*)	5.000	3.800	2.759	54,78	FISCANIMAL	SIM
Planos Internos	Previsto Inicial	Após atualizações		Realizado		%
FISCPLANTA	4.559	4.000		4.211		92,57
FISCANIMAL	5.000	3.800		2.739		54,78
Total	9.559	7.800		6.950		
METAS SIPLAN						
Planos Internos	Previsto	Previsto Corrigido	Realizado		%	
FISCPLANTA	4.559	4.000	4.211		92,57	
FISCANIMAL	5.000	3.800	2.739		54,78	
Total	9.559	7.800	6.950			

Ações do Programa: “Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas”

2131: Inspeção de bebidas, vinagres, café e outros produtos de origem vegetal - IPVEGETAL

Quadro A.2.2 (anexo II da DN TCU nº 108/2010)

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física		Execução Financeira	
							MFP	MFR	MFP	MFR
Agricultura	Defesa Sanitária Vegetal	0356	2131	Atividade	3	Fiscalização Realizada (Unidade)	65	69	30.447,23	30.050,66

Fonte: SIGPLAN

MFP – Meta Física Programada

MFR – Meta Física Realizada

MFP – Meta Financeira Prevista

MFR – Meta Financeira Realizada

As ações e atividades relacionadas à Inspeção e Fiscalização Industrial, Tecnológica e Higiênico-Sanitária de bebidas não fermentadas não alcoólicas, bebidas mistas, polpas de frutas, bebidas alcoólicas, inclusive alcoólicas por misturas, vinhos, derivados da uva e do vinho e de fermentados acético estão alinhadas ao programa Segurança na Qualidade de Alimentos e Bebidas. Por força de legislação federal estão abrigadas na pasta do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, sendo que, na circunscrição do Estado do Pará estão sob a responsabilidade do Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal-SISV/DDA-PA da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Pará-SFA/MAPA-PA.

Para cumprimento das metas físicas procurou-se otimizar a utilização dos recursos humanos, materiais, orçamentários e financeiros disponibilizados ao SISV/DDA-PA à execução das atividades concernentes ao programa - Segurança e Qualidade de Bebidas, em 2011, ou seja, à execução tomou-se por base os dados registrados nos anos anteriores em termos de demandas internas e externas acerca das atividades, na capacidade operacional atual do serviço, e no apoio logístico dispensado pela direção da SFA/MAPA-PA, o que viabilizou a inspeção e fiscalização de razoável quantidade de estabelecimentos sem a necessidade de concessão de diárias e suprimento de fundos de viagem a serviço.

Assim, centrou-se o foco na execução das atividades de inspeção e fiscalização **In Loco** de estabelecimentos industriais registrados no SIPE do MAPA, como produtores, envasilhadores e exportadores de bebidas alcoólicas e não alcoólicas, localizados na Região Metropolitana de Belém, capital do Estado do Pará, porque além de concentrar o maior número de estabelecimentos, também é a Região responsável pela quase totalidade da produção de bebidas do Estado.

Execução Orçamentária

PI	Elemento de despesa	Dotação	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Execução/Dotação
IPVEGETAL	3390.14(Diárias)	11.314,78	11.136,83	11.136,83	98,42
	3390.30 (Consumo)	1.043,21	993,21	993,21	95,20
	3390.33 (Passagens)	4.489,26	4.320,64	4.320,64	96,24
	3390.37 (Loc. Mão Obra)	9.600,00	9.600,00	9.600,00	100
	3390.39 (P.Jurídica)	3.999,98	3.999,98	3.999,98	100
	TOTAL	30.447,23	30.050,66	30.050,66	98,71

Fonte: SIAFI Gerencial

RESULTADOS

A relação custo/benefício concernente à execução das ações e atividades de inspeção e fiscalização de vinhos e bebidas em geral, realizadas pelo SISV/DDA-PA da SFA/MAPA-PA, em 2011, foi de R\$156,92/estabelecimento inspecionado - R\$10.827,48 (diárias e outras despesas com deslocamento) para realização de 69 inspeções/fiscalizações. Considerando a média de 01 a 02 (um a dois) úteis para se inspecionar/fiscalizar por completo uma indústria de porte médio a grande, aliada as dimensões continentais do Estado do Pará, as suas peculiaridades e carências de infraestrutura rodoviária, aérea e fluvial para o interior, a precariedade da malha viária existente e do deficitário sistema de transporte sob concessão pública, pode-se concluir que se trata de um índice técnico e econômico-financeiro considerado bom a ótimo, devido à eficácia que a atividade de inspeção federal atinge e representa à sociedade como um todo, haja vista, a exigência legal de Padrão de Identidade e Qualidade – PIQ, oficial, para os produtos ofertados no mercado nacional e de exportação.

Considerando-se, no final do exercício, a existência de 133 estabelecimentos industriais de bebidas e aproximadamente 2.400 diferentes tipos de produtos registrados no SIPE do MAPA

(circunscrição da SFA/MAPA-PA), o quantitativo de 69 inspeções/fiscalizações realizadas “in loco” representa 52% (cinquenta e dois por cento) do efetivo total, o que vale dizer que em termos de estatística aplicada é um percentual que reflete a realidade do setor com confiabilidade e pequena margem de erros, cujos dados levantados e compilados podem e dever ser considerados e utilizados na revisão, ampliação, reformulação e formulação de novas políticas públicas de todas as esferas de governo para apoio, incentivo e crescimento sustentável das diversas cadeias e indústrias de bebidas não alcoólicas e alcoólicas no estado e na Região.

CONCLUSÃO

Todas as ações e atividades relacionadas vinhos e bebidas em geral, programadas e executadas pelo SISV/DDA-PA, em 2011, notadamente, em termos de inspeção/fiscalização, vistoria, TCAs, emissão de documentos oficiais, registros de estabelecimentos e produtos (bebidas não alcoólicas não fermentadas, polpas de frutas, bebidas mistas, bebidas alcoólicas, inclusive por misturas, vinhos, derivados da uva e do vinho e fermentados acéticos), foram levadas a efeito de forma direta e com total observância e cumprimento dos necessários e indispensáveis preceitos de legalidade e sustentabilidade técnica, econômico-financeira, social e ambiental, sempre com adoção de procedimentos práticos alicerçados na legislação federal vigente, e ainda, nos atos normativos do MAPA, sem se descuidar-se das normas dos órgãos de vigilância sanitária e de defesa do consumidor, que também foram observadas e exigidas o fiel cumprimento, logicamente, guardadas as devidas competências legais, visando ao todo à garantia da identidade, qualidade e inocuidade das bebidas em geral, produzidas e comercializadas no mercado nacional e de exportação.

O SISV/DDA-PA (atividade de vinhos e bebidas) conta com o efetivo de apenas 03 (três) FFAs para cobrir todos os 143 municípios do Estado do Pará, em termos de inspeção/fiscalização industrial de bebidas em geral e, das outras demandas interna e externa, como análise de processos, registro de estabelecimentos e de produtos, autuações, relatórios, apuração de denúncias, atendimento pessoal, encaminhamentos diversos, atividades afins e correlatas, respostas a outros órgãos públicos e privados.

PRINCIPAIS DESAFIOS A SUPERAR

- a) Intensificar a inspeção/fiscalização nas indústrias com vistas a evitar a produção e comercialização de bebidas em geral, vinhos, derivados da uva e do vinho e fermentados acéticos não conformes em relação ao PIQ oficial estabelecido para cada produto;
- b) Implantação, pelas indústrias, das Boas Práticas de Fabricação e Sistemas APPCCs;
- c) Alocação de recursos orçamentários suficientes e liberação do financeiro de acordo com a programação estabelecida no POA;
- d) Fortalecer (ampliar) a equipe de FFAs da atividade de vinhos e bebidas, para atender as demandas contínuas já existentes e, as emergentes;
- e) Promover capacitação e reciclagem periódica da equipe de inspeção/fiscalização sobre legislação e procedimentos operacionais específicos, para facilitar e uniformizar a atuação fiscal em níveis semelhantes aos praticados nos Estados mais desenvolvidos;

f) Implantação dos POPs de forma integral para melhorar a eficiência dos serviços prestados;

g) Promover reuniões com o setor produtivo (industrial) e outros órgãos públicos de todas as esferas de governo, para buscar soluções para os principais problemas que afetam o agronegócio de bebidas regionais e, eliminação de pontos limitantes ao desenvolvimento sustentável dos estabelecimentos produtores, envasilhadores, importadores e exportadores de bebidas em geral;

h) Contribuir com subsídios para atualização da legislação a realidade regional das atividades.

(*) Em 2010 os estagiários passaram a ser pagos diretamente pela UG de Brasília/DF, não descentralizando mais os recursos orçamentários para fazer frente à despesa, apenas continuamos controlando a frequência e avaliação individual de cada aluno/bolsista.

**4246: Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais –
PADCLASSIF**

Quadro A.2.2 (anexo II da DN TCU nº 108/2010)

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física		Execução Financeira	
							MFP	MFR	MFP	MFR
Agricultura	Defesa Sanitária Vegetal	0356	4246	Atividade	3	Fiscalização Realizada (Unidade)	100.000	169.024	75.349,91	74.970,70

Fonte: SIGPLAN

MFP – Meta Física Programada

MFR – Meta Física Realizada

MFP – Meta Financeira Programada

MFR – Meta Financeira Realizada

Metas e Execução Física

Produto Fiscalizado (Toneladas)

Metas e Execução Física	PROGRAMADO	REALIZADO	% EXECUÇÃO
JANEIRO	10.000	9.953	99,52
FEVEREIRO	10.000	10.140	100,47
MARÇO	10.000	8.449	95,14
ABRIL	10.000	9.681	95,56
MAIO	10.000	10.554	97,55
JUNHO	5.000	9.542	106,03
JULHO	10.000	38.063	148,28
AGOSTO	10.000	11.714	144,13
SETEMBRO	5.000	173	135,34
OUTUBRO	5.000	10.573	139,81
NOVEMBRO	10.000	30.468	157,17
DEZEMBRO	5.000	19.714	169,02
TOTAL	100.000	169.024	169,02

Produtos da Atividade de Fiscalização

Produtos	Programado	Realizados	% Execução
Estabelecimentos Fiscalizados (nº)	250	257	103
Quantidade de Produtos Vegetais Nacionais Padronizados Fiscalizados (Ton)	4.000	11.614	290
Quantidade de Produtos Vegetais Importados Padronizados Fiscalizados(Ton)	96.000	157.410	164
Coleta de Amostras (nº)	60	33	55
Fiscalização de Entidades Credenciadas para Classificação	02	02	100

Execução Orçamentária

PI	Elemento de despesa	Dotação	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Execução/ Dotação
PADCLASSIF	3390.14(Diárias)	43.656,00	43.414,71	43.414,71	99,44
	3390.30 (Consumo)	11.378,07	11.310,35	11.310,35	99,40
	3390.33 (Passagens)	19.730,00	19.659,80	19.659,80	99,64
	3390.39 (P.Jurídica)	585,84	585,84	585,54	100
	TOTAL	75.349,91	74.970,70	74.970,70	99,49

2145: Inspeção Industrial e Sanitária dos produtos, subprodutos e derivados de origem animal

INSPANIMAL

Quadro A.2.2 (anexo II da DN TCU nº 108/2010)

Função	Subfunção	Progra ma	Ação	Tipo da Ação	Priori dade	Unidade de Medida	Execução Física		Execução Financeira	
							Meta Física Prevista	Meta Física Realizada	Meta Financeir Prevista	Meta Financeir Realizada
Agricultura	Defesa Sanitária Vegetal	0356	2145	Atividade	3	Fiscalização Realizada (Unidade)	80	76	194.586,26	186.192,57

Responsável: Jesus de Nazareno Magalhães de Sena.

Público Alvo: Produtores, indústrias, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas de mercadorias e consumidores.

Produto: Quantidade de estabelecimentos fiscalizados.

Finalidade: Garantir a sanidade para o consumo de produtos e subprodutos de origem animal.

Descrição: Inspeção tecnológica e higiênico-sanitária nas indústrias que abatem animais ou recebem, produzem, manipulam e beneficiam matéria-prima de origem animal, envolvendo a inspeção *ante-mortem* e *pos-mortem* dos animais de consumo humano, a fiscalização de produtos industrializados, subprodutos e derivados de modo geral, decorrentes do abate, a fiscalização dos estabelecimentos das áreas de pescado, laticínios, ovos e produtos apícolas, bem como aqueles que armazenam, distribuem ou manipulam estes produtos e a realização de rotinas operacionais com

vistas à confirmação do atendimento às normas vigentes e aos acordos internacionais para manutenção do Brasil no mercado exportador.

Informações sobre os resultados alcançados:

ORDEM	INDICADOR	ANO	ÍNDICE ATINGIDO NO EXERCÍCIO (DIPOA)	ÍNDICE ATINGIDO NO EXERCÍCIO (SISA-PA)
1	Nº de Supervisão e Fiscalização Realizada.	2011	0,83	0,62
2	Amostras conformes		0,88	0,91
			0,86	0,84
			0,92	0,60

Fórmula de Cálculo do Índice:

1. $R5 = IA$ (ÍNDICE DE CONFORMIDADE DE PRODUTOS E ORIGEM ANIMAL).

$IA = (0,7 \times \text{nº de auditorias e supervisões conformes} / \text{total de auditorias e supervisões realizadas}) + 0,3 (\text{nº de amostras de produtos conformes} / \text{total de amostras analisadas}).$

2. $R6$ = Número de atividades realizadas.

Análise do Resultado Alcançado:

Conforme está apresentado no item I.3 o SISA/DDA/SFA-PA em 2011 contribuiu significativamente para que o DIPOA/MAPA alcançasse os índices ora apresentados evidenciando o fiel cumprimento do planejado no que concerne a fiscalização e inspeção devidamente avaliado nas supervisões e auditorias sofridas no período, bem como, um nível de conformidade dos produtos beneficiados nas indústrias de nosso Estado.

Análise Crítica

Cumprimento das metas físicas:

Ações que apresentaram problemas de execução:

Tornou-se prejudicada a ação relativa ao combate à produção e comercialização de produtos clandestinos em virtude da não apresentação, por parte da Gestão Nacional, do embasamento legal com todos os procedimentos a serem dotados quando da execução daquela ação, contudo, é viável informar que o SISA/DDA/SFA-PA, em atendimento às demandas de outras instituições ou da Ouvidoria/MAPA, ou, ainda, do cidadão-usuário, também efetivou ações desta natureza.

Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas:

Dentre as ações levadas a termo pelo SISA/DDA/SFA-PA; aquelas que estão diretamente ligadas aos Programas de Autocontrole das indústrias foram, novamente, as que superaram as expectativas uma vez que por tratar-se de um novo método de acompanhamento, controle e avaliação do beneficiamento de produtos beneficiados sob a responsabilidade do SIF foi necessária a capacitação técnica e a utilização dos técnicos das diversas áreas do SISA/DDA/SFA-PA para a devida efetivação do planejado. Como resultado todas as indústrias no Estado foram avaliadas pelo menos uma vez no ano de 2011 tendo sido tomadas ações fiscais de acordo com a necessidade.

Ações Prioritárias na LDO:

Considerando que o SISA/DDA/SFA-PA cumpre com o estabelecido pela Gestão Nacional não detendo autonomia para a alocação de recursos em caráter excepcional; toda a utilização do

recurso ora liberado respeitou o previsto na LDO, assim sendo, avaliamos como positiva a execução das ações observando que o desvio apresentado entre a meta física prevista e a realizada é justificável se considerado o número de estabelecimentos alcançados pela Inspeção Federal e alguns entraves da ordem administrativa da SFA-PA.

Desempenho Operacional

PI	Elemento de despesa	Dotação	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Execução/Dotação
INSPANIMAL3	3390.14 (Diárias)	106.305,69	106.305,15	106.305,15	100
	3390.30 (Consumo)	22.100,00	18.964,15	18.964,15	85,81
	3390.33 (Passagens)	56.983,07	56.983,07	56.983,07	100
	3390.39 (P.Jurídica)	9.197,50	3.940,23	3.940,23	42,84
	Total	194.586,26	186.192,57	186.192,57	95,68

Fonte: SIAFI Gerencial

Ações do Programa: “Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários”

2179: Fiscalização de Sementes e Mudanças – FISCALSEM

Quadro A.2.2 (anexo da DN TCU nº 108/2010)

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física		Execução Financeira	
							Meta Física Prevista	Meta Física Realizada	Meta Financeira Prevista	Meta Financeira Realizada
Agricultura	Depto. de Insumos Agrícolas	0375	2179	Atividade	3	Fiscalização Realizada (Unidade)	345	256	144.695,84	110.447,94

A execução física, cumpriu 74,20% da sua programação, efetivando 256 fiscalizações em face de 345 fiscalizações programadas/previstas. O cumprimento parcial destas metas justifica-se pelo cancelamento de 3 (três) fiscalizações decorrentes da edição do Decreto Presidencial (7.446, de 01 de março de 2011) limitando despesas na emissão de diárias e passagens no âmbito do governo Federal.

A execução financeira cumpriu 76,33% do previsto na meta, haja vista a redução das metas físicas conforme dito acima. Por fim, o executado financeiro condiz com a realidade do Pará.

Quadro 01: Metas Físicas Programadas e Executadas

O quadro 01 reflete os resultados alcançados

ATIVIDADE	UNID.	QTDE.
Produtor de sementes.	Nº	12
Produtor de mudas.	Nº	54
Comerciante de sementes.	Nº	96
Comerciante de mudas	Nº	02
Usuário de sementes	Nº	40
Usuário de mudas.	Nº	10
Responsável técnico.	Nº	18
TOTAL	Nº	232

Quadro 02: O referido quadro mostra a movimentação ocorrida em relação ao credenciamento no Renasem, coleta de amostras de sementes, resultados de laboratório e fiscalizações de campo.

	ATIVIDADE	UNID.	QTDE.
CREDENCIAMENTO NO RENASEM	Produtor de sementes.	Nº	07
	Produtor de mudas.	Nº	19
	Armazenador de Sementes	Nº	01
	Beneficiador de Sementes	Nº	01
	Responsável técnico.	Nº	24
	Comerciante de sementes	Nº	69
	Comerciante de mudas	Nº	11
	Vistoria prévia.	Nº	35
	TOTAL	Nº	167
COLETA DE AMOSTRA DE SEMENTE	Amostra de fiscalização da produção.	Nº	03
		T	274,6
	Amostra de fiscalização do comércio	Nº	29
		T	75,855
	Amostra para fins de certificação pelo MAPA	Nº	21
		T	37,34
	TOTAL DE AMOSTRA DE FISCALIZAÇÃO DE PRODUTO	Nº	32
	T	350,455	
ANÁLISE DE SEMENTE	Amostra fiscal da produção dentro do padrão	Nº	0
		T	0
	Amostra fiscal da produção fora do padrão	Nº	00
		T	00
	Amostra fiscal do comércio dentro do padrão	Nº	02
		T	10,86
	Amostra fiscal do comércio fora do padrão	Nº	07
		T	9,47
	Amostra fiscal de semente certificada dentro do padrão	Nº	06
		T	11,26
	Amostra fiscal de semente certificada fora do padrão	Nº	06
		T	9,59
	TOTAL AMOSTRA FISCAL DENTRO DO PADRÃO	Nº	08
	T	22,12	
TOTAL AMOSTRA FISCAL DENTRO DO PADRÃO	Nº	13	
	T	19,06	
FISCALIZAÇÃO DE CAMPO	Semente C1	Nº	01
		HA	20,0
	Semente S1	Nº	02
		HÁ	19,0
	Semente S2	Nº	01
		HÁ	50,0
	TOTAL	Nº	04
	HA	89,0	
FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS (cap. xii, dec. 5.153/04), VIVEIROS E UNIDADES DE PROPAGAÇÃO IN VITRO	Jardim Clonal.	Nº	01
		U	1,0
	Planta sem origem genética comprovada	Nº	07
		U	31,15
	Área Alterada de coleta de sementes (ACS-AS)	Nº	03
		U	508
	Muda	Nº	20
		U	4.136.907
	TOTAL	Nº	31
	U	4.137.447,15	
CERTIFICAÇÃO REALIZADA PELO MAPA	Vistoria de campo de semente C1	Nº	39
		HÁ	105,4
	TOTAL	Nº	39
		HÁ	105,4
TOTAL DE FISCALIZAÇÕES REALIZADAS		Nº	317

Quadro 03: retrata a parte documental do processo de fiscalização em termos de números de documentos emitidos

ATIVIDADE		UNID.	QTDE.
Documentos Emitidos	Termo de Fiscalização	Nº	199
	Auto de Infração	Nº	37
	Termo de Suspensão da comercialização de semente	Nº	08
		LOTE	18
		T	8,37
	Termo de Interdição de Estabelecimento	Nº	01
	Proc. Adm. Fiscal Proced. em 1ª Instância	Nº	07
	Renasem – inclusão, alteração e renovação.	R\$	1.500,00
	Inscrição de campos de sementes.	R\$	282,00
	Certificação de sementes.	R\$	170,40
	Inscrição de viveiros/matrizes.	R\$	700,00
	Multa aplicada.	R\$	317.742,00
	Multa recolhida.	R\$	15.797,87
Outros documentos	Autorização de importação de sementes.	Nº	26
	Visto de liberação de importação de sementes	Nº	01
		T	0,163
		R\$	7.636,20
	Participação em eventos.	Nº	06
	Palestras proferidas.	Nº	05

Execução Orçamentária

O quadro abaixo demonstra o gasto com a execução da ação de Sementes e Mudanças.

PI	Elemento de despesa	Dotação	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Execução/Dotação
FISCALSEM	3390.14 (Diárias)	58.288,00	39.468,31	39.468,31	67,71
	3390.30 (Consumo)	20.567,89	19.222,36	19.222,36	93,45
	3390.33 (Passagens)	38.733,00	38.520,00	38.520,00	99,45
	3390.36 (P. Física)	7.404,60	3.540,00	3.540,00	47,80
	3390.39 (P. Jurídica)	19.702,35	19.268,35	19.268,35	97,79
TOTAL		144.695,84	120.019,02	120.019,02	

Fonte: SIAFI Gerencial

Ação 2141: Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes - FISFECOI

O PI-FISFECOI/PA possui, atualmente, 111 Estabelecimentos Comerciais –EC – registrados e 07 Estabelecimentos Produtores – EP – os quais se subdividem em 01 produtor de substrato para plantas, 03 produtores de corretivos de acidez e 03 produtores de fertilizantes minerais (simples e mistos).

O planejamento operacional anual prevê que as ações de fiscalização do PI sejam voltadas principalmente sobre os EP's, com no mínimo 03 ações/ano, em cada uma e, em segundo plano, deter-se aos EC's que movimentem grande volume de produtos, onde haja a possibilidade de uma maior amostragem sobre o que é comercializado no Estado e, quiçá, em outras Unidades Federativas – UF's.

Houve a necessidade de redução da meta prevista no POA 2011, a priori, estabelecida, visto o disposto no Decreto nº 7446/2011. No entanto, mesmo com os cortes financeiros realizados, o PI - FISFECOI/PA conseguiu êxito, não somente alcançando a meta, como superando-la.

Sobre a fiscalização sobre os EP's de fertilizantes minerais, pode-se entender que o montante fiscalizatório se pauta sobre a multinacional BUNGE FERTILIZANTES S.A., haja vista que uma segunda possui baixa produtividade e a terceira se encontra sem produção alguma. Assim, a necessidade de fiscalizações mensais sobre a BUNGE, pois a mesma é a responsável por

abastecimento do da maior parte mercado de fertilizantes no Estado e, também, fornecendo para o Estado do Amazonas.

Em seguida, possuímos 03 produtoras de corretivos de acidez, as quais se encontram nas regiões sudoeste, sudeste e sul do Estado, o que necessita de ações do PI sobre estas regiões. Aliado a isso, durante essas investidas, há o aproveitamento de recursos e tempo para a fiscalização dos Estabelecimentos Comerciais de fertilizantes e afins, haja vista que os mesmos comercializam produtos de outras empresas localizadas fora do Pará, o que incrementa o aspecto qualitativo da fiscalização pois, nesse sentido, há uma variabilidade quanto aos produtos observados, desvinculando da rotina mensal sobre a multinacional acima mencionada.

O plano de trabalho proposto pelo PI-FISFECOI/PA está pautado, particularmente, sobre os Estabelecimentos Comerciais de fertilizantes e afins, de onde emanam as maiores demandas da Fiscalização Federal, uma vez que o número de EP's no Estado é relativamente pequeno, quando comparado à maioria das UF's do país.

De modo geral, do total de 248 fiscalizações realizadas pelo PI em 2011, podemos melhor distribuir da seguinte maneira: 16 fiscalizações ocorreram em EP's (6,45%); 71, em EC's (28,63%); e 161, em produtos (64,92%). Assim, tem-se como base que a fiscalização além de buscar observar as condições de funcionamento dos estabelecimentos, os aspectos administrativos e as formas de armazenagem, as ações de fiscalização buscam identificar a qualidade dos fertilizantes, substratos e corretivos comercializados no Estado do Pará, a fim de garantir a produtividade esperada pelo consumidor final.

Prova disso é que em 2011, foram lavrados 37 Autos de Infração, com aplicação de penalidades na modalidade multa financeira no valor de R\$ 349.049,37 (Trezentos e quarenta e nove mil quarenta e nove reais e trinta e sete centavos).

Paralelamente, observa-se que os números gerais do PI-FISFECOI são relativamente baixos, devido as ações contarem apenas com 03 técnicos (02 FFA's e 01 EA), para a execução de atividades em um universo produtivo e comercial extremamente extenso, o qual é o Estado do Pará, onde há a necessidade de deslocamento de aproximadamente 1.400 km desde a sede, em Belém, até o EP de corretivo de acidez localizado em Santana do Araguaia, por exemplo.

RESULTADOS ALCANÇADOS

A seguir apresentamos o desempenho físico através do número de fiscalizações realizadas .

PI	UNID.	PROGRAMADO	EXECUTADO
FISFECOI	Nº	200	248
TOTAL	Nº	200	248

DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO DAS DEMAIS AÇÕES

O quadro abaixo mostra o total de recursos descentralizados e os valores realmente utilizados nas ações fiscais durante o exercício em questão.

PI	LIBERADO	REALIZADO	%
FISFECOI	33.024,11	26.533,01	80,34
TOTAL	33.024,11	26.533,01	80,34

Ação: FISCORGENE – Fiscalização de Organismos Geneticamente Modificados

O resultado alcançado pelo PI – FISCORGEN (51,42%) foi decorrente das questões de natureza operacional, face às dificuldades naturais em função de terem sido iniciadas no exercício de 2011, as atividades de fiscalização de OGM no Estado do Pará, por parte desta SFA/PA.

RESULTADOS ALCANÇADOS

A seguir apresentamos o desempenho físico através do número de fiscalizações realizadas .

PI	UNID.	PROGRAMADO	EXECUTADO
FISCORGEN	Nº	05	04
TOTAL	Nº	05	04

DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO DAS DEMAIS AÇÕES

O quadro abaixo mostra o total de recursos descentralizados e os valores realmente utilizados nas ações fiscais durante o exercício em questão.

PI	LIBERADO	REALIZADO	%
FISCORGEN	13.673,41	7.030,25	51,42
TOTAL	13.673,41	7.030,25	51,42

Ação: FISCGENE – Fiscalização de Material Genético Animal

A atividade de fiscalização de material genético animal vem se concentrando nos meses de março, abril e dezembro de 2011. As fiscalizações realizadas no exercício de 2011, atenderam parcialmente o programado previsto em função de reduzido número de pessoal - apenas 1(um) fiscal federal agropecuário - Médico Veterinário, além da responsabilidade em outro PI, o PI-FISPROVET. Temos uma realidade de logística de fiscalização difícil em função da dimensão do Estado do Pará bem como da sua malha rodoviária precária que dificulta a logística das programações, e as atividades deste Plano Interno distribui-se por todo o Estado e a partir da edição do decreto presidencial passou a ter imposição de restrições/limites a emissão de diárias e passagens, houve reprogramações e cancelamentos de atos fiscalizatórios prejudicando de algum modo as fiscalizações, pelas condições inerentes a atividade de fiscalização. A execução financeira vista no realizado (empenhado e pago) como consta do quadro abaixo de desempenho orçamentário e financeiro atingiu 93,46% da dotação descentralizada, isso transcorreu normalmente e atendeu a contento as metas, em face das reprogramações e ajustes. Pelo exposto, e com todas as ressalvas feitas esta atividade de fiscalização realizou condizentemente os atos fiscalizatórios que lhe foram colocados..Foram programadas ~10 fiscalizações e realizadas 4.

RESULTADOS ALCANÇADOS

A seguir apresentamos o desempenho físico através do número de fiscalizações realizadas .

PI	UNID.	PROGRAMADO	EXECUTADO
FISCGENE	Nº	10	4
TOTAL	Nº	10	4

DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO DAS DEMAIS AÇÕES

O quadro abaixo mostra o total de recursos descentralizados e os valores realmente utilizados nas ações fiscais durante o exercício em questão.

PI	LIBERADO	REALIZADO	%
FISCGENE	11.442,41	10.693,74	93,46
TOTAL	11.442,41	10.693,74	93,46

Ação: FISCINAN – Fiscalização de Insumos destinados à Alimentação Animal

A ação de fiscalização de alimento animal totalizando no ano de 2011, 53(cinquenta e três) fiscalizações, dentre estas, fiscalização em estabelecimento industrial a nível de auditoria em BPF (Boas Práticas de Fabricação), compatível com o planejado/previsto. A execução/realizado transcorreu em um momento de transição de responsáveis técnicos do PI_FISCINAM, e alterações na Legislação específica da área, bem como necessidade de conhecimento/treinamento do novo RT do PI-Técnico, para boa condução das fiscalizações. Houve êxito nas execuções físicas (realizado –

53 fiscalizações) ultrapassando o previsto corrigido (44 fiscalizações) para o exercício 2011, sendo um êxito para a fiscalização. No que pese estas execuções serem realizadas por apenas 1(um) FFA - Médico Veterinário para condução desta área de fiscalização. Houve, também, trabalhos de cunho burocrático inerentes às ações de registro de estabelecimentos; participação em curso de relatoria de processos, dentre outras atividades.

RESULTADOS ALCANÇADOS

A seguir apresentamos o desempenho físico através do número de fiscalizações realizadas .

PI	UNID.	PROGRAMADO	EXECUTADO
FISCINAN	Nº	44	53
TOTAL	Nº	44	53

DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO DAS DEMAIS AÇÕES

O quadro abaixo mostra o total de recursos descentralizados e os valores realmente utilizados nas ações fiscais durante o exercício em questão.

PI	LIBERADO	REALIZADO	%
FISCINAN	9.575,92	9.286,12	96,97
TOTAL	9.575,92	9.286,12	96,97

Ação: Fiscalização de Produtos Veterinários-FISPROVET

A atividade de fiscalização de produtos veterinários realizou no exercício de 2011 atendeu o previsto programado de forma parcial. A execução do físico realizado chegou ao número de 107 fiscalizações em face de uma programação corrigida de 254 fiscalizações colocadas pela Coordenação de Produto Veterinário para atingimento da meta nacional. O atingimento de 42,13% das execuções, ou seja, foi executado parcialmente o planejado em função de carência de pessoal técnico - FFA - médico veterinário, visto que existe apenas 1(um) FFA, para conduzir este PI - FISPROVET, acumulando a responsabilidade com o outro PI-FISCGENE (Material Genético). A realidade da demanda interna no Serviço de Fiscalização no que se refere à inscrição/registo de produtos - serviços de cartórios, demandam muito tempo e pronta resposta. Temos uma realidade de logística de fiscalização difícil em função da dimensão do Estado do Pará bem como da malha rodoviária precária. Com a edição do decreto presidencial impondo restrições/limites a diárias e passagens, houve reprogramações e cancelamentos de atos fiscalizatórios, pelas condições inerentes a atividade de fiscalização. Pelo exposto, depreende-se que fora condizente com as condições postas. As execuções das atividades de fiscalização do PI_FISPROVET, em grande parte, foram feitas em conjunto com o PI_FISGENE, para otimização de recursos financeiros e de pessoal, condizentes com a realizada fiscalizada, considerando a dimensão vasta do território paraense.

RESULTADOS ALCANÇADOS

A seguir apresentamos o desempenho físico através do número de fiscalizações realizadas por área técnica considerada.

Fiscalizações Realizadas:

PI	UNID.	PROGRAMADO	EXECUTADO
FISPROVET	Nº	254	107
TOTAL	Nº	254	107

DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO DAS DEMAIS AÇÕES

O quadro abaixo mostra o total de recursos descentralizados e os valores realmente utilizados nas ações fiscais durante o exercício em questão.

PI	LIBERADO	REALIZADO	%
FISPROVET	10.704,27	8.488,09	79,30
TOTAL	10.704,27	8.488,09	79,30

Ação: Fiscalização de Agrotóxicos-FISAGROTOX

Não houve execução de atividades no PI – FISAGROTOX pelo SEFAG devido a transferência da competência da fiscalização de empresas prestadoras de serviços de tratamento fitossanitário com fins quarentenários para outro Serviço, a partir da publicação e vigor da Portaria Nº 428/2010 que trata do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura. No entanto, foram disponibilizados recursos financeiros pela Coordenação Nacional, que permitiram a participação de FFA's e da Agência de Defesa Agropecuária do Estado em Seminários e Encontros, como foi o caso do ENFISA.

DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO DAS DEMAIS AÇÕES

O quadro abaixo mostra o total de recursos descentralizados e os valores realmente utilizados nas ações fiscais durante o exercício em questão.

PI	LIBERADO	REALIZADO	%
FISAGROTOX	12.724,14	11.080,73	87,08
TOTAL	12.724,14	11.080,73	87,08

Conclusões

Os resultados efetivamente alcançados, expressos pelo número de fiscalizações realizadas, mostram um desempenho compatível com o orçamentário/financeiro. Foram realizadas 672 fiscalizações de 858 programadas alcançando um índice de 78,32%%. Observa-se uma variação considerável entre PI's. Estas diferenças ficam, em parte, por conta das peculiaridades de cada área. Apenas os PI's FISFECOI e FISCINAN apresentaram desempenho superior ao programado.

Os indicadores de eficácia e eficiência seguem esta tendência. Os PI's FISFECOI e FISCINAN foram os mais eficazes enquanto que, além desses dois, mais o FISCORGEN e FISCALSEM, foram os mais eficientes.

O desempenho parcial dos PI's FISCIGENE e FISPROVET foi devido ao reduzido número de pessoal onde um único fiscal é responsável pelos dois PI's agravado por uma logística de fiscalização difícil em função da dimensão territorial do estado e de sua precária malha viária.

A fase de transição em função da mudança de responsável técnico, a necessidade de treinamento, a necessidade de treinamento do novo RT e alterações na legislação específica da área, contribuíram no desempenho apresentado em 2011.

As medidas restritivas na liberação de recursos para diárias e viagens impostas pelo Governo Federal foram impactantes na execução das atividades do PI – FISCALSEM.

Ações dos Programas: “Apoio do Desenvolvimento do Setor Agropecuário”

“Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio”

“Conservação, Manejo e uso sustentável da Agrobiodiversidade”

As ações advindas dos programas acima são desenvolvidas por meio do DPDAG – Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário.

O Quadro 1 demonstra por Plano Interno (PI) o montante de oitenta e nove mil setecentos e setenta reais e cinquenta centavos (R\$89.770,56) utilizados por esta Divisão na consecução das atividades voltadas para o desenvolvimento de políticas públicas, e produção agropecuária.

Quadro 1

Recursos financeiros utilizados por Plano Interno pela DPDAG

Plano Interno (PI)	Dotação	Empenho	Execução
APPRODUTOR	13.030,63	13.030,63	9.993,50
APOIOPEC	5.734,81	5.734,81	5.462,90
APOIOAGRIC	74,68	74,68	74,68
CETORGAN	4.249,60	4.249,60	2.805,65
DESENGORG	11.667,00	11.667,00	6.226,22
FISCONTRATO	6.356,00	6.356,00	5.956,46
FISCALPEC	1.921,72	1.921,72	1.921,72
FISAGRIC 1	8.838,75	8.838,75	7.770,36
GAPSDC	52.132,16	52.132,16	44.650,16
INDGRAF	5.014,81	5.014,81	4.908,91
TOTAL:	109.020,16	109.020,16	89.770,56
Pessoas Beneficiadas: 30.152			

O Quadro 2 demonstra, por rubrica, os recursos utilizados, podendo-se visualizar que 45,38% dos recursos dizem respeito ao deslocamento (diárias, combustível e passagens) dos servidores desta Divisão, para execução das ações demandadas pelo setor e para o setor agropecuário do Estado do Pará.

8611: Apoio ao pequeno e médio produtor agropecuário – APPRODUTOR

Quadro A.2.2 (anexo II da DN TCU nº 108/2010)

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física		Execução Financeira	
							Meta Física Prevista	Meta Física Realizada	Meta Financeira Prevista	Meta Financeira Realizada
Agricultura	Apoio e Cooperativismo	6003	8611	Atividade	3	Pessoas Beneficiadas	1000	1540	13.030,63	9.993,50

Considerando que a unidade de medida é “**pessoa beneficiada**”, as ações do PI envolve reuniões com produtores, feiras de eventos; palestras a produtores rurais e ações que são dinâmicas, de acordo com os programas governamentais. O dados acima demonstram que as pessoas beneficiadas foram 54% maior em relação ao programado para o exercício e ainda, com otimização de recurso que girou em torno de 76,69% menor que o programado.

Execução Orçamentária

PI	Elemento de despesa	Dotação	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Execução/Dotação
APPRODUTOR	3390.14 (Diárias)	7.308,00	7.308,00	4.799,74	65,67
	3390.30 (Consumo)	647,63	647,63	647,63	100
	3390.33 (Passagens)	4.625,00	4.625,00	4.625,00	100
	3390.39 (P.Jurídica)	575,00	575,00	575,00	100
TOTAL		13.030,63	13.030,63	6.993,50	53,66

8606 – Desenvolvimento da Agricultura Orgânica - DESENORG

Quadro A.2.2 (anexo II da DN TCU nº 108/2010)

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física		Execução Financeira	
							Meta Física Prevista	Meta Física Realizada	Meta Financeira Prevista	Meta Financeira Realizada
Agricultura	Apoio e Cooperativismo	1426	8606	Atividade	3	Pessoas Beneficiadas	7000	10200	11.667,00	6.226,22

Foram realizadas inúmeras ações visando a capacitação de técnicos e produtores, promoção do alimento orgânico, organização dos produtores, legislação, certificação e fomento. Tais ações resultaram num significativo número de pessoas beneficiadas com a coordenação da Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário.

Ressalta-se ainda que o expressivo número diz respeito sobretudo a consumidores das 19 Feiras de Produtos Orgânicos realizadas em 2010 quando se distribuiu material informativo e se presta orientações sobre certificação e sistema de garantia da qualidade orgânica que entrou em vigor a partir de 01/01/2001.

Execução Orçamentária

PI	Elemento de despesa	Dotação	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Execução/Dotação
DESENORG	3390.14 (Diárias)	1.100,00	1.100,00	659,22	59,90
	3390.33 (Passagens)	700,00	700,00	700,00	100
	3390.39 (P.Jurídica)	9.867,00	9.867,00	4.867,00	49,32
TOTAL		11.667,00	11.667,00	6.226,22	53,36
Pessoas Beneficiadas: 10.100					

Fiscalização de Contrato de Repasse: - FISCONTRATO

Contrato de repasse: é um instrumento administrativo usado para transferência de recursos financeiros da união por intermédio de um agente financeiro público federal. A instituição que vem operando com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento essa modalidade de transferência é a Caixa Econômica Federal.

O Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário - PRODESA, tem gestão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), é operado com recursos do Orçamento Geral da União (OGU). O programa objetiva viabilizar infra-estrutura pública aos agricultores, comunidades rurais e suas associações, destinando-se ao apoio de ações que permitam o aumento da produção, produtividade, melhoria da qualidade dos produtos agropecuários e sua comercialização.

A Superintendência Federal de Agricultura no Pará, SFA-PA analisa as propostas e os planos de trabalho quanto à compatibilidade do objeto proposto pelos convenientes (Estado e Municípios) com as ações do PRODESA e seu respectivo enquadramento em relação aos dados cadastrais, programáticos e orçamentários, deferindo ou indeferindo as propostas e/ou os planos de trabalho.

As atividades desenvolvidas em 2011 foram realizadas em diversos municípios do Estado do Pará, incluindo a execução de contratos de repasse através de emendas parlamentares e convênios celebrados com o Ministério da Agricultura através da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC. Os recursos são definidos no Orçamento Geral da União.

Foram assinados 03 convênios pela SDC/MAPA no Estado do Pará, no montante total de R\$ 920.340,80 (R\$ 897.000,00 + CP), para: a) Apoiar a 15ª Exposição Agropecuária de Conceição do Araguaia; b) Mecanização de áreas Degradadas no Município de Conceição do Araguaia e c)

Aquisição de Calcário para atender produtores do Município de Floresta do Araguaia. Estes convênios beneficiarão 1.565 produtores e 150.000 pessoas. O **quadro 3** relaciona os convênios referentes a 2011.

Investimentos emanados de emendas parlamentares

EMENDAS PARLAMENTARES		
Discriminação	Quantidade	Valor (R\$)
Patrulhas Mecanizadas	16	29.026.250,00
Máquinas e Equipamentos	13	9.876.720,00
Recuperação de Estradas Vicinais	04	5.118.750,00
Feira livre, matadouro, parque de exposição e outros	12	8.209.000,00
Total	45	52.230.720,00

As 45 emendas parlamentares, destinadas a investimentos rurais, somaram em 2011 o montante de R\$ 52.230.720,00. Foram analisadas pela DPDAG 45 emendas, com o objetivo de imprimir competitividade ao agronegócio. Os respectivos Planos de Trabalho registraram como metas: aquisição de patrulhas mecanizadas, aquisição de máquinas e equipamentos, recuperação de estradas vicinais, feira livre, matadouros, parque de exposição, casa de farinha e entrepostos para comercialização.

Conseqüentemente foram realizadas fiscalizações referentes aos contratos de repasse, do ano anterior, fiscalização prévia para recuperação de estradas vicinais, fiscalização atendendo demanda especial da CGU, vistoria prévia de convênios, fiscalização das patrulhas mecanizadas entregues as prefeituras, participação da equipe em seminários, realização de palestras e divulgação de ações deste Ministério.

Para realizar as ações acima mencionadas esta DPDAG-PA foi dotada com recursos financeiros na ordem de R\$ 5.956,46 discriminados conforme abaixo.

Execução Orçamentária

PI	Elemento de despesa	Dotação	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Execução/Dotação
FISCONTRATO	3390.14 (Diárias)	2.832,00	2.487,42	2.487,42	87,83
	3390.30 (Consumo)	3.524,00	3.469,04	3.469,04	100
Total:		6.356,00	5.956,46	5.956,46	100

OUTRAS AÇÕES

Além das atividades já rotineiras desta Divisão, procuramos divulgar as ações da mesma frente aos setores envolvidos com o desenvolvimento agropecuário no Pará assim como atender demandas eventuais referentes a este tema, participar de Grupos de Trabalho, Comissões Técnicas, assim como atividades de planejamento do próprio Ministério

Elencamos a seguir alguns eventos nos quais a DPDAG-PA se fez presente.

- Participação no Conselho de Desenvolvimento Regional Sustentável, sendo membros do Conselho os servidores Adiróseo Raimundo Alves dos Santos e Antonio Carlos Azevedo.

- Gestão Estratégica: continuação onde, após a realização do curso de mesmo nome, começamos a integrar a equipe da SFA nas discussões e demandas.

E, em face da necessidade, acabamos sendo indicados pela SFA para participar das reuniões iniciais de instalação da mesma no Estado do Pará, e hoje compomos o comitê efetivo de discussões.

O Fiscal Ivo Xavier Amorim participou do curso de Genética de Bovinos de Certificação Zootécnica e de treinamento de Bem Estar Animal para representante das Comissões Estaduais.

- PISA: a DPDAG-PA, na pessoa do fiscal Ivo Amorim e Adiróseo Santos, integra este comitê como titular e suplente respectivamente nas discussões de instalação no Estado, mais precisamente no projeto Piloto de Rondon do Pará.

- Fórum das Ilhas, a DPDAG-PA, na pessoa do fiscal Ivo Amorim e posteriormente o Fiscal José Bahia, fizeram parte do comitê de discussão de alternativas de sustentabilidade para as ilhas em torno de Belém.

- Gestão Ambiental, a DPDAG-PA, na pessoa do fiscal Ivo Amorim, participou de reuniões iniciais sob a coordenação de SEMMA

- Reunião EMBRAPA para discussão da implantação do PISA (Programa de Produção Integrada de Sistemas Agropecuários em Micro Bacias Hidrográficas, no Pará (13 participantes);

- Participação em vídeo conferência elaborado pela SDC/MAPA.

Ressaltamos ainda a participação em reuniões referente ao Programa de Crédito Rural “Agricultura de Baixa emissão de Carbono-ABC.

d) – Desempenho Orçamentário e Financeiro

I - Programação Orçamentária das Despesas

Quadro A.2.7 (Anexo II da DN TCU nº 108/2010)

Movimentação Orçamentária por grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	130101		-	-	-
	Recebidos	130094	-	-	-	10.698.433,20
Movimentação Externa	Concedidos	110098	-	-	-	-
	Recebidos	130094	MPA	-	-	16.850,94
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	130094	Apoio Fiscalização	6.352.733,94		-
Movimentação Externa	Concedidos	-	-			-
	Recebidos	-	-	-	-	-

Análise Crítica: O quadro acima demonstra que do total de recursos alocados nesta UJ, 59,38% decorreram repasse por meio de convênios firmados no exercício, 0,9% destinou ao pagamento de pessoal (auxílio funeral) e 0,15% tratou-se de recursos do Ministério da Pesca e Aquicultura. Desta forma, apenas 39,57% foram para a manutenção da UJ, perfazendo um total de recursos descentralizado no valor de R\$ 2.111.049,50 dos quais R\$ 1.879.368,25 foi gasto com os contratos de apoio administrativo, técnico e operacional; limpeza e conservação e Vigilância Ostensiva.

II - Execução Orçamentária das Despesas

Quadro A.2.11 (Anexo II da DN TCU nº 108/2010)

Despesa por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação.

Valores em R\$
1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Licitação	2.791.624,70	2.755.039,60	1.416.383,60	1.602.287,05
Convite	-	43.065,65	-	43.065,65
Tomada de Preços	219.695,49	-	219.695,40	-
Concorrência	-	-	-	-

Pregão	2.571.929,38	2.711.974,08	1.196.688,20	1.559.221,40
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Contratações Diretas	366.161,85	789.890,61	366.161,62	585.078,45
Dispensa	301.241,31	726.160,05	301.241,31	521.347,89
Inexigibilidade	64.920,54	63.730,56	64.920,54	63.730,56
Regime de Execução Especial	120.505,84	151.757,76	120.505,84	151.757,76
Suprimento de Fundos	120.505,84	151.757,76	120.505,84	151.757,76
Pagamento de Pessoal	611.136,33	825.936,49	611.136,33	791.676,91
Pagamento em Folha	97.088,47	109.204,55	97.088,47	109.204,55
Diárias	514.047,86	716.731,94	514.047,86	682.472,36
Outras	-	-	-	-

Fonte: SEOF/SFA/PA

Análise Crítica: Os dados exarados no quadro acima demonstram que no exercício de 2011 o processo licitatório deu-se apenas nas modalidade de tomada de preço, pregão, dispensa e inexigibilidade. Ainda assim, em volume menor comparado ao exercício de 2010. Tal fato deveu-se ao não atendimento das coordenações da área finalística no tocante a aquisição de materiais, inclusive aquisição de veículos. Relativo ao PI – MANUTPA, cujo programa é voltado para a manutenção da Unidade, houve uma indefinição ou suspensão temporária relativa a descentralização de recursos para “Investimentos”. Houve ainda a falta de interesse de empresas na participação dos processos licitatórios, impedindo desta forma a conclusão de alguns processos.

Quadro A.2.12 - (Anexo II da DN TCU nº 108\2010)

Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos/movimentação

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos	-	109.204,55	-	109.204,55	-	-	-	109.204,5
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos	-	-	-	-	-	-	-	-
3- outras despesas correntes								
3390.37-l. Mão obra	1.888.969,0	-	-	-	-	-	-	-
3390.39- P.Jurídica	714.926,00	-	-	-	-	-	-	-
3390.30 – consumo	248.969,00	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos	14.169.574,	-	16.924,658,	-	97.087,6	-	16.492.945,	-

Fonte: SEOF/SFA/PA

Análise Crítica: O limite estabelecido pelo órgão central para manutenção desta UJ neste exercício girou em torno de R\$ 2.111.049,50. De forma não muito diferente dos exercícios anteriores, trata-se de um limite inviável para a operacionalização da Unidade, haja vista que 80% do limite é direcionado aos contratos de limpeza, apoio e vigilância, restando apenas 20% para os demais contratos. Ainda que não haja normatização, há apoio da área finalística visando minimizar

a dificuldade de manutenção por escassez de recursos na manutenção das UTRAS de Santarém e Marabá.

Quadro A.2.13 – (Anexo II DA DN TCU Nº 108/2010)

Despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2010	2011	2011	2010
4 – Investimentos	11.372,21	304.336,00	11.372,21	304.366,00	-	-	11.372,21	304.366,00
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos	11.372,21	304.336,00	11.372,21	304.366,00	-	-	11.372,21	304.366,00
5 - Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SEOF/SFA/PA

Análises Crítica: O quadro acima mostra de maneira clara, conforme dito em quadros anteriores que o processo licitatório nas diversas modalidades ficou aquém do exercício anterior. Embora tenha havido descentralização de recursos para o fim, o desinteresse de empresas em participar dos processos associado e a baixa operacionalidade do Setor responsável reduziu o planejamento inicial para reformas e aquisição de bens no exercício.

III- Indicadores Institucionais

Os indicadores abaixo referem-se às ações, objeto do item acima (c – II), seguindo a mesma ordem.

Ações do Programa: Segurança da Sanidade Agropecuária

2134: Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Veg. e seus produtos – V IGIFITO

INDICADOR:	Nº de Supervisão/ Inspeção/ Fiscalização/Auditoria (SIFA) realizadas pelo SISV.	Taxa de Conformidade no Controle de Fronteiras
Atributo:	Eficácia	Eficácia
Descrição:	Número de unidades SIFA (Supervisionadas /Inspecionadas/ Fiscalizadas/Auditadas) em relação ao programado.	Número de partidas inspecionadas no trânsito interestadual em relação ao programado.
Fonte:	SISV/DDA/SFA-PA	ADEPARA
	Varição Absoluta (VA) entre o número de Unidades SIFA Realizadas em relação ao número de Unidades SIFA Programadas para 2010: VA = USIFAR2010 – USIFAP2010	Varição Absoluta (VA) entre o número de Partidas Inspecionadas (PI) Realizadas em relação ao número de Partidas Inspecionadas (PI) Programadas para 2010:

Fórmulas e cálculos:	$VA = 42 - 65$ $VA = - 23$ Varição Relativa (VR) entre o número de Unidades SIFA Realizadas e o número de Unidades SIFA Programadas para 2010, em percentagem: $VR = USIFA / USIFAP * 100$ $VR = (42/65)*100$ $VR = 64,6\%$	$VA = PIR2010 - PIP2010$ $VA = 46.120 - 30.000$ $VA = 16.120$ Varição Relativa (VR) entre o número de Partidas Inspeccionadas (PI) Realizadas e o número de Partidas Inspeccionadas (PI) Programadas para 2010, em percentagem: $VR = PIR / PIP * 100$ $VR = (46.120/30.000)*100$ $VR = 153,7\%$
	SIFA: Supervisão/Inspeção/Fiscalização/Auditoria; VA: Variação Absoluta; VR: Variação Relativa; USIFAR: Unidades Supervisionadas/Inspeccionadas/Fiscalizadas/Auditadas Realizadas; USIFAP: Unidades Supervisionadas/Inspeccionadas/Fiscalizadas/Auditadas Programadas; IP: Indicador Programado; PI: Partida Inspeccionada; PIP: Partida Inspeccionada Programada; PIR: Partida Inspeccionada Realizada.	

Análise do desempenho

Para aferição do desempenho operacional da ação VIGIFITO calculou-se os indicadores de eficácia sobre o desempenho das auditorias no controle do trânsito realizado pelo SISV e sobre o trabalho da vigilância e controle do trânsito que é realizado nas ULSA's e nos postos de Fiscalização pela ADEPARA.

O indicador N° de Supervisão/Inspeção/Fiscalização/Auditoria refere-se às fiscalizações em propriedades e unidades de consolidação com emissão de CFO, supervisão de curso de CFO, inspeção fitossanitária em material de propagação vegetal importado e auditorias in loco das barreiras fitossanitárias localizadas nas divisas do estado do Pará com outras unidades da federação. Verifica-se que para esse indicador o SISV apresentou índice de eficácia de 64,5% em relação ao cumprimento da meta física programada em 2010.

Esse fato foi motivado pela baixa frequência na realização da meta “Auditoria nas barreiras fitossanitárias” em virtude dessa atividade ser realizada por um único FFA, que no exercício de 2010 foi acometido por problemas de saúde que inviabilizaram o deslocamento de longa distância do responsável técnico pelo PI VIFITO. Para conhecimento a distância média das barreiras fitossanitárias da sede da SFA é de aproximadamente 1.000km. Contudo, cabe salientarmos que a eficácia desse indicador atinge 97,5% quando se excluem da análise as ações de auditoria nas barreiras fitossanitárias.

Da mesma forma o Trabalho realizado nos Postos fixos da ADEPARA mostrou-se altamente eficaz em relação ao produto Partida Inspeccionada, no controle de fronteiras, apresentando um valor de 157,5%. Este resultado demonstra o quanto aumentou o fluxo de produtos vegetais nas barreiras sanitárias do Estado, tanto de entrada como de saída do Estado, principalmente frutos cítricos e banana

A entidade estadual de defesa fitossanitária, a ADEPARA emitiu em 2010 um total de 985 PTV's – Permissões de Trânsito de Vegetal, sendo que 656 PTV's oriundas da cultura dos citros e 329 PTV's da banana.

Considerando que nesta atividade estão envolvidos diretamente o SISV e a ADEPARA, na avaliação de desempenho foi analisada apenas a Eficácia para o indicador Taxa de Conformidade no Controle de Fronteiras, tendo em vista que a SFA não tem controle sobre os recursos orçamentários e financeiros utilizados pela Agência de Defesa.

8572: Prevenção, Controle e Erradicação de Praga de Vegetais – PCEVEGETAL

Indicador	N° de	Área Controlada para	Incidência de pragas Quarentenárias
-----------	-------	----------------------	-------------------------------------

	Supervisão/Fiscalização realizada pelo SISV	Pragas Quarentenárias Presentes no Estado	Presentes no País e Ausentes no Estado
Atributo:	Eficácia	Eficácia	Eficácia
Descrição:	Número de Supervisão realizada em relação ao programado.	Número de área controlada em relação ao programado.	Número de incidência de pragas quarentenárias ausentes no estado em relação ao programado.
Fonte:	SISV/DDA/SFA-PA	SISV/DDA/SFA-PA e ADEPARA	SISV/DDA/SFA-PA e ADEPARA
Fórmulas e cálculos:	Variação Absoluta (VA) entre o número de supervisões realizadas em relação ao número de supervisões programadas para 2011: $VA = NSR - NSP_{2011}$ $VA = 108 - 164$ VA = -56 Variação Relativa (VR) entre o número de Supervisões Realizadas e o número de Supervisões Programadas para 2011, em percentagem: $VR = (NSR/NSP)*100$ $VR = (108/164)*100$ VR = 65,8%	Variação Absoluta (VA) entre o número de área controlada realizada em relação ao número de área controlada programada para 2010: $VA = NACR - NACP_{2011}$ $VA = 87.393 - 56.000$ VA = 31.393 Variação Relativa (VR) entre o número de área controlada realizada em relação ao número de área controlada programada para 2011, em percentagem: $VR = (NACR/NACP)*100$ $VR = (87.393/56.000)*100$ VR = 156%	Taxa de Sanidade Agropecuária para Pragas Quarentenárias Ausentes no Estado do Pará. $TSA = \frac{AP + AC}{AT} * 100 =$ $TSA = \frac{124.768.700 + 0}{1.247.687} * 100 = 100\%$ Variação Absoluta (VA) entre o número de incidência de pragas quarentenárias ausentes realizadas em relação ao programado para 2011: $VA = NIPAR - NIPAP_{2011}$ $VA = 1.247.687 - 1.247.687$ VA = 0 Variação Relativa (VR) entre o número de incidência de pragas quarentenárias ausentes realizadas em relação ao programado para 2011, em percentagem: $VR = (NIPAR/NIPAP)*100$ $VR = (124.768.700/1.247.687)*100$ VR = 100%
NSR: Número de Supervisão Realizada; NSP: Número de Supervisão Programado; VA: Variação Absoluta; VR: Variação Relativa; NACR: Número de Área Controlada Realizada; NACP: Número de Área Controlada Programada; AP: Área Prevenida; AC: Área Controlada; AT: Área Total; NIPAR: Número de Incidência de Pragas Ausentes Realizado; NIPAP: Número de Incidência de Pragas Ausentes Programado.			

Análise do Desempenho

Nesta ação foram adotados três indicadores de desempenho: Incidência de pragas quarentenárias presentes no país e ausentes no Estado do Pará; N° de Supervisão/Fiscalização realizada pelo SISV e Área controlada para pragas quarentenárias presentes no Estado do Pará.

Dentre esses, o indicador principal é incidência de pragas quarentenárias presentes no país e ausentes no Estado do Pará cujo produto é Área Prevenida, ou seja, indica a área em que a ADEPARA e o SISV trabalham no controle de pragas que já estão presentes no país e que ameaçam o Estado de sua introdução. Considerando que nesta atividade estão envolvidos diretamente o SISV e a ADEPARA, na avaliação de desempenho foi analisada apenas a Eficácia da Superintendência Federal de Agricultura no Pará – SFA/MAPA/PA tendo em vista que a SFA não tem controle sobre os recursos orçamentários e financeiros utilizados pela Agência de Defesa. E, quanto a este, o Serviço tem se mostrado 100% eficaz uma vez que todo o Estado do Pará encontra-se sem a presença de “Pragas Quarentenárias Ausentes” listadas na Instrução Normativa nº 52/2007.

Para a principal atividade realizada diretamente pelo SISV-PA foi estabelecido o Indicador “N° de Supervisão/Fiscalização realizada”. Nesta atividade o SISV-PA teve um desempenho de meta física de 65,8%. O indicador de desempenho foi relativamente baixo em virtude do convênio MAPA e ADEPARA ter sido celebrado somente em outubro de 2011, quando então os levantamentos de detecção e controle puderam ser realizados pela agência e supervisionados pela SFA-PA.

O Indicador “Área Controlada para Pragas Quarentenárias Presentes no Estado” indica a área em que a ADEPARA e o SISV trabalham no controle de pragas que se encontram

estabelecidas no Estado, mas que estão sob controle oficial. A área trabalhada corresponde principalmente às áreas cultivadas com citros, soja e banana. O resultado mostra um alcance de 156% da área controlada programada, evidenciando que a área controlada programada para 2012 deverá ser maior que 56.000ha.

Subação - Prevenção e Controle de Pragas da Banana - Sigatoka Negra

As atividades voltadas ao controle da sigatoka negra (*Mycosphaerella fijiensis*) e do moko da bananeira (*Ralstonia solanacearum*) têm como finalidade elevar a produtividade e diminuir os custos de produção de banana por meio da prevenção e do controle da disseminação destas pragas.

Durante o ano de 2011 foi priorizado o credenciamento de unidades de produção e unidades de consolidação ao Sistema de Mitigação de Risco (SMR) para as pragas sigatoka negra e moko da bananeira visto que as Instruções Normativas, IN nº 17 de 31 de maio de 2005 e IN nº 17 de 27 de maio de 2009, preconizam que a comercialização interestadual deverá ocorrer somente de banana proveniente de área livre ou inserida em SMR. Como o Estado do Pará não tem área livre para essas pragas, o sistema de mitigação de risco tem sido nossa prioridade.

Dessa forma, o SISV-PA auditou dezesseis unidades de produção e dez unidades de consolidação localizadas nos municípios de Altamira e Novo Progresso. Nas auditorias realizadas foi constatado que a grande maioria das unidades produtivas deixava de executar algumas práticas agrícolas exigidas nas Instruções Normativas, IN nº 17 de 31 de maio de 2005 e IN nº 17 de 27 de maio de 2009. Os relatórios das auditorias realizadas foram encaminhados à ADEPARA para conhecimento e providências.

A ADEPARA atua nesse programa realizando o credenciamento e o descredenciamento das unidades produtivas e unidades de consolidação; fiscalizando a ação dos responsáveis técnicos habilitados para emissão de CFO e realizando palestras técnicas de conscientização de produtores para o integral cumprimento das Instruções Normativas, IN nº 17 de 31 de maio de 2005 e IN nº 17 de 27 de maio de 2009.

Os principais problemas encontrados na execução desta subação é a falta de conscientização dos integrantes da cadeia produtiva de banana quanto à importância da aplicação das medidas de prevenção e controle da praga; falta de harmonização de procedimentos para fiscalização estadual, e falta de supervisão e auditoria da coordenação nacional nos processos do Sistema de Mitigação de Risco; além da legislação estar desatualizada sem definição de produtos com respectiva concentração para higienização de embalagens e frutos.

Com o intuito de harmonizar os procedimentos adotados no sistema de mitigação de risco e melhorar o desempenho da fiscalização estadual foi realizada uma reunião entre o SISV e ADEPARA para elaboração de uma legislação estadual complementar à federal. Esta reunião não pode ser programada, pois a necessidade de realização surgiu durante as auditorias do ano de 2011.

Sub-ação – Prevenção e controle de pragas dos citros

No estado do Pará esta sub-ação corresponde às atividades de prevenção de pragas quarentenárias presentes no país, mas ausentes no Estado do Pará como: pinta preta (*Guninardia citricarpa*), o cancro cítrico (*Xanthomonas axonopodis* pv. *citri*) e o greening (*Candidatus Liberobacter*) e atividades de controle da praga quarentenária presente no Estado do Pará, mosca negra dos citros (*Aleurocanthus woglumi*).

Em cumprimento às Instruções Normativas Nº 3, de 8 de janeiro de 2008 (pinta preta), Nº 53, de 16 de outubro de 2008 (greening) e Nº 20, de 31 de julho de 2006 (cancro cítrico) o órgão estadual de defesa vegetal, ADEPARA, realizou os levantamentos oficiais de detecção dessas pragas monitorando 23 municípios que perfazem uma área de 2.50,35 de área prevenida.

Sub-ação: Prevenção e controle de pragas da soja

O Programa Nacional de Controle da Ferrugem Asiática da Soja (*Phakopsora pachyrhizi*), instituído por meio da Instrução Normativa Nº 2 de 29 de janeiro de 2007, visa ao fortalecimento do sistema de produção agrícola da soja, congregando ações estratégicas de defesa sanitária vegetal com suporte da pesquisa agrícola e da assistência técnica na prevenção e controle da praga.

Assim em cumprimento a essa legislação foi instituído no Estado do Pará o vazio sanitário da soja por meio da Instrução Normativa Nº 009/2008-ADEPARA que estabelece dois períodos de vazio sanitário: 15/julho a 15/setembro para as microrregiões de Conceição do Araguaia, Redenção, Itaituba, Marabá e Altamira (Distrito de Castelo dos Sonhos) e; 01/outubro a 30/novembro para as microrregiões de Santarém, Altamira (com exceção do Distrito de Castelo dos Sonhos), Paragominas, Bragança e Guamá.

No ano de 2011, a ADEPARA realizou com êxito todas as atividades previstas para este programa de controle, atingindo aproximadamente 40% a mais da área controlada programada. Das atividades realizadas pela ADEPARA registram-se 65.957ha de área cadastrada e georreferenciada, e 7.674ha de área fiscalizada durante o vazio sanitário da soja, em 15 municípios produtores do Estado.

Dentre as atividades inerentes ao programa de prevenção e controle de pragas da soja, as atividades que são diretamente realizadas pelo SISV-PA são a coordenação do Comitê Estadual de Controle da Ferrugem Asiática da Soja e as ações de supervisão da fiscalização do vazio sanitário da soja no Estado do Pará.

Para discutir a proposta de suspensão do 2º período de vazio sanitário da soja feita por produtor membro do Comitê foram realizadas, em 2011, três reuniões extraordinárias do Comitê Estadual de Controle da Ferrugem Asiática da Soja onde, com a aprovação da maioria de seus membros, foi decidido pela suspensão do 2º período de vazio sanitário, apenas no ano de 2011. Isto explica o baixo índice de execução (34%) da sub-ação supervisão do vazio sanitário da soja.

Sub-ação: Prevenção e controle da broca da teca (*Sinoxylon conigerum*).

Esta sub-ação consiste de atividades de levantamentos de detecção por meio do monitoramento das armadilhas instaladas para captura da broca da teca nas regiões sul e sudeste do Pará, em virtude da presença dessa praga no Mato Grosso. E de levantamentos de áreas de cultivo no Estado do Pará.

Para alcance das metas programadas foram realizadas 35 supervisões nas armadilhas instaladas. Após as supervisões foram feitos relatórios solicitando à ADEPARA a instalação de mais armadilhas em outros municípios do estado que fazem divisa com o Mato Grosso.

Nos levantamentos de detecção realizados, até a presente data, não foi constatada a presença da praga *Sinoxylon conigerum* no Estado do Pará.

Sub-ação: Prevenção e controle da Monilíase do Cacaueiro.

A Monilíase do Cacaueiro, praga quarentenária ausente no Brasil, está presente na maioria dos países da América do Sul. E em virtude dos danos devastadores causados por esta praga que ataca somente o fruto de cacau e cupuaçu, o Ministério da Agricultura elaborou em 2009 o Plano de Contingência da Monilíase do Cacaueiro para a região norte que prevê prospecções anuais nas áreas consideradas de alto risco de introdução da praga. O Plano de Contingência até hoje ainda não foi publicado, no entanto, as estratégias de prevenção previstas estão sendo executadas.

No ano de 2011 houve um aumento de 100% na área prevenida para pragas do cacau. Isto foi devido à detecção no Estado do Pará do foco da praga *Conotrachelus humeropictus* (broca do cupuaçu), a qual foi classificada pelo DSV como praga de importância econômica para o Estado do Pará. Foram realizados levantamentos de delimitação do foco e prospecções no rio Tapajós para detecção dessa praga na Floresta Nacional do Tapajós, confirmando a teoria da praga ser endêmica da região.

Dentre as ações que não estavam previstas, mas que foram realizadas no ano de 2011 encontram-se: três reuniões do grupo de trabalho; elaboração de minuta de portaria de restrição do trânsito; envio de proposta de inclusão como praga quarentenária ao DSV e elaboração de material informativo sobre a praga.

Sub-ação: Prevenção e controle do ácaro vermelho das palmeiras (*Raoiella indica*).

A Instrução Normativa Nº 14 de, 06 de abril de 2010, prevê a realização pelos órgãos estaduais de defesa vegetal de levantamentos de detecção nas Unidades da Federação consideradas de risco de entrada dessa praga.

As ações realizadas diretamente pelo SISV-PA neste programa consistiram em levantamentos de detecção do ácaro vermelho das palmeiras em propriedades de cultivo de dendê. Além da realização de uma reunião visando à formação de um Grupo de Trabalho para a elaboração do Plano de Contingência do ácaro vermelho das palmeiras no Estado do Pará.

Após a detecção do ácaro vermelho no Estado do Amazonas foi realizada uma reunião técnica, nesse Estado com os representantes dos OEDSV e SFAs dos Estados da região norte, para propor alteração na IN Nº 14/2010.

4738: Erradicação da Mosca da Carambola – ERRADMOSCA

INDICADOR:	Incidência da Praga “Mosca da Carambola”	Número de Supervisão/Fiscalização Realizada
Atributo:	Eficácia	Eficácia
Descrição:	Área dos municípios do território paraense de prevenção da mosca da carambola.	Número supervisão/fiscalização em relação ao programado.
Fonte:	ADEPARA	SISV/DDA/SFA-PA
Fórmulas e cálculos:	Variação Absoluta (VA) entre a Área dos municípios do território paraense de prevenção da mosca da carambola e a Área dos municípios programados para 2011 $VA = APPR2011 - APPP2011$ $VA = 117.472.673 - 124.768.700$ $VA = -7.296.027$ Variação Relativa (VR) entre a Área dos municípios do território paraense de prevenção da mosca da carambola e a Área dos municípios programados para 2011, em percentagem: $VR = NIPR2011/NIPP2011 * 100$ $VR = (117.472.673/124.768.700) * 100$ $VR = 94,15\%$	Variação Absoluta (VA) entre o número de supervisão/fiscalização realizada, em relação ao número de supervisão/fiscalização programada para 2011: $VA = NSFR2011 - NSFP2011$ $VA = 746 - 1.690$ $VA = - 944$ Variação Relativa (VR) entre o número de supervisão/fiscalização realizada e o número de supervisão/fiscalização programada para 2011, em percentagem: $VR = NSFR2011/NSFP * 100$ $VR = (746/1690) * 100$ $VR = 44,14\%$
APPR: Área de Prevenção da Praga Realizada; APPP: Área de Prevenção da Praga Programada; NSFR: Número de Supervisão/Fiscalização Realizada; NSFP: Número de Supervisão/Fiscalização Programada.		

Análise do Desempenho

Para avaliação do desempenho operacional da ação ERRADMOSCA calculou-se a Eficácia para não incidência da Mosca da carambola no Pará, ou seja, para a atividade de prevenção e controle que está sendo executada pela SFA e ADEPARA. O produto, “Área Prevenida”, mostra um resultado 94,15% correspondendo as áreas dos municípios sem ocorrência da praga. O restante corresponde a área controlada onde ocorreu focos da mosca da carambola, ou seja a área do município de Almeirim.

A atividade de supervisão do monitoramento é realizada diretamente pelo SISV e tem o objetivo de verificar o controle de qualidade do monitoramento da mosca da carambola executado pela ADEPARA. Os cálculos abaixo mostram que o Serviço teve um desempenho físico de 44,14% em 2011. Esse resultado reflete os cortes efetuados com emissão de diárias e passagens

aéreas ocorridos em 2011 pelo Governo Federal, ou seja o contingenciamento de recursos orçamentários e financeiros, por parte do MAPA, para a realização de atividades de campo

Os recursos financeiros foram disponibilizados a partir do mês de junho e a maior parte foram executados para acompanhamento das ações de controle em Almeirim e das ações de educação sanitária.

4842: Erradicação da Febre Aftosa – FEBREAFTOS

Indicadores:

- Área declarada Livre de Febre Aftosa com Vacinação - Unid: Km² (1).
- Quantidade de bovinos vacinados (2).

FÓRMULA DE CÁLCULO:

- **Indicador 1:** (Área Reconhecida x 100) / Área Total.

2010: (668.135 km² x 100) / 1.2247.687 km² = **53,55%.**

2011: (668.135 km² x 100) / 1.2247.687 km² = **53,55%.**

- **Indicador 2:** (Quantidade de Bovinos Vacinados x 100) / Total de Bovinos.

2010: (14.269.338 x 100) / 14.505.194 = **98,37%.**

2011: (14.789.345 x 100) / 14.943.652 = **98,97 %**

Atividade/Ação realizada.

No Quadro 1 (aposto no item a execução das ações), parte integrante do PO/2011, em anexo, consta a indicação das atividades realizadas. Verifica-se através do referido quadro, o indicador físico programado e o executado, o que permite fazer um comparativo, sobretudo no que diz respeito à efetividade/desempenho na execução das metas.

Análise de Desempenho:

A princípio, como se pode observar no Quadro 1, verifica-se que o quantitativo de algumas metas não foram alcançadas em compensação, noutras o quantitativo foi superadas. Observa-se na análise, que a metas que requerem presença mais efetiva em nível de campo (metas de 1 a 6) foram as prejudicadas na efetividade. Essa ocorrência deveu-se principalmente em face do atendimento às demandas do Departamento de Saúde Animal, da Secretária de Defesa Sanitária do MAPA (meta 7), para a qual não foi programada ações, mas que, motivado pelo processo de avanço de status sanitário para a Região Nordeste do Brasil, que em cujo contexto, o Estado do Pará foi inserido, observado sua posição estratégica frente às ZL dos Estados vizinhos e a representatividade do seu rebanho frente ao cenário do Agronegócio Nacional da Pecuária Bovina, verifica-se que houve um quantitativo considerável, demandando tempo que poderia ser aproveitado nas metas de natureza técnica.

Outro motivo que contribuiu para que as metas relacionadas às atividades de campo não fossem alcançadas, é situação administrativo-gerencial estabelecida no SVO/PA, que limita a evolução dos trabalhos, motivado pela não adoção de providências e medidas de comando que estabelecessem a adequação e correção de não conformidades constatados no decorrer das supervisões técnicas, frente aos requisitos e procedimentos técnicos próprios do PNEFA. Diante

dessa limitação, as investida em nível de campo também foi comprometida, uma vez que essas ocorrências não sendo sanadas pelo SVO/PA, que observado o princípio da economicidade, não haveria sentido em se lançar a campo, pois em não ocorrendo adequações e correções, nada haveria para ser verificado ou acompanhado.

Assim, ante ao acima relatado, analisando ainda o Quadro 1 e considerando a efetividade das metas técnicas, verifica-se um resultado negativo, alcançando apenas um índice de 45,10%, no período analisado. Porém, observando-se as metas de modo individual, verifica-se que o índice alcançado, esteve próximo da efetividade máxima, a exemplo da meta 1. Em contrapartida, em se considerando o indicador físico para as outras metas programadas, de 8 a 16, verifica-se que o índice de efetividade superou ao programado, alcançando um índice de 172,22%, superando assim, em muito o programado.

Há de se considerar, de que a programação das metas do PO/2011, não foi feita pelo RT do PNEFA, pelo que ficou alheio aos indicadores físicos considerados.

Quando se observa o Quadro2 (aposto no item execução das ações) do item 1, verifica-se que houve um incremento de recursos financeiros na ordem de R\$ 106.956,52 (cento e seis mil, novecentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e dois centavos) representando 158,48% (cento e cinquenta e oito por cento e quarenta e oito décimos) sobre o valor previsto no Plano Operativo 2011. Esse incremento deveu-se a um desdobramento de rubrica.

O recurso financeiro remanejado para o PI FEBREAFTOS foi descentralizado a título de repasse direto ao SVO/PA para cobrir despesas na rubrica 330936, para pagamento de colaborador eventual, porém, motivado pela intempestiva liberação dos recursos do Convênio nº 755860/2011, firmado entre o MAPA e o SVO/PA, os mesmos foram desdobrados em outras rubricas do PI FEBREAFTOS, mas que, efetivamente não foram aplicados nas atividades próprias, estabelecidas nas metas de execução direta previstas no Plano Operativo 2011 ou noutras, de ordem técnica. Convém esclarecer, que a aplicação desses recursos financeiros foi realizada mediante liberação do ordenador de despesa da ASFA/PA, não chegando ao conhecimento do RT do PI FEBREAFTOS, para qual destinação.

No mês de Set/2011, foram liberados para o SVO/PA recursos financeiros constante do Convênio 755860/2011 na ordem de R\$ 4.721.729,25 (quatro milhões, setecentos e vinte e um mil, setecentos e vinte e nove reais e vinte e cinco centavos), para aplicação no PNEFA/PA. Em face de a liberação ocorrer já ao fim do período, somente poderá ser possível a verificação da aplicação dos recursos financeiros frente às metas programadas e os consequentes resultados, no decorrer do período do ano 2012, através de acompanhamento, e ao fim do período, por ocasião da prestação de contas, considerando ainda a edição de aditivo ao convênio acima referenciado.

Analisando a relação entre o previsto inicial lançado na LOA, da área total a ser efetivada na condição de ZLFACV de 1.247.687 km², a mesma foi corrigida e realizado de 668.135 km², permanecendo, ainda no ano de 2011, a área efetiva na condição de ZLFECV de 53,55% de área livre, no Estado do Pará, resultante do período do ano de 2010. Assim, verifica-se que não houve avanço do primeiro indicador físico previsto.

Relativo ao rebanho no Estado do Pará, considerando o relatório da campanha de vacinação Etapa Nov/2011, emitido pelo SVO/PA, do total do rebanho paraense, de 18.957.652 bovídeos existentes, foram vacinados 18.712.856 cabeças, ou seja, 98,71%, índice muito próximo daquele alcançado na ZLFACV, que foi de 98,97%.

Considerando somente a ZLFACV, do rebanho existente de 14.943.652 bovídeos,

14.789.345 bovídeos foram vacinados alcançando um índice de vacinação de 98,97%, estando esse índice no intervalo considerado pela OIE para a manutenção o atual status sanitário. Uma análise mais estrita com relação ao rebanho de bovídeos existente, considerando o ano de 2011 em relação ao ano 2010, verifica-se um incremento de rebanho na ordem de 438.458 cabeças, representando um índice de evolução de 2,93%, que sob o aspecto zootécnico é considerado muito baixo em face da representatividade total do rebanho considerado no ano de 2010.

Diante dos números analisados, verifica-se diante dos resultados, que o objetivo do PNEFA, com relação a ZLFACV teve resultado positivo, resguardando assim, a manutenção da atual ZLFACV do Estado do Pará. Porém, relação ao avanço da zona livre para as demais áreas, hoje com status de Risco Médio (área 2 e 3), muito embora tenha-se empreendido esforços conjunto entre o MAPA, representado pela SFA/PA, e o SVO/PA, não foi possível, no período analisado.

Finalizando, considerando os dois indicadores do programa, verifica-se que no período do ano de 2011 resultou em não ampliação da ZLFACV e que, com relação ao número de bovídeos vacinados, resultou no alcance do resultado esperados frente à exigência para a manutenção da atual ZLFACV e no alcance de índice para essa condição para as demais áreas do Estado do Pará.

Indicadores de Desempenho das Ações:

2180 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus produtos e Insumos agrícolas - **FISCPLANTA**

2181- Vigilância e Fiscalização do Transito Internacional de Animais, seus produtos e Insumos agropecuários - **FISCANIMAL**

FISCPLANTA

. Produtividade/Eficiência

- **índice de produtividade** = Fiscalizações Realizadas/Recursos Financeiros utilizados

4.211/R\$64.796,17 = **IP = 0,065**

Programado: R\$ 69.727,25 Executado: R\$64.796,17

Relação Empenhado/Realizado = 1

Relação Realizado/Empenhado = 1

FISCANIMAL

. Produtividade/Eficiência

- **Índice de Produtividade** = Fiscalizações Realizadas/Recursos Financeiros utilizados

2.730/20.082,29 = **Ip = 0,136**

Programado : R\$ 20.484.23

Executado: R\$ 20.082,29

Relação Empenhado/Realizado = 1,02

Relação Realizado/Empenhado = **0,98**

Ações do Programa: “Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas”

2131: Inspeção de bebidas, vinagres, café e outros produtos de origem vegetal – IPVEGETAL

• Custo unitário de inspeção/fiscalização por estabelecimento inspecionado/fiscalizado

- 1) Diária empenhada: R\$11.136,83
- 2) Diária executada com inspeção/fiscalização: R\$9.138,03
- 3) Diária executada com capacitação/treinamento: R\$1.998,80
- 4) Passagem empenhada: R\$4.320,64
- 5) Passagem executada com inspeção/fiscalização: R\$775,78
- 6) Passagem executada com capacitação/treinamento: R\$3.544,86
- 7) Suprimento executado em viagem de inspeção/fiscalização (3390.30): R\$913,21
- 8) Estabelecimentos inspecionados/fiscalizados: 69 (sessenta e nove)

Nota: **D** = Diária / **P** = Passagem / **S** = Suprimento de Viagem /
E = Estabelecimento inspecionado/fiscalizado

$$\text{Custo Unitário: } \frac{D + P + S}{E} = \frac{9.138,83 + 775,78 + 913,21}{69} = \mathbf{156,92}$$

INDICADORES OU PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO DE GESTÃO

Os indicadores de desempenho utilizados para avaliar os resultados alcançados pela SFA/MAPA-APA, no exercício 2011, foram os estabelecidos de acordo com as orientações contidas no documento denominado “Técnicas de Auditoria – Indicadores de Desempenho e Mapa de Produtos” publicado no ano de 2000 pelo Tribunal de Contas da União – TCU. Esses indicadores foram criados para possibilitar a análise de três parâmetros, a saber: Economicidade, Eficiência e Eficácia.

ECONOMICIDADE: Mede o grau de minimização dos custos incorridos na execução de uma ação, sem comprometimento dos padrões de qualidade. Refere-se à capacidade de uma instituição de gerir adequadamente os recursos financeiros colocados a sua disposição.

FÓRMULA: $VACTR = CR_{2011} - CR_{2010}$ sendo $VACTR$ = Variação absoluta entre o custo total realizado em 2011 e o custo total realizado em 2010.

$$VACTR = R\$30.050,66 - R\$41.854,52$$

$$VACTR = (-R\$11.803,86(*))$$

(*) Observa-se uma economicidade de R\$11.803,86 (28,20%) em termos absolutos no exercício de 2011 em relação ao exercício de 2010, que se atribui ao não atendimento pleno do POA, a decisão de concentrar as inspeções/fiscalizações na Região metropolitana de Belém, que não **envolve a execução** de despesas com deslocamento, bem como a não execução de despesas com novos investimentos e nem aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

EFICIÊNCIA: Parâmetro adotado para mensurar e avaliar a produtividade e o desempenho da gestão em termos de utilização de recursos humanos, financeiros, materiais, tempo e o produto

obtido com a qualidade esperada. Na prática aferida pela relação entre o custo total dos insumos empregados num determinado período de tempo e a quantidade de produto obtido, mantendo-se a qualidade do produto e do serviço.

FÓRMULA: $E = \text{Custo total da atividade}^{(1)} (\text{R\$}) / \text{Qde de produto obtido}$
(estabelecimentos inspecionados)

$$E = \text{R\$ } \frac{\text{R\$10.827,48}}{69 \text{ Insp.}} = \text{R\$156,92,41/Estabelecimento Inspecionado}$$

⁽¹⁾ Composto pelo Somatório de: Diárias + Passagens + Suprimentos de viagens aplicados na execução da meta física.

EFICÁCIA: Parâmetro relacionado diretamente a eficiência, adotado para avaliar o grau de alcance do produto produzido, se foi realizado a coisa certa de modo certo e esperado num determinado período de tempo, independente dos recursos demandados e, se de fato atendeu totalmente as necessidades e expectativas do público alvo e da sociedade consumidora dos produtos trabalhados. Na prática aferida pela relação percentual entre a meta física executada e a programada à atividade.

EFICÁCIA “EF” = Meta Física Executada x 100 / Meta Programada

$$EF = \frac{69 \text{ Insp.} \times 100}{65 \text{ Insp.}} = 106,15\% \qquad \qquad \qquad EE = 103,15\%$$

**4246: Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais –
PADCLASSIF**

Indicadores de Desempenho

EFICIÊNCIA: foi calculada para algumas atividades executadas, sendo definida como a relação entre os produtos gerados por uma atividade e o custo dos insumos empregados para tal num determinado período de tempo mantendo-se a qualidade do serviço.

Fórmula:

Eficiência = $\frac{\text{custo total (R\$)}}{\text{produtos fiscalizados (Ton)}}$

$$\text{Eficiência} = \frac{\text{R\$ 74.970,70}}{169.024 \text{ ton}}$$

$$\text{Eficiência} = \text{R\$ 0,44 /ton}$$

EFICÁCIA: foi determinada para as atividades executadas, sendo consideradas como o grau de alcance das metas programadas, num determinado período de tempo, independentemente dos custos implicados, ou seja, a relação percentual entre o executado e o programado para cada atividade.

Fórmula:

$$\text{Eficiência: } \frac{\text{Executado}}{\text{Programado}} \times 100$$

$$\text{Eficácia} = \frac{169,024}{100.000} \times 100 \text{ ton}$$

$$\text{Eficácia} = \mathbf{169 \%}$$

Avaliação dos resultados:

Segundo informação obtida no SIAF (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal), no PI PADCLASSIF foi empenhado e liquidado crédito no valor total de R\$ 74.970,70 entre todos os elementos de despesas, para atender despesas com a efetiva Fiscalização da Classificação Vegetal no Estado do Pará e o Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes nos produtos Castanha do Brasil e Pimenta do Reino.

Quanto ao indicador de EFICIÊNCIA, concluímos que o custo da Ação Fiscal foi de R\$ 0,44 por tonelada dos produtos vegetais fiscalizados.

Quanto ao indicador da EFICÁCIA, obtivemos 169% atingindo assim, o percentual acima da meta programada para 2011 nas Ações Fiscais desenvolvidas no Estado do Pará.

Ressaltamos que no exercício de 2011, apesar do contingenciamento dos recursos financeiros por parte do Governo Federal, a equipe do Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal-SISV/DDA/SFA-PA, responsável pela Qualidade Vegetal, conseguiu desenvolver um relevante trabalho quanto a garantia do consumo dos produtos de origem vegetal aferidos e fiscalizados no Estado do Pará.

2145: Inspeção Industrial e Sanitária dos produtos, subprodutos e derivados de origem animal

INSPANIMAL3

Indicadores Institucionais:

Os indicadores de desempenho utilizados para avaliar os resultados alcançados pelo SISA/DDA/SFA-PA, neste exercício, foram estabelecidos de acordo com as orientações contidas no documento “Técnicas de Auditoria – Indicadores de Desempenho e Mapa de Produtos”, publicado em 2000 pelo TCU. Os indicadores foram criados objetivando a princípio, a análise de três dimensões: eficiência, eficácia e efetividade.

PI: INSPANIMAL3.

1. Eficiência: (custo total/nº de inspeções realizadas/ano).

$$\text{Eficiência} = 186.368,60 / 919 = \mathbf{R\$ 202,79}(\text{custo unitário}).$$

2. Eficácia: (executado x programado) x 100 = % de estabelecimento inspecionado no ano

$$\text{Eficácia} = 77 / 80 \times 100 = \mathbf{96,25 \%}.$$

3. Efetividade: (nº de amostras conformes/nº de análises laboratoriais realizadas) x 100 = % de produtos conformes.

$$\text{Efetividade} = 1.120 / 1.203 \times 100 = \mathbf{93,10\%}.$$

AValiação dos resultados

Considerando o planejado pela Gestão Nacional do **PI: INSPANIMAL3** relativo às ações determinadas ao SISA/DDA/SFA-PA, para o ano de 2011, constata-se como recursos, empenhados

e liquidados, o montante de **R\$ 186.368,60** destinados a custeio. Tais recursos foram disponibilizados, após a análise das necessidades, para a efetivação das atividades específicas do SISA/DDA/SFA-PA, tendo sido lançadas programações nos módulos: DESLOCAMENTO E OUTRAS DESPESAS do sistema gerencial. As naturezas de despesas movimentadas foram: 3390.14; 3390.33; 3390.30; 3390.39; 3390.93 para objetivos e produtos que obedecem a nomenclatura oficial do sistema e que serão pormenorizados na continuidade desta apresentação, quais sejam:

NATUREZA DE DESPESA	PROVISÃO RECEBIDA	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO
3390.14	R\$ 106.305,69	R\$ 106.305,15
3390.33	R\$ 56.983,07	R\$ 56.983,07
3390.30	R\$ 22.100,00	R\$ 18.964,15
3390.39	R\$ 9.197,50	R\$ 3.940,23
3390.93	R\$ 200,00	R\$ 176,00
TOTAL	R\$ 194.786,26	R\$ 186.368,60

Para fins de análise específica da utilização dos recursos, no PI: INSPANIMAL3, destinados ao SISA/DDA/SFA-PA no ano de 2011 é viável esclarecer que as ações da Fiscalização Federal Agropecuária no âmbito do DIPOA/MAPA, considerando os objetivos pré-estabelecidos abrangeram as seguintes atividades:

Inspeção Industrial e Sanitária em estabelecimentos em regime de inspeção permanente e periódica; Fiscalização em estabelecimento produtor, Vistoria em estabelecimento produtor, Auditoria técnico-fiscal operacional em estabelecimentos sob Inspeção Federal, Supervisões Técnicas em estabelecimento sob Inspeção Federal, Substituição Temporária de Técnicos em estabelecimentos sob inspeção permanente, Coleta de Amostras, Apreensão de produtos, Averiguação de denúncias, Vistoria de terreno para futura implantação de indústrias, Vistoria final de projetos aprovados para estabelecimentos novos, Regime Especial de Fiscalização, Interdição de estabelecimentos, Ações interinstitucionais, Reunião Técnica Regional, Reunião Técnica Nacional, Reunião Interinstitucional, Atividades de apoio técnico ao SISA-PA, Atividade de apoio técnico ao DIPOA, Participação de técnicos do SISA-PA em cursos promovidos pelo MAPA.

Em relação ao montante empenhado e liquidado de **R\$ 186.368,60** foi utilizado **R\$121.939,99 nas ações específicas de fiscalização no SISA/DDA/SFA-PA**; distribuindo-se, para diárias e passagens, da seguinte maneira:

OBJETIVO	339014.00	339033.00
Inspeção/Vistoria/Fiscalização	22.688,34	11.950,36
Auditoria Técnico-Fiscal e Operacional e Supervisão Técnica	43.422,88	19.911,84
Subst. Temp. de Técnico	14.924,90	2.453,38
Coleta de Amostras	6.588,29	-
TOTAL	87.624,41	34.315,58

Em se tratando de **suprimento de fundos** a utilização é apresentada na tabela abaixo:

NATUREZA DA DESPESA	VALOR UTILIZADO
3390.30	R\$ 18.964,15
3390.39	R\$ 3.940,23
3390.93	R\$ 176,00

Relativo, ainda, ao montante empenhado e liquidado de **R\$186.368,60** foi utilizado **R\$41.348,77 em outras atividades efetivadas por técnicos do SISA/DDA/SFA-PA**; para pagamento de **diárias e passagens**, da seguinte maneira:

OBJETIVO	339014.00	339033.00
Reunião Técnica Regional	454,74	563,81
Capacitação/Treinamento	6.985,18	7.611,46
Reunião Técnica Nacional	8.589,68	10.185,93
Atividade de Apoio Técnico-Administrativo ao DIPOA	1.034,80	1.600,61
Participação em curso promovido pelo MAPA	1.616,88	2.705,68
TOTAL	18.681,28	22.667,49

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao interpretarmos os avanços obtidos na gestão/2011 na INSPEÇÃO INDUSTRIAL E SANITÁRIA DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL - IISPOA/SISA/DDA/SFA-PA vemos, tal qual ao exercício anterior, uma crescente demanda, relativa às ações, produtos e metas estabelecidas uma vez que, com a manutenção do status sanitário do Estado, mais indústrias foram implantadas, novos mercados foram atingidos, houve novas contratações melhorando o corpo técnico e um aprimoramento em nossas atividades de tal maneira que os objetivos traçados foram alcançados de forma significativa o que é óbvio ao se observar o alcance de um percentual expressivo na **efetividade** uma vez que o **índice de conformidade (93,10%)**, alcançado sugere que a ação fiscal está sendo relevante à oferta de produtos de qualidade ao consumo, combinado a crescente adequação das indústrias, sob a nossa égide, aos padrões de qualidade total condicionados nos acordos multilaterais da comercialização o que também influencia o mercado interno combinado a crescente especialização do quadro funcional do SISA/DDA/SFA-PA.

Ao consideramos o universo programado como metas objetivando a melhoria de qualidade de vida motivada pela manutenção da saúde em níveis aceitáveis e o combate à fraude econômica, observamos de forma concreta os seguintes avanços:

1. A utilização racional dos recursos de forma coerente com o devido acompanhamento com um **custo unitário (R\$ 202,79) para o universo de atividades que compõem a fiscalização industrial e sanitária de produtos de origem animal**, considerado bom, o que denota **eficiência** na execução das metas, as quais seguiram uma nova configuração na relação de atividades atribuídas ao SISA/DDA/SFA-PA numa nova roupagem na nomenclatura do sistema de gerenciamento de recursos, fatos que levaram o técnico a exceder a fiscalização rotineira de outrora, o que é visível na forma de utilização dos recursos disponibilizados, no controle efetivo do custeio com o devido direcionamento da provisão recebida e do valor empenhado e liquidado dentro de um módulo de programação com os objetivos e produtos bem especificados;
2. O estreitamento nas parcerias levando a Superintendência Federal de Agricultura no Pará – SFA/MAPA/PA ao redirecionamento do serviço e um maior alcance dos resultados perfazendo assim um reflexo positivo na sociedade;
3. O aprimoramento dos sistemas de informações gerenciais no serviço e a maior integração dos trabalhos viabilizada pelo entendimento inter setorial e hierárquico o que facilitou a liberação e a melhor utilização dos recursos;
4. A melhor transparência do serviço tanto na execução do programado, quanto na divulgação dos resultados;
5. A criação da consciência fiscal e sua influência no consumidor, na busca da perpetuação do trinômio: inspeção x fiscalização x qualidade;

6. A maior participação dos técnicos do SISA/DA/SFA-PA em atividades e eventos nacionais, específicos do serviço, o que contribui para a vivência nacional e a representatividade do serviço nas outras instâncias e instituições parceiras;
7. Maior abrangência das ações do SISA/DDA/SFA-PA em nível regional contribuindo para o avanço do agronegócio do Estado e efetivamente do nosso país.

O fato de atingirmos percentuais próximos ao compute total **(96,25%)**, considerados os produtos e metas programadas, torna **eficaz** as nossas ações e nos compromete a um futuro de maiores desafios o que sugere acompanhar o avanço tecnológico dos elementos aplicados na “fraude intencional” e aperfeiçoar os conhecimentos adquiridos; utilizar o tempo no estudo de meios analíticos para a solução de problemas gerais e específicos; superar as dificuldades do baixo conhecimento do operacional nas áreas de implantação das indústrias e influenciar a profissionalização da representação técnica e legal das indústrias; adequar a utilização de recursos à realidade regional e nacional; promover o interesse do público interno e externo à área de atuação provocando inclusive o aprimoramento das relações interinstitucionais e o aperfeiçoamento das parcerias levando a racionalização do uso dos recursos e a adequação dos acordos de cooperação técnica; revisão dos procedimentos buscando elevar a qualidade do serviço prestado à sociedade.

Ações do Programa: ‘Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários’

2179: Fiscalização de Sementes e Mudanças – FISCALSEM

2141: Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes – FISFECOI

2124: Fiscalização de Insumos destinados a alimentação animal - FISCINAN

Indicadores de Desempenho

Apresentamos a seguir o indicador “Número de Fiscalizações Realizadas” para os 5 (cinco) PI’s efetivamente desenvolvidos pelo SEFAG durante o presente exercício, a saber:

Quadro I – Variações absolutas e relativas para Número de Fiscalizações Realizadas em relação ao que foi programado.

PI	VARIAÇÃO	
	ABSOLUTO (Nº)	RELATIVO (%)
FISCGENE	-6	40,00
FISCINAN	9	120,45
FISPROVET	-147	42,12
FISCALSEM	-89	74,20
FISFECOI	48	124,00
FISAGROTOX	-	-
FISCORGEN	-1	80,00
TOTAL	-186	78,32

Quadro II – Custo Unitário e variações entre o programado e o executado.

PI e/ou AÇÃO	CUSTO UNITÁRIO (R\$)		VARIAÇÃO	
	REALIZ.	PROGRAM.	(R\$)	(%)
FISCGENE	1.144,24	2.673,44	-1.529,20	42,80
FISCINAN	217,63	175,21	42,42	124,21
FISPROVET	42,14	79,33	-37,19	53,12
FISCALSEM	419,41	431,44	-12,03	97,21
FISFECOI	165,12	106,99	58,13	154,33
FISAGROTOX	-	-	-	-
FISCORGEN	2.734,68	1.557,56	1.177,12	175,57

ÍNDICE DE CONFORMIDADE (IC)

Este indicador reflete a qualidade dos insumos produzidos e/ou comercializados em nosso e por mostrar o percentual de amostras analisadas dentro do padrão estabelecido pelo MAPA.

No PI – FISFECOI, responsável pela fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes, para os dois tipos de insumos de maior movimentação, o quadro ainda é, de certa forma, preocupante. Fertilizantes minerais sólidos mistos apresentaram um índice de 43% enquanto que os corretivos este índice ficou em apenas 25%.

Para os demais tipos a situação é mais tranqüila, tanto pelo volume de produto movimentado como pelos próprios índices apresentados. Os orgânicos sólidos e os minerais líquidos foram absolutos com um IC de 100%, já minerais simples com 98%, quase atingem este índice de excelência. Por outro lado, os orgânicos líquidos (71%) ficaram no entorno da média enquanto que os minerais complexos (47%) e os substratos (41%), a baixos dela.

Quanto aos Organismos Geneticamente Modificados – OGM, dos três pólos produtores do estado, neste primeiro ano de fiscalização, por questões operacionais somente foi possível a cobertura do de Paragominas. Milho transgênico foi encontrado em 15% das vinte amostras analisadas para cinco diferentes proteínas nos testes imunocromatográficos aplicados. Não obstante o índice apresentado consideramos que as lavouras trabalhadas estão plenamente em conformidade com a Resolução Normativa CTNBio Nº 04/07 a qual define as normas para “Coexistência” entre milho geneticamente modificado e milho convencional em escala comercial.

COMENTÁRIOS:

O desempenho orçamentário/financeiro ficou dentro dos padrões tradicionalmente alcançados pelo setor com 77,83% dos recursos utilizados. O baixo índice apresentado pelo PI – FISCORGEN (51,42%) foi devido, a questões de natureza operacional, face às dificuldades naturais em função de ter sido o exercício onde as atividades com OGM foram iniciadas em nosso estado.

Os resultados efetivamente alcançados, expressos pelo número de fiscalizações realizadas, mostram um desempenho compatível com o orçamentário/financeiro. Foram realizadas 672 fiscalizações de 858 programadas alcançando um índice de 78,32%. Observa-se uma variação considerável entre PI's. Estas diferenças ficam, em parte, por conta das peculiaridades de cada área. Apenas os PI's FISFECOI e FISCINAN apresentaram desempenho superior ao programado.

Os indicadores de eficácia e eficiência seguem esta tendência. Os PI's FISFECOI e FISCINAN foram os mais eficazes enquanto que, além desses dois, mais o FISCORGEN e FISCALSEM, foram os mais eficientes.

Não houve execução de atividades no PI – FISAGROTOX pelo SEFAG devido a transferência da competência da fiscalização de empresas prestadoras de serviços de tratamento fitossanitário com fins quarentenários para outro Serviço, a partir da publicação e vigor da Portaria Nº 428/2010 que trata do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura.

O desempenho parcial dos PI's FISCAGRO e FISPROVET foi devido ao reduzido número de pessoal onde um único fiscal é responsável pelos dois PI's agravado por uma logística de fiscalização difícil em função da dimensão territorial do estado e de sua precária malha viária.

A fase de transição em função da mudança de responsável técnico, a necessidade de treinamento, a necessidade de treinamento do novo RT e alterações na legislação específica da área, contribuíram no desempenho apresentado em 2011.

As medidas restritivas na liberação de recursos para diárias e viagens impostas pelo Governo Federal foram impactantes na execução das atividades do PI – FISCALSEM.

A CSM-PA deu continuidade em sua política de dinamização do setor em nosso estado com a realização do “II Seminário de Sementes e Mudas do Pará” realizado em Belém, no período de 20 a 23 de setembro de 2011.

CONCLUSÃO

O desempenho alcançado em 2011 esteve dentro das perspectivas projetadas, tanto no volume de fiscalizações realizadas como no índice de conformidade dos insumos fiscalizados.

Ações dos Programas: “Apoio do Desenvolvimento do Setor Agropecuário”
“Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio”
“Conservação, Manejo e uso sustentável da Agrobiodiversidade”

Indicadores:

Apesar de não estarem definidos no SIPLAN todos os indicadores de acompanhamento e avaliação das ações na Divisão no Estado, estimamos alguns indicadores por Plano Interno para exercício e registro dos resultados programados e realizados.

APPRODUTOR

Eficiência

$CUR = R\$ 9,993,50 / 1.540 = R\$ 6,48 / \text{pessoa beneficiada}$

$CUP = R\$ 9,993,50 / 1.000 = R\$ 9,99 / \text{pessoa beneficiada}$

$VA = R\$ 6,48 - R\$ 9,99 = (-) R\$ 3,51$

$VR = (R\$ 6,48 / R\$ 9,99 \times 100) - 100 = (-) 35,13\%$

Eficácia

$VA = 1.540 - 1.000 = 540 \text{ pessoas beneficiadas}$

$VR = (1.540 / 1.000 \times 100) = 54\%$

FISCONTRATO

Eficiência

$CUR = R\$ 5.956,46 / 18.000 = R\$ 0,33 / \text{pessoa beneficiada}$

$CUP = R\$ 5.956 / 10.000 = R\$ 0,59 / \text{pessoa beneficiada}$

$VA = R\$ 0,33 - R\$ 0,59 = (-) R\$ 0,26$

$VR = (R\$ 0,33 / R\$ 0,59 \times 100) - 100 = (-) 44,06\%$

Eficácia

$VA = 18.000 - 10.000 = 8.000 \text{ pessoas beneficiadas}$

$VR = (18.000 / 10.000 \times 100) - 100 = 80\%$

DESENORG

Eficiência

$CUR = R\$ 6.226,22 / 10.200 = R\$ 0,61 / \text{pessoa beneficiada}$

$CUP = R\$ 6.226,22 / 7000 = R\$ 0,88 / \text{pessoa beneficiada}$

$VA = R\$ 0,61 - R\$ 0,88 = (-) R\$ 0,27$

$VR = (R\$ 0,61 / R\$ 0,88 \times 100) - 100 = (-) 30,68\%$

Eficácia

$VA = 10.200 - 7000 = 3.200 \text{ pessoas beneficiadas}$

$VR = (10.200 / 7.000 \times 100) - 100 = 45,71\%$

CONCLUSÃO

Os resultados obtidos foram significativos, o que reflete o esforço da equipe da Divisão de Políticas, Produção e Desenvolvimento Agropecuário para o alcance de resultados em favor do agronegócio do Estado do Pará através das Políticas, Planos, e Programas disponibilizados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento.

Novamente, em que vale o esforço da equipe, expressamos a necessidade urgente de ampliação e reforma do prédio onde está acomodada a DPDAG-PA, assim como a necessidade de reparo da infra-estrutura de comunicação.

3- INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Quadro A.4.1 – (Anexo II DA DN TCU Nº 108/2010) Situação dos Restos a pagar de Exercícios Anteriores

Valores em R\$
1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	441.312,33	498,03	440.814,30	-
2009	224.659,11	80,00	224.579,11	-
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	712.440,35	53.744,47	658.695,88	-
2009	769.594,56	47.295,75	722.298,81	-
...				
Observações:				

Fonte: SEOF/SFA/PA

Análise Crítica: nos exercícios de 2009 e 2010 toda despesa **processada** foi paga e/ou cancelada parcialmente no exercício seguinte. O mesmo ocorreu com as despesas não processadas.

No exercício de 2011, não ocorreu pagamento e/ou cancelamento decorrente dos exercícios supra citados.

4- INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE

4.1 - Composição do quadro de servidores ativos

Quadro A.5.1 – (anexo II da DN TCU 108/2010)

Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Quantidade

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	-	-	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	-	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	278	278	0	7
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	7	7	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	6	6	0	0
1.2.5. Empregados públicos	16	16	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
	307	307	0	7

Fonte: SGP/SFA/PA

Quadro A.5.2 – (anexo II da DN TCU 108/2010)**Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12**

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	-
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	3
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	4
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	-
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	-
3.1. De ofício, no interesse da Administração	0
3.2. A pedido, a critério da Administração	3
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	0
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	-
4.1. Doença em pessoa da família	0
4.2. Capacitação	0
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	-
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	0
5.2. Serviço militar	0
5.3. Atividade política	0
5.4. Interesses particulares	1
5.5. Mandato classista	0
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	-
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	11

Fonte: SGP/SFA/PA

Quadro A.5.3 – (anexo II da DN TCU 108/2010)**Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)**

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	-	-	-	-
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	-	-	-	-

1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	15	15	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções gratificadas	-	-	-	-
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	20	20	0	0
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	35	35	0	0

Fonte: SGP/SFA/PA

Quadro A.5.4 – (anexo II da DN TCU 108/2010)

Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Proveniente de cargo efetivo	-	-	-	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	5	29	55	122	52
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
1.4. Empregados públicos	0	0	1	9	6
2. Proveniente de cargo em comissão	-	-	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	3	3	7	2
2.3. Funções gratificadas	0	0	2	12	3
3. Totais (1+2)	5	32	61	150	63

Fonte: SGP/SFA/PA

Quadro A.5.5 – (anexo II da DN TCU 108/2010)

Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade – Situação apurada em 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Proveniente de cargo efetivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	0	0	21	23	96	123	4	4	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.4. Empregados públicos	0	0	0	0	7	9	0	0	0
2. Proveniente de cargo em comissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	3	11	0	1	0
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	11	6	0	0	0
3. Totais (1+2)	0	0	21	23	117	149	4	5	0

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

4.2 - Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas

Quadro A.5.6 – (anexo II da DN TCU 108/2010)

Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	212	-
1.1 Voluntária	205	1
1.2 Compulsória	03	0
1.3 Invalidez Permanente	04	0
1.4 Outras	0	0
2. Proporcional	421	-
2.1 Voluntária	416	0
2.2 Compulsória	05	1
2.3 Invalidez Permanente	0	0
2.4 Outras	0	0
3. Totais (1+2)	633	2

Fonte: SGP/DAD/SFA/PA

Quadro A.5.7 – (anexo II da DN TCU 108/2010)

Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	1216	
1.1. Integral	353	06
1.2. Proporcional	863	13
2. Em Atividade	19	19
3. Total (1+2)	1235	38

Fonte: SGP/DAD/SFA/PA

4.3– Composição do quadro de estagiários

Quadro A.5.8 – (anexo II da DN TCU 108/2010)

Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	-	-	-	-	-
1.1 Área Fim	15	15	15	13	84.012,00
1.2 Área Meio	0	2	3	3	21.958,00
2. Nível Médio	-	-	-	-	-
2.1 Área Fim	10	11	10	10	40.177,00
2.2 Área Meio	4	3	3	3	11.838,00
3. Total (1+2)	29	31	31	29	157.985

4.4- Demonstração do custo de pessoal da UJ

Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores											Em R\$ 1,00
Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previden- ciários	Demais despesas variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2011	12.699.519,20	-	12.885.473,52	2.272.821,94	935.234,12	195.209,00	134.739,92		1.410,16	
	2010	11.776.726,10	715,64	12.164.532,30	1.852.430,69	978.550,17	183.103,00	138.880,43	4.784,00		
	2009	10.679.746,88	-	10.682.238,32	1.588.287,16	505.063,59	-	79.699,55	-	-	
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2011	77.504,92	-.	7.760,51	4.439,04	9.572,42	3.618,26	-	-	-	-
	2010	68.672,40	-	7.689,61	3.908,05	9.922,92	3.097,67	-	-	-	-
	2009	61.148,89	-	6.444,88	3.839,72	6.406,56	298,37	-	-	-	-
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2011	1.070.472,39	291.258,24	1.043.558,18	168.750,42	59.187,74	30.343,76	14.546,71	-	14.799,56	-

	2010	1.231.672,14	294.882,75	1.288.974,64	216.915,39	60.739,59	28.234,12	20.282,82	4.644,23	-	-
	2009	1.173.846,79	288.914,88	1.260.070,81	212.627,49	29.964,85	8.369,83	12.640,80	-	-	-
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2011	1.993.637,69	281.516,32	897.989,09	159.856,54	208.237,56	64.351,90	19.077,87	-	12.439,59	-
	2010	1.993.637,69	281.516,32	897.989,09	159.856,54	208.237,56	64.351,90	19.077,87	-	-	-
	2009	1.728.186,20	275.033,45	615.416,44	126.654,80	111.698,16	1.650,51	8.623,17	-	-	-

Fonte: CGRH/MAPA

4.5 – Terceirização de Mão de Obra empregada pela UJ

Quadro A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO PARÁ – SFA/PA													
UG/Gestão: 130094					CNPJ: 00.396.895/0016-01								
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	Limpeza e Conservação	02.589.131/0001-81	04/02/2009	31/12/2012	X						P
2010	V	O	Vigilância Ostensiva	05.742.568/0001-81	05/03/2010	31/12/2012			X				P
Observações: O contrato de vigilância ostensiva foi prorrogado por noventa dias até que se faça um novo contrato abrangendo postos em Santarém/PA.													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: SAG/DAD/SFA/PA

Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra (anexo II da DN TCU 108/2010)

Unidade Contratante													
Nome: SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO PARÁ - SFA/PA													
UG/Gestão: 130094						CNPJ: 00.396.895/0016-01							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	1	0	Limpeza e Conservação	02.589.131/0001-81	04/02/2009	31/12/2012		18		6			P
2010	3	0	Vigilância Ostensiva	05.7426568/0001-81	05/03/2010	31/12/2012		1		7			P
2010	8	0	Xerox e Fotocópia	04.935.183/0001-98	22/06/2010	21/06/2012							P
2010	5;6;7	0	Apoio Administrativo	02.589.131/0001-81	26/01/2010	31/12/2012		4		8		2	P
2009	9	0	Ligação a Distancia	33.530.486/0001-29	01/08/2009	31/12/2012							<u>P</u>
Área: 1.Conservação e Limpeza 2. Segurança 3. Vigilância 4. Transporte 5. Informática 6. Copeiragem 7. Recepções						Legenda: Natureza: (O) Ordinária; (E) Especial Nível de Escolaridade: (F) Fundamental; (M) Médio; (S) Superior Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Quantidade de trabalhadores: (P) Previsto no exercício.							
8. Repografia 9. Telecomunicações 10. Manutenção de Bens Móveis 11. Manutenção de Bens Imóveis 12. Brigadistas 13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 14. Outras													

Análise Crítica: Relativo ao contrato de Vigilância Ostensiva, está em andamento de novo Pregão Eletrônico (processo: 21030.000031/2012-25) visando atender necessidade da UTRA/Santarém com dois postos de Vigilância Armada. A solicitação foi feita pelo chefe da UTRA (momo. nº 075/2011 de 29/09/11) .

4.6 – Indicadores Gerenciais de Recursos Humanos:

O serviço de Gestão de Pessoa não trabalhou com Indicadores de avaliação neste exercício.

5- INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO E CONTRATO DE REPASSE

Quadro A.6.1 – (anexo II da DN TCU 108/2010)

Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA /Superintendência Federal de Agricultura no Pará – SFA/PA									
CNPJ: 00.396.895/0016-01			UG/GESTÃO: 130094						
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	755770/2011	ADEPARÁ	47.317.661,49	4.731.766,15	10.788.780,89	10.788.780,89	12/09/2011	31/12/2015	1
1	755860/2011	ADEPARÁ	11.964.844,00	1.196.484,40	2.229.912,00	2.229.912,00	12/09/2012	31/12/2015	1
LEGENDA									
Modalidade:			Situação da Transferência:						
1 – Convênio			1 – Adimplente						
2 - Contrato de Repasse			2 – Inadimplente						
3 - Termo de Cooperação			3 - Inadimplência Suspensa						
4 - Termo de Compromisso			4 – Concluído						
			5 – Excluído						
			6 – Rescindido						
			7 – Arquivado						
Fonte: DPDAG/SFA/PA									

Análise Crítica: Os Convênios com a Agencia de Defesa Agropecuária do estado do Pará (ADEPARÁ), apesar do atraso na liberação dos recursos, transcorreram dentro da normalidade no tocante ao cumprimento do Plano de Trabalho, estando os mesmos aditivados e ainda em vigência. Registra-se que os referidos convênios foram celebrados com a Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA/MAPA sendo portanto, Unidade Concedente. Entretanto, o recurso foi repassado ao conveniente por meio desta Unidade Gestora (SFA/PA).

Quadro A.6.2 – (anexo II da DN TCU 108/2010)**Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios**

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Pará – SFA/PA						
CNPJ: 00.396.895/0016-01				UG/GESTÃO: 130094		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	02	-	-	13.018.962,89	-	-
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	02	-	-	13.018.962,89	-	-

Fonte: DPDAG Gestor de Convênio

Análise Crítica: Nos exercícios de 2009 e 2010 não houve celebração de convênios.

Quadro A.6.3 (anexo II da DN TCU 108/2010) – Resumo dos Instrumentos de Transferências que vigorão em 2011 e exercícios seguintes.

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Pará – SFA/PA					
CNPJ: 00.396.895/0016-01			UG/GESTÃO: 130094		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio	02	-	13.018.692,89	11.138.900,10	22,8%
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
Totais	02	-	13.018.692,89	11.138.900,10	46,10%

Análise Crítica: Os dois convênios com a Agencia de Defesa do Pará – ADEPARÁ, cuja vigencia vai até 2015, já foram aditivado (publicado no DOU de 09/03/2012) para operacionalização no exercício de 2012. Os convênios com a Secretaria de Desenvolvimento Rural e Cooperativismo – SDC foram aditivados no tocante a prazo de vigência, não envolverá mais recurso, portanto sem repasse para o próximo exercício. Relativo aos Contrato de Repasse, apesar de terem sido analisadas quarenta e cinco propostas, apenas treze foram contratadas, ou seja 28,85. As demais considera-se perdidas, haja vista que a cada exercício, há propostas de novas emendas dentro do orçamento do referido exercício.

Quadro A.6.4 – (anexo II da DN TCU Nº 107/2010)
Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse.

Valores em R\$
1,00

Unidade Concedente					
Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Pará – SFA/PA					
CNPJ: 00.396.895/0016-01			UG/GESTÃO: 130094		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos		
			(Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2011	Contas prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante	-	-	-

	Contas NÃO prestadas	Repassado			
		Quantidade	02	-	
		Montante Repassado	13.018.692,89	-	11.846.250,26
2010	Contas prestadas	Quantidade	-	-	46
		Montante Repassado	-	-	29.863.000,00
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	
2009	Contas prestadas	Quantidade	-	-	42
		Montante Repassado	-	-	39.330.000,00
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	11.843.176,74	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-

Fonte: Gestão de convênios e DPDAG

Análise Crítica: Nos exercícios de 2009 e 2010 não houve celebração de convênio. Quanto a exercícios anteriores a 2009, houve um convênio com a agência de Defesa – ADEPARÁ no valor de R\$ 11.843.176,74 iniciado em 2005 ficando em vigência até dezembro de 2009.

No tocante a Contrato de Repasse, a CEF/GIDUR-BE gere o controle das emendas aprovadas, contratando-as no Sistema da CEF, controle de sua numeração, cláusulas suspensivas etc. segundo Portaria nº 1.232 de 23/12/2008, art. 7. A CEF é o agente operador contratado pelo MAPA para prestar serviços na condição de mandatária de União Federal, com vistas a operacionalização, avaliação técnica, acompanhamento, vistoria, medição da execução das propostas e análise da Prestação de Contas dos Contratos de Repasse.

Quadro A.6.5 – (anexo II da DN TCU 108/2010)

Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Em R\$ 1,00

Contratos de Repasse

Em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Pará – SFA/PA					
CNPJ: 00.396.895/0016-01			UG/GESTÃO: 130094		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2011	Quantidade de contas prestadas			-	-
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas analisadas	-	-
			Contas Não analisadas	02	-
		Montante repassado (R\$)		13.018.692,89	-
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	-	-
			Quantidade Reprovada	-	-
			Quantidade de TCE	-	-
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	-
			Montante repassado (R\$)	-	-
2010	Quantidade de contas prestadas			-	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		-	-
		Quantidade Reprovada		-	-

		Quantidade de TCE	-	-
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	-
		Montante repassado (R\$)	-	-
2009	Quantidade de contas prestadas			
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	-	-
		Quantidade Reprovada	-	-
		Quantidade de TCE	-	-
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	-
		Montante repassado	-	-
Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	-
		Montante repassado	-	-

Fonte: Gestão de Convênio e DPDAG

Análise Crítica: Como dito anteriormente, nos exercícios de 2009 e 2010, não houve celebração de convênios.

6- DECLARAÇÃO ATUALIZADA DO SIASG E SCONV – (Quadro A.7.1 do anexo II da DN TCU 108/2010) - será demonstrada no item 12 - Anexo

7- DECLARAÇÃO DE BENS E RENDA –

Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Quantidade Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	35	-	35
	Entregaram a DBR	35	-	35
	Não cumpriram a obrigação	0	-	0

Fonte: SGP/DAD/SFA/PA

Análise Crítica: A SFA/PA conta com trinta e cinco funções de confiança englobando seis DAS e vinte e nove FGs.

Quadro A.9.1 – Estrutura de controles internos da UJ (Anexo II da DNTCU nº 108/2010)

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.		X			
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.	X				
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	X				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.	X				
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.	X				
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.	X				
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					X
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X				
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.	X				
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.		X			
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.		X			
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	

25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Considerações gerais: abaixo as justificativas relativo a alguns itens.					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	X				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	X				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	X				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					X
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?				X	
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.	X				
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	X				
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?	X				

13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.	X				
▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					
Considerações Gerais: <i>é fato que a UJ não efetuou campanhas de conscientização, tampouco considera a durabilidade e economicidade nos processos de consumo de energia. A medida adotada visando o aspecto de sustentabilidade ambiental foi a separação do resíduos recicláveis descartáveis.</i>					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ					

9 - GESTÃO DE PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

Quadro A.11.1 – (anexo II da DN TCU 108/2010)

Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	Pará	7.356.464,27	7.356.464,27
	Belém (três imóveis)	6.587.479,65	6.587.479,65
	Santarém (um imóvel)	72.389,71	72.389,71
	Aveiro (um imóvel)	139.258,44	139.258,44
	Igarapé-Açu (um imóvel)	464.339,69	464.339,69
	UF “n”	-	-
	município 1	-	-
	município 2	-	-
	município “n”	-	-
Subtotal Brasil		-	-
EXTERIOR	PAÍS 1	-	-
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade “n”	-	-
	PAÍS “n”	-	-
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade “n”	-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		-	-

Fonte: SAG/Patrimônio

Análise Crítica: A situação não está diferenciada do exercício de 2010, haja vista que a última avaliação foi feita em 2004. Relativo aos imóveis localizados no município de Alenquer, os mesmos foram cedidos, por meio da Secretaria de Patrimônio da União para a prefeitura do respectivo município.

Quadro A.11.3 – (anexo II da DN TCU 108/2010)

Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
130094	0427.00642.500-0	Sede UJ	Bom	241.471,66	2004	3.008.819,07	-	-
130094	0427.00666.500.1		Bom	34.472,02	2004	133.802,26	-	-
130094	0463.00007.500.4		Regular	78.000,00	2004	464.339,69	-	-
130094	0535.00097.500-6	UTRA/Stm.	Bom	5.676,00	2004	72.389,71	-	-
130017	0427.00667.500-7	LANAGRO	Bom	830.709,00	2004	3.444.858,32	-	-
Total								

Fonte: SAG/Patrimônio

Análise Crítica: Dos imóveis descritos acima, apenas dois localizados em Aveiro (0419.00012.500-4) e Igarapé-Açu (0463.00007.500-4) não são usados para atender ao MAPA. Os demais são usados para a Sede, localizado na Av. Almirante Barroso nº 5384 – Catanheira, Belém/PA; para o LANGRO que, apesar de ser outra UJ ainda não houve transferência. Entretanto, é responsabilidade da referida UJ a manutenção do mesmo e, finalmente o localizado em Santarém que é Unidade desta SFA/PA, cuja manutenção é de responsabilidade desta Superintendencia.

No tocante às despesas com manutenção, os contratos de limpeza e conservação e vigilância ostensiva do exercício em questão girou em torno de R\$ 1.173.381,24.

10 – INFORMAÇÕES SOBRE CARTÃO CORPORATIVO

Quadro A.13.1 – (anexo II da DN TCU 108/2010)

Valores em R\$

Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

1,00

Código da UG 1	130094	Limite de Utilização da UG			
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Vandeir Gregório Alves	000.917.936-45	4.119,61	690,91	3.428,70	4.119,61
Juliana Faria Turquino Staut	005.588.139-41	698,03	-	698,03	698,03
Ivo Katuji Morikawa	008.289.632-15	1.578,03	60,00	1.518,03	1.578,03
Carlos Alberto Carvalho de Moraes	019.446.902-63	1.236,15	658,83	577,32	1.236,15
Rubens Claudio Velasco de Almeida	023.801.292-15	691,71	-	691,71	691,71
Osvaldo da Silva Leandro	030.475.042-53	863,00	-	863,00	863,00
Julio Pontes Barriga	031.857.612-00	775,93	-	775,93	775,93
Debora Pinheiro Guimarães	034.077.642-00	1.070,16	281,00	789,16	1.070,16
José Carlos de Vasconcelos Pessoa	041.996.422-34	2.316,20	1.610,00	706,10	2.316,10
José Antonio Monteiro dos Santos	042.010.002-49	2.238,20	1.030,20	1.208,00	2.238,20
Herdimir de Assis Moreira	047.839.212-53	300,00	300,00	-	300,00
Estevam de Oliveira Castelo	048.038.682-04	10.568,20	1.860,00	8.708,20	10.568,20
Luiz Otávio Gonçalves Monteiro	049.149.452-15	3.091,93	100,00	2.991,93	3.091,93
João Adelino dos Santos Filho	049.362.802-91	9.675,53	4.413,42	5.244,11	9.657,53

Ivo José Xavier de Amorim	056.091.602-78	501,63	94,25	407,38	501,63
Raimundo Nonato Leal de Souza	038.875.702-78	1.201,81	-	1.201,81	1.201,81
Carlos Alberto Cordeiro Batista	047.529.702-44	800,00	-	800,00	800,00
Carlos Edilson Silva de Oliveira	047.928.402-44	931,96	-	931,96	931,96
Cristóvão Morelly K. Hashiguti	083.352.652-91	3.070,46	690,00	2.380,46	3.070,46
Ananias Silva Santa Brigida	085.938.412-87	13.870,00	2.300,00	11.570,00	13.870,00
Martha Parry de Castro M. Nogueira	086.047.542-53	2.457,00	1.967,00	490,00	2.457,00
Antonio Carlos Azevedo de Araújo	086.455.072-34	3.460,00	3.460,00	-	3.460,00
Geraldo Natividade S. do Nascimento	091.650.292-91	1.300,00	700,00	600,00	1.300,00
Jose Carlos Barroso Junior	092.519.102-78	478,00	328,00	150,00	478,00
José Maria de Sousa Nunes	132.855.052-49	200,00	200,00	-	200,00
Odemar da Conceição Silva	157.753.302-00	4.346,02	2.413,00	1.933,02	4.346,02
Raimundo Azevedo Arouche	172.743.112-04	13.598,06	6.108,01	7.490,05	13.598,06
Telma Vidal Galvão	180.566.282-15	4.000,00	1.000,00	3.000,00	4.000,00
Dalton Hostalácio	203.245.106-91	3.330,68	897,00	2.433,68	3.330,68
Lucas Arruda Filho	048.594.054-04	1.830,22	-	1.830,22	1.830,22
Francisco Rodrigues Nogueira	055.454.552-72	150,00	-	150,00	150,00
Otávio Cesar Durans de Oliveira	071.664272-72	590,59	-	590,59	590,59
Zila Cristina Bacelar Sidonio	301.090.002-34	934,29	457,32	476,97	934,29
Luiz Claudio Sousa	306.812.602-97	9.854,22	3.310,00	6.544,22	9.854,22
Francisco das Chagas Oliveira Aguiar	594.886.032-91	177,29	177,29	-	177,29
Nilson da Silva Vieira	789.814.098-20	10.223,11	277,00	9.946,11	10.223,11
Evandro José de Lima Raposo	092.511.892-34	1.187,73	-	1.187,73	1.187,73
Luiz Armando Matos Meira	099.101.072-87	216,12	-	216,12	216,12
Maria Joana Baia Brito	142.243.482-68	1.276,67	-	1.276,67	1.276,67
Carlos Alberto Melem da Silva	169.755.962-04	522,00	-	522,00	522,00
Milton Leite Alves da Cunha	187.496.072-00	1.052,00	-	1.052,00	1.052,00
Carlos alberto lima dos Santos	188.018.702-72	1.128,68	-	1.128,68	1.128,68
Antonio Carlos Mocelim	247.366.949-04	255,42	-	255,42	255,42
Adriana Célia da Silva C. Branco	264.856.052-15	800,00	-	800,00	800,00
Marcelo Sousa de Oliveira	277.149.345-49	225,00	-	225,00	225,00
Jose Ernane Martins Bringel	406.752.113-87	724,00	-	724,00	724,00
Nelio Monteiro de Sousa	569.712.902-59	59,35	-	59,35	59,35
Elison Lira de Sousa	576.798.512-04	332,44	-	332,44	332,44
Francisco das Chagas Oliveira Aguiar	594.886.032-91	1.132,04	-	1.132,04	1.132,04
Breno Eduardo Nogueira Neves	756.695.102-59	2.705,49	-	2.705,49	2.705,49
Caio Breno Moreira Damasceno	907.687.013-68	867,02	-	867,02	867,02

Quadro A.13.2 – (anexo II da DN TCU 108/2010)

Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Valores em R\$ 1,00

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	(a+b)
2011	452	35.383,23	452	93.610,65	128.993,88
2010	339	54.203,18	339	101.325,87	155.529,05
2009	244	51.207,21	244	113.942,63	165.149,84

Fonte: SEOF/DAD/SF/PA

11 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Superintendência Federal de Agricultura no Pará – SFA/PA tem como objetivo cumprir as metas estabelecidas pelo Governo Federal, como também, aplicar recursos públicos de maneira eficaz.

Diante do que se propôs para o exercício de 2011, as ações sob responsabilidade desta SF/PA e demais serviços, obedeceram a um modelo legal vigente, tendo o resultado contribuído de forma

expressiva no desenvolvimento agropecuário regional com integração do meio rural ao urbano, com reflexos na melhoria de vida das pessoas.

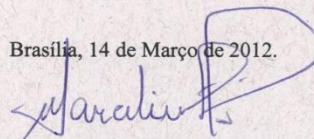
Para o exercício de 2012, a SFA/PA já está trabalhando de forma alinhada ao PPA 2012/2015 e dentro da proposta de Gestão Estratégica do MAPA.

12 - ANEXOS

Quadro A.7.1 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SCONV
DECLARAÇÃO

Eu, Marcelino Tokinori Tsunemitsu, CPF nº. 117.397.972-72, Chefe do Setor de Compras e Contratos, exercido Superintendência Federal de Agricultura no Pará, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 14 de Março de 2012.



Marcelino Tokinori Tsunemitsu

117.397.972-72

Chefe do SCC/SAG/SFA-PA

Quadro A.7.1 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SCON

DECLARAÇÃO

Eu, Herdimir de Assis Moreira, CPF nº. 047.839.212-53, Chefe da Divisão de Apoio Administrativo, exercido Superintendência Federal de Agricultura no Pará, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 14 de Março de 2012.



Herdimir de Assis Moreira

047.839.212-53

Chefe da DAD/SFA-PA

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ):		Código da UG:	
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRIC. PEC. E ABASTECIMENTO – SFA/PA		130094	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), relativa ao exercício de 2011 refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília, DF	Data	31 DE DEZEMBRO DE 2011
Contador Responsável	Alberto Jeronimo Pereira	CRC nº	006624/T-8 GO



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.
Secretaria Executiva
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenação de Contabilidade



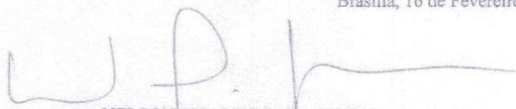
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAS

DECLARAÇÃO

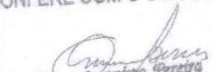
Declaro para os devidos fins, que os servidores abaixo relacionados, arrolados nas contas referentes ao exercício de 2011, da Coordenação de Contabilidade, estão em dia com a entrega das cópias das declarações de bens e rendas, em observância ao disposto na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, e em conformidade com o item 08, da parte A, do anexo II da Decisão Normativa TCU nº 108, de 24 de novembro de 2010.

- Alberto Jerônimo Pereira
- José Calazans dos Santos e
- Maria de Fatima Álvares Araújo

Brasília, 16 de Fevereiro de 2012.


NELSON SUASSUNA DA MOITA
Coordenador-Geral de Administração de Pessoas

CONFERE COM O ORIGINAL


Alberto Jerônimo Pereira
Coordenador de Contabilidade
Contador - CRC-GO 6624-T-08